Michel Zaidan Filho

PCB (1922-1929)

Na busca das origens de um marxismo nacional

global universitária

HISTÓRIA

PCB (1922-1929)

Academia do Saber
Livraria e Sebo
Av. Passos, 23/25
2242-4826
R. Luiz de Camões, 43
2232-5583
R. da Constituição, 20
2242-8967

global universitária HISTÓRIA

© Michel Zaidan Filho

Arte-final: Marco A. A. Giannella

Revisão: Rubens Rusche
Nilza Agua
Bárbara C. B. Martinez

Produção gráfica: Hélio Daziano

CIP-Brasil. Catalogação-na-Publicação
Câmara Brasileira do Livro, SP

Zaidan Filho, Michel.
Z24p PCB (1922-1929) : na busca das origens de um marxismo nacional / Michel Zaidan Filho. -- São Paulo : Global, 1985. (Passado e presente ;)

1. Partido Communista Brasileiro - História I. Título.

ISBN 85-260-0005-5

85-0638 CDD-329.981

Índices para catálogo sistemático:
1. Partido Communista Brasileiro : História 329.981

Direitos reservados:

global editora e distribuidora ltda.
Rua França Pinto, 836 - Cep 04016
Fone.: 572-4473
Caixa Postal 45329 - 01000 - V. Mariana
São Paulo - SP.

FILIAL:
Rua Mariz e Barros, 39 - Conj. 26/36
Fone.: (021) 273-5944
Cep 20270 - Bairro Tijuca
Rio de Janeiro - RJ.
N.º de catálogo: 1632

Michel Zaidan Filho nasceu em Garanhuns (PE) em 29 de julho de 1951. Licenciou-se em Filosofia Pura, em 1974, na Universidade Católica de Pernambuco. Em 1978, fez o Mestrado em História, na UNICAMP (SP), escrevendo uma dissertação sobre as origens do sindicalismo burocrático no Brasil. Atualmente, leciona na Universidade Federal da Paraíba (Campus II) e tem se dedicado ao estudo da política dos comunistas no Brasil. Publicou vários ensaios e artigos sobre a história do movimento operário e do PCB e organizou duas coletâneas sobre dirigentes comunistas brasileiros para a extinta Livraria Editora de Ciências Humanas (LECH).

SUMÁRIO

Prefácio (Leandro Konder) 9

Apresentação 13

Construindo o PCB: 1922-1924 15

Notas sobre as origens do PCB em Pernambuco: 1910-1930 31

O PCB e o movimento comunista internacional: 1925-1929 45

O PCB e os Congressos da Internacional Comunista: 1922-1929 53

Astrojildo Pereira e a questão da unidade sindical no Brasil 99

A questão da unidade sindical 115

Apêndices

O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa (Octávio Brandão) 121

A questão sindical: 1926 (Joaquim Barbosa) 133

Resolucion sobre la cuestion campesina en el Brasil 139

PREFÁCIO

No primeiro semestre de 1921, teria passado por São Paulo um misterioso representante de uma importante fábrica de tecidos de Manchester, na Inglaterra. Na realidade, tratava-se de um colaborador da seção da recém-fundada Internacional Comunista (Terceira Internacional) encarregada da América Latina. Segundo relato do escritor Afonso Schimdt, "o cometa de Manchester" teria entrado em contato com Edgard Leuenroth e, por intermédio deste, teria chegado a Astrojildo Pereira. Astrojildo Pereira teria, então, sido estimulado a fundar um autêntico PC no Brasil. (*Jornal de São Paulo*, 17/02/46.)

Michel Zaidan Filho sustentou, pioneiramente,[1] que essa história pertencia "mais à lenda, ou ao anedotário do Partido, e por isso nenhuma influência de peso teria sobre a linha a ser adotada pelo Partido". E Zaidan voltaria ainda à carga, afirmando: "Essa 'estória' pretende dar conta do papel da Internacional Comunista nas origens do PCB. Entretanto, para avaliar a rele-

---

1. Cf. Michel Zaidan, *Construindo o PCB: 1922-1924* (apresentação). São Paulo, Ciências Humanas, 1980, p. 6.

vância de tal 'cometa' (presumível delegado da IC para a América Latina) na história do Partido, basta lembrar que a CCE, em seu relato sobre a fundação do PCB, não lhe fez a menor referência". [2]

Fragmon Carlos Borges, escrevendo sobre o assunto, sob o pseudônimo de "Thomaz Ramos Neto", para a revista *Estudos* (n.º 2, de 1971) assume posição diversa da de Zaidan. Ele admite que não podemos saber até que ponto é inteiramente verídico o depoimento de Afonso Schimdt, escreve que não se pode negar ou afirmar sua veracidade histórica; mas acrescenta: "O recorte deste artigo faz parte do arquivo deixado por Astrojildo Pereira. Nele não consta nenhuma anotação de Astrojildo, como ele costumava fazer quando tinha algum reparo importante sobre o texto". O fato de Astrojildo nunca ter desmentido Afonso Schimdt (tendo conhecimento do artigo), o fato de a Internacional Comunista ter comprovadamente enviado agentes a vários países nos primeiros anos de sua atividade e o fato de Afonso Schimdt (1890-1964) ser um escritor de reconhecida probidade intelectual, a nosso ver, pesam mais do que a omissão de qualquer referência ao encontro do "cometa de Manchester" com Astrojildo no relato da fundação do PCB pela CCE, ou, mais exatamente, pela CCE (Comissão Central Executiva), já que se tratou de um encontro *pessoal* de Astrojildo com o "cometa" e há outras omissões no relato da CCE (que não diz nada sobre a criação da Liga Comunista de Livramento, e sobre a fundação do Centro Comunista de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, ambas entidades organizadas por Santos Barbosa). [3]

Há, no entanto, um ponto no qual Zaidan parece estar, substancialmente, com a razão: é na convicção que ele tem da escassa importância prática da ação direta da Internacional Comunista sobre o PCB no período em que a agremiação foi fundada (1922). *O que se empreendeu, na época, dependeu de decisões políticas tomadas aqui, com absoluta autonomia e sob completa responsabilidade de ativistas do movimento operário brasileiro.* A influência exercida pela Terceira Internacional consistiu apenas no fato de ela ter sido criada, existir e esperar dos comunistas brasileiros que eles se organizassem.

2. Idem, p. 6.
3. Hermínio Linhares, "O comunismo no Brasil". *Brasiliense* (25), setembro-outubro de 1959.

*
* *

A perspectiva da publicação dos ensaios de Zaidan sobre a História do PCB nos anos 20 ("Construindo o PCB: 1922-1924", "Notas sobre as origens do PCB em Recife: 1910-1930", "O PCB e o Movimento Comunista Internacional", e outros), agora materializada pela Editora Global, de São Paulo, é assim uma excelente idéia. Eles certamente merecem ser enfeixados em livro, pois contribuem para sacudir imagens estereotipadas; ajudam a rever o passado e suscitam questões interessantes. Estão de parabéns, tanto o autor como o editor.

Rio de Janeiro, 12 de março de 1985

Leandro Konder

APRESENTAÇÃO

Campina Grande, dezembro de 1984

Aparecem agora reunidos em livro um conjunto de ensaios e artigos sobre a história do Partido Comunista Brasileiro, escritos nestes últimos anos. Compostos para fins diversos, um fio comum no entanto os unifica; a preocupação de buscar as origens de uma elaboração teórico-política *nacional* entre os comunistas brasileiros e a rejeição de um viés conspirativo na explicação das raízes da política comunista entre nós.

O primeiro ensaio, "Construindo o PCB: 1922-1924", escrito originalmente em 1980 como uma apresentação de uma coletânea de artigos de Astrojildo Pereira, da década de vinte, avança a tese pioneira da relativa autonomia teórico-política do PCB durante os anos 20. O segundo, "Notas sobre as origens do PCB em Pernambuco: 1910-1930", procura verificar a tese no contexto da experiência regional dos comunistas pernambucanos, destacando contudo suas particularidades locais. "O PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo original" e "O PCB e o movimento comunista internacional (1925-1929)", publicados inicialmente na *Voz da Unidade,* são na verdade a íntegra de comunicações apresentadas em reuniões científicas (SBPC, ANPUH) e buscam demonstrar a tese originária, à luz de uma documenta-

ção primária relativamente inédita para o grande público. Aparece aí, pela primeira vez, a teoria da *Revolução democrática pequeno-burguesa* como a criação *nacional* do marxismo brasileiro. O ensaio "O PCB e os Congressos da IC (1922-1929)", elaborado para a reunião anual da ANPPCS, em 1982, procura fazer um cuidadoso cotejo crítico entre as orientações traçadas nos diversos Congressos da IC (1922, 1924 e 1928) e a política efetivamente levada a cabo pelos comunistas brasileiros na década de 20, chamando a atenção para as gritantes diferenças de elaboração que ressaltam de uma simples comparação entre as resoluções cominternianas e as do PCB até 1928. Por fim, acrescentamos um ensaio mais recente, "Astrojildo Pereira e a questão da unidade sindical no Brasil", que tenta reconstruir a história da unidade sindical entre nós, tal como esta foi levada à prática pelos comunistas brasileiros, pondo a nu as motivações histórico-concretas da política de unidade sindical do PCB durante a Primeira República.

A presente edição é ainda enriquecida com o concurso em separado de três documentos, altamente relevantes para o estudo da política do PCB nos anos 20. O primeiro, "O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa", de Octávio Brandão, constitui uma intervenção preparada para a tribuna de debates do III Congresso do PCB 1928-29) e expõe com clareza o específico e as bases da política comunista até 1928. O segundo, "A questão sindical", de Joaquim Barbosa, publicado originalmente em *Classe Operária,* mostra a visão oficial da prática unitária dos comunistas brasileiros no movimento sindical até 1930. Finalmente, o terceiro, "Resolução sobre a questão campesina no Brasil", aparecido na revista *Correspondência Sul-americana,* do Bureau Sul-americano da IC, apresentava pela primeira vez o programa agrário do PCB.

Esperamos que a leitura desses artigos e documentos ajude a problematizar certas visões e clichês sobre a história dos comunistas brasileiros, pondo a ênfase na necessidade da recuperação daquela elaboração *nacional* pioneira, bem como da superação de certas práticas e concepções, principal condição para que o PCB torne-se assim contemporâneo da sociedade brasileira de nossos dias.

CONSTRUINDO O PCB: 1922-1924 *

I

Tornou-se uma banalidade dizer que o Partido Comunista Brasileiro, ao contrário do que ocorreu com os PCs de outros países, nasceu de uma cisão no interior de um movimento operário que, em seus aspectos mais "revolucionários", estava sob hegemonia do anarquismo.[1] Entretanto, o que não foi ainda bas-

---

* Publicado originalmente em *Temas de Ciências Humanas* (7):115-129, 1980.

1. Para o depoimento do próprio Astrojildo a esse respeito, veja-se: "Não nos assustemos com o debate", *Movimento Comunista,* 1 (3): 69-70, março/1922. A historiografia reproduz integralmente essa versão: Paulo Sérgio Pinheiro, "O proletariado industrial na Primeira República", *O Brasil Republicano. Sociedade e instituições (1889-1930). HGCB,* Tomo 2, Vol. 9 (São Paulo: Difel, 1977), pp. 171-172; JF. Dulles, *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, pp. 142-148; L. A. Moniz Bandeira et alli. *O ano vermelho. A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967), pp. 269 e ss.; Edgar Rodrigues. *Novos rumos. Pesquisa social (1922/1946)* (Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1978).

tante esmiuçado foi a natureza do processo político-ideológico, no seio da classe operária e de suas lideranças, que vai dar na origem dos primeiros grupos comunistas e, depois, na fundação do PCB. A pouca atenção dispensada a esta questão crucial, sobre o nascimento do Partido, foi responsável pelo não aprofundamento de indagações, tais como: surgiu o PCB de uma crise "orgânica" no seio do movimento operário e socialista brasileiro? Foi a sua criação precedida de um longo debate político-ideológico entre as lideranças da classe operária? Participaram ou foram informados do debate os militantes mais ativos e/ou as bases mais amplas do movimento operário? — A essas importantes questões, e de tão grande repercussão na história subseqüente do Partido, os historiadores e cientistas políticos têm invariavelmente respondido com as declarações dos próprios militantes comunistas.[2]

2. As fontes utilizadas para a reconstrução dessa fase crucial na história do Partido têm sido: Astrojildo Pereira, *Formação do PCB. Notas e documentos. (1922-1928)* (Rio de Janeiro: Vitória, 1962), p. 72, e a versão do Comitê Central Executivo do PCB, em 1922:

"*ANTECEDENTES*

O mais antigo dos grupos comunistas existentes no Brasil era o de Porto Alegre, organizado em novembro de 1918 sob a denominação de União Maximalista. Esta constituía, assim, o núcleo orgânico mais antigo de decididos partidários da Revolução Sovietista Russa e da Internacional Comunista.

Noutras cidades, como Rio de Janeiro, Recife, São Paulo etc., onde as camadas mais avançadas do proletariado foram quase sempre influenciadas pelos anarquistas, muitos militantes demonstraram, desde a primeira hora, fundas simpatias pela obra do Partido Comunista Russo e da Terceira Internacional.

Só lentamente, mercê das lições e experiências da Revolução Russa e pela leitura direta da literatura bolchevista, foi a ideologia mais ou menos caótica até então predominante se transformando numa ideologia de sentido marxista.

Estas tendências se acentuaram no Rio de Janeiro por meados de 1921, quando alguns camaradas provocaram reuniões gerais dos mais conhecidos militantes do proletariado local.

Nessas reuniões foram largamente debatidos os problemas da Revolução Mundial à luz das experiências em curso na Rússia. Inúmeros documentos foram lidos e discutidos. Depois de uma série de ardentes debates, as posições e atitudes se definiram: uma parte — a maior parte — se inclinou decididamente pelos bolchevistas, e outra permaneceu irredutivelmente

Ora, o que se coloca para a reconstrução da história do PCB e do movimento operário brasileiro é justamente a avaliação crítica de tais declarações, em vista de outros depoimentos e, sobretudo, do desempenho efetivo do Partido nos anos que se seguirão à sua fundação. Neste sentido, aquelas declarações tornam-se muito relativas. Primeiro, pelo fato de outras versões, não menos dignas de crédito, porém de manifesto que a discussão político-ideológica acerca das "lições e experiências da Revolução Russa" e "dos problemas da Revolução Mundial" não passou efetivamente pelas lideranças, ao menos todas as lideranças, mais representativas do proletariado, nesse então. Ainda mais: afirma-se que o proselitismo político-partidário, pelos comunistas, nos meios sindicais, foi feito à revelia e às escondidas das lideranças anarquistas, com todo um cortejo posterior de nocivas conseqüências para a unidade do movimento sindical.[3] Segundo, tendo-se em vista as análises (ou a ausência de) concretas da formação social brasileira,

contra. Isto indicou aos partidários de Moscou que seria inútil continuar com os debates. Era preciso concretizar. Foi assim que doze dos camaradas mais esclarecidos decidiram a fundação do Grupo Comunista, destinado a propagar e defender no Brasil o programa da III Internacional. A sessão de fundação do Grupo Comunista se realizou precisamente por coincidência de bom augúrio a 7 de novembro de 1921.

Constituído o Grupo Comunista do Rio de Janeiro, este entrou imediatamente em relações com todos os centros proletários do Brasil, expondo seu programa, divulgando as 21 condições de admissão na III Internacional e decidindo a publicação de um mensário de doutrina e informação sobre o movimento revolucionário internacional, intitulado *Movimento Comunista*, cujo primeiro número se publicou em janeiro último". CCE, "Nosso Congresso", *Movimento Comunista, I* (22) (junho 1922), pp. 178-179.

3. Veja-se, a esse respeito, Edgar Rodrigues, *Novos rumos. Pesquisa Social*, pp. 33 e ss., e José Oiticica, "Brandão e Gildo", *Ação Direta*, 10 (115) (março 1957), pp. 1-3: "Pois bem, para o fim do ano, fui sentindo, em certos sindicatos, frieza absoluta, risos de mofa, descaso. Referi a impressão ao nosso velho camarada João Gonçalves e ele me aludiu a Astrojildo, terminando com uma frase que me pareceu duríssima.

Seria possível? Astrojildo renegava o anarquismo? Astrojildo virava casaca e se passava traiçoeiramente para o bolchevismo?

Foi quando faliu a *Voz do Povo* e Astrojildo com outros promoviam um arrebanho de donativos para os famintos da Rússia... Numa reunião promovida na rua José Maurício (sindicato dos Padeiros, se não me falha a memória), Astrojildo, visivelmente embaraçado, com meias frases, titu-

no período, e das práticas levadas a efeito pelo PCB frente às conjunturas que se lhe abriram, é deveras problemática a afirmação de que, após intensos debates e "pela leitura direta da literatura bolchevista (os mais conhecidos militantes do proletariado carioca), transformaram a sua caótica ideologia numa ideologia de sentido marxista".[4] Porquanto, nas palavras mesmas de Astrojildo Pereira, em 1949, somente em agosto de 1924 é que foi feita a primeira tentativa no Brasil de análise marxista da situação nacional.[5] Análise esta posteriormente abandonada pelo Partido como sendo fruto de "uma aplicação mecânica e arbitrária do método dialético na análise da situação brasileira".[6] Desse modo,

beando, expõe-nos a necessidade de acudir ao povo russo, pois seria ajudar a revolução proletária no mundo.

Eu, Gonçalves, Fábio Luz e outros entreolhamo-nos e não demos trégua a Astrojildo, demonstrando-lhe que já não nos iludíamos com Lênin, Trotsky e quejandos "revolucionários".

Astrojildo não insistiu. Dias depois, entrando eu no mesmo sindicato, vi, reunidos na saleta de entrada, com Astrojildo à cabeceira de mesa, além deste, Brandão, Diniz e mais outro... Foi quando Elias alvitrou: 'Gildo, não acha melhor dizer ao Oiticica o que se passa?'

Astrojildo, sem levantar a cabeça de um papel que segurava, respondeu displicentemente: 'É... é melhor'.

E Elias, voltando-se para mim, na sua linguagem de ex-embarcadiço, proferiu esta frase expressiva: 'Oiticica, nós agora é na exata!'

Nada mais disse porque, compreendendo tudo, retruquei apenas: 'já sei, vocês são bolchevistas'. Eles confirmaram e eu retirei-me.

Compreendi a ação subterrânea de Astrojildo. Ele havia, sem me dizer nada, minado os sindicatos, propagado o vírus da ditadura do proletariado e da férrea disciplina, a exata de Elias."

4. Cf. a versão do Comitê Central Executivo, nota 2.

5. Cf. Astrojildo Pereira, "Pensadores, críticos e ensaístas", *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* (Rio de Janeiro: Souza, 1949), p. 656.

6. Cf. Astrojildo Pereira, *Formação do PCB*, p. 66. A obra onde estão inseridas essas análises — *Agrarismo e Industrialismo. Ensaio marxista-leninista sobre a guerra de classe no Brasil e a revolta de São Paulo* (Buenos Aires, 1926) —, embora fira questões cruciais relacionadas com as bases da revolução brasileira, foi mais tarde severamente criticada pelo próprio autor, Octávio Brandão. Para a autocrítica, veja-se Octávio Brandão, "Combates da classe operária", *Brasiliense* (4): 62-81 (março/abril, 1963), onde diz: "a obra tem *falhas*. Não compreendeu, com a devida clareza, o caráter e o conteúdo da revolução no Brasil. Nem suas forças motrizes. Nem suas etapas. Nem a ligação e a correlação entre as etapas. Nem o

o que se afigura como mais ou menos claro é que, para além da versão corrente a respeito da fundação do PCB, os comunistas brasileiros não surgiram no bojo de uma intensa e prolongada discussão, entre as lideranças então mais abalizadas da classe operária, sobre o movimento socialista nacional e internacional. E tal fato produziu conseqüências de extrema relevância não só para a organização sindical do proletariado, mas até mesmo para o próprio desempenho político do PCB.

Outro aspecto importante ligado à natureza do processo que deu origem ao Partido Comunista Brasileiro é o da herança ideológica de suas primeiras lideranças. Aqui, mais uma vez, deu-se demasiada atenção ao legado anarquista.[7] Embora não seja de se desprezar os restos da influência anarco-sindicalista sobre as práticas sindicais dos comunistas brasileiros, não decorre daí, certamente, o interesse, sempre vivo, do Partido pelas grandes questões político-nacionais (o problema da terra, das liberdades democráticas, a luta antiimperialista etc.) e, em conseqüência, de suas tentativas de articulação com outras forças sociais, que não a classe operária.[8] Com isso, queremos nos referir à formação

desenvolvimento e a transformação da revolução agrária, popular, democrática e antiimperialista em revolução proletária, socialista. Subestimou a importância dos camponeses — os melhores aliados da classe operária. Não viu com clareza a diferença entre os vários grupos de trabalhadores revoltosos. Exagerou a significação da tríade — a tese, a antítese e a síntese. Fez uma aplicação esquemática da tríade materialista à História do Brasil".

7. Veja-se, por exemplo, Paulo Sérgio Pinheiro, *O proletariado industrial na Primeira República*, p. 176.

8. Essa influência reponta em vários depoimentos: para Astrojildo, veja-se Gilberto Freire, *Ordem e Progresso* (Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959), Vol. 1, p. 68; para Luis Carlos Prestes, Hélio Silva, *A Grande Marcha, 1926* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965), e os matizes positivistas da "proclamação de Sto. Ângelo"; para Cristiano Cordeiro, "Respostas do Dr. Cristiano Cordeiro ao Prof. Gadiel Perruci", manuscrito datilografado, s.d., p. 4, onde este militante refere-se à doutrina social positivista. Diga-se, de passagem, que a atitude de Astrojildo em relação aos militares (Deodoro, Benjamin, Floriano, Hermes, Prestes e outros), durante a Primeira República, é bem sintomática a esse respeito.

Ainda a propósito da relação entre positivismo e comunismo no Brasil, um autor já observou que uma das grandes lacunas do marxismo brasileiro é justamente a ausência da dialética hegeliana.

positivista ou semipositivista de algumas de suas lideranças mais expressivas: Astrojildo Pereira, Luis Carlos Prestes, Cristiano Cordeiro etc. [9] É que o positivismo foi, no início da República, a expressão político-ideológica do "jacobinismo" brasileiro, tendo se tornado, assim, na proto-ideologia de dois grandes movimentos sociais: o Trabalhismo e o Comunismo. Será, aliás, graças ao positivismo que se viabilizará, na sociedade brasileira, a possibilidade de um partido (comunista) operário. É claro que, como toda herança, o positivismo colocará para o PCB o problema da superação de seu rescaldo ideológico pequeno-burguês, sobretudo naquelas conjunturas onde os atores políticos mais "revolucionários" sejam, de alguma forma, pequeno-burgueses. Mas a história de superação dessas amarras será um difícil e lento aprendizado que vai desde o reforçamento das bases comunistas nos meios sindicais urbanos e agrários até a sua depuração ideológica propriamente dita.

II

A despeito de seu anunciado propósito de "defender e propagar, entre nós, o programa da Internacional Comunista", as relações entre o Partido Comunista Brasileiro e a III Internacional *(Comintern),* na primeira metade da década de vinte, estarão longe de ser regulares e assíduas. A história do "Cometa de Manchester" [10] pertence mais à lenda, ou ao anedotário do Partido, e por isso nenhuma influência de peso terá sobre a linha a ser adotada pelo Partido. Na verdade, a aproximação dos comunistas brasileiros com o *Comintern,* neste período, será mais um ato unilateral da parte deles que uma conseqüência dos esforços sistemáticos da Internacional em dirigir e controlar, minuciosamente, a vida íntima de suas secções nacionais sul-americanas. É preciso lembrar que o PCB nasceu à margem da IC, tendo procurado o seu reconhecimento junto a ela, através de uma delegação ao IV Congresso do *Comintern,* em Moscou, nos meses de novembro/dezembro de 1922. E que mesmo assim só foi aceito como membro efetivo de suas fileiras em princípios de 1924. [11] Acrescente-se a isso o fato de o *Bureau Latino-americano,* da IC, somente ter sido criado em 8 de julho de 1924; sendo as questões então pendentes nas secções comunistas sul-americanas resolvidas pelo Secretariado do EKKI (Comitê Executivo da IC) dos Partidos Comunistas dos Países Latinos e, mais precisamente, pelo Partido Comunista Argentino, que funcionou, durante todo este período, como "uma caixa postal para os contatos com os PCs latino-americanos". [12] Parece ter sido, aliás, através desse último que foi enviada a "saudação aos trabalhadores do Brasil" (mensagem do secretário do SSA) por ocasião do congresso de fundação do PCB. E será através do secretário-geral do PC argentino que os comunistas brasileiros serão reconhecidos pela Internacional. É ilusória, portanto, a tese de que o Partido Comunista Brasileiro, em seus primeiros anos de vida, teve os passos estreitamente determinados pelas resoluções da IC.

Ao contrário do que se pensa, as estratégias e táticas do *Comintern,* a respeito da questão sindical e da Revolução Mundial, é que foram adaptadas, bem ou mal, às condições objetivas e subjetivas do meio social brasileiro. Pode, assim, resultar em sério equívoco querer analisar a política de "frente única" sindical, no Brasil, sem consultar as relações específicas que foram mantidas entre os comunistas, anarcó-sindicalistas e reformistas brasileiros. Da mesma forma, será muito difícil extrair as razões que inspirarão as táticas do PCB em face das revoltas "tenentistas", das

9. Queremos nos referir, aqui, tanto à "classe média empobrecida", de que Prestes foi tão-somente um "símbolo", como ao "campesinato" — dois interlocutores constantes do Partido Comunista Brasileiro e, sem dúvida, um dos principais pontos da divergência teórico-política entre comunistas e trotskistas brasileiros.

10. Cf. Afonso Schmidt, *Bom tempo* (São Paulo: Brasiliense, 1958), p. 350. Essa "estória" pretende dar conta do papel da Internacional Comunista nas origens do PCB. Entretanto, para avaliar a relevância do tal "cometa" (presumível delegado da IC para América Latina) na história do Partido, basta lembrar que o CCE, em seu relato sobre a fundação do PCB, não lhe faz a menor referência. Cf. nota 2.

11. Cf. Paulo Sérgio Pinheiro, *A III Internacional e a gênese da preocupação com a América Latina. 1919-1926* (São Paulo, 1979), mimeografado (texto apresentado no "II seminário de relações de trabalho e movimentos sociais". CEDEC), pp. 16-17.

12. Idem, p. 17.

discussões entre M. N. Roy, Lênin, Zinoviev e Stálin acerca da participação dos comunistas nos movimentos de libertação nacional. Aquelas razões terão de ser buscadas, antes, na complexidade da formação social brasileira, na sua estrutura de classes, na formação ideológica das lideranças comunistas, nas mobilizações nacional-populares, encabeçadas pela pequena burguesia etc.

O caráter de sujeição do PCB em relação à IC deve ser entendido mais em função das carências teóricas e políticas dos comunistas brasileiros, em face de conjunturas que solicitarão de sua parte uma intervenção firme e decidida, que das ingerências burocráticas, mecânicas e "estrangeiras" do *Comintern* na vida do Partido. Mesmo depois de 1924, quando será criado o *Bureau Latino-americano,* o assessoramento político-organizatório/ideológico da IC aos Partidos Comunistas sul-americanos deixará muito a desejar. A propósito, veja-se o que disse Astrojildo Pereira, em 1928, na *Correspondência sul-americana,* órgão de informação e diretrizes para os PCs latino-americanos:

> "*Relações com a IC e com o SSA* — Sofrem de um mal intermitente, já mais ou menos regulares, já completamente irregulares. Várias causas têm determinado tais irregularidades: as distâncias (uma carta do Rio a Moscou demora 25 a 30 dias), as preocupações locais absorventes da direção do Partido, a ilegalidade etc. Com referência propriamente ao SSA, durante algum tempo suas relações com o PCB foram bastante assíduas, se bem que de caráter mais burocrático que político, há cerca de um ano, porém, que tais relações sofreram as conseqüências dos trabalhos fracionistas de Penelón na Argentina, paralisando-se quase por completo. Atualmente, reorganizado o SSA em bases mais sólidas, realizando-se um trabalho coletivo, com a participação efetiva de todos os partidos sul-americanos, é de esperar que as relações de nosso Partido com a IC se estabeleçam doravante, por intermédio do SSA, de maneira mais sistemática e mais útil".

E ainda:

> "O Brasil (como também toda a América do Sul) merece da IC atenção mais séria do que até agora foi prestada, e nosso Partido, formado e mantido através das maiores dificuldades, tem o direito de esperar dos órgãos dirigentes da IC uma assistência política mais assídua do que a que tem sido prestada até o momento".[13]

III

Mas, para além de seus possíveis vínculos políticos e organizatórios com a Internacional Comunista, uma singularidade remarcará a fundação do Partido Comunista Brasileiro: a vigência de uma dualidade de estratégias e táticas no seio do novel partido, oriundas de momentos diversos da história da IC (1919-1921; 1921-1924). Coexistirão no interior do PCB uma "estratégia ofensiva a curto termo", que põe a ênfase na cisão do movimento operário através da recomendação da criação de "núcleos comunistas" nas velhas organizações sindicais da classe operária (procurando-se hostilizar abertamente todo e qualquer contato de comunistas com centristas e reformistas) e uma "estratégia defensiva" que, em face do refluxo do movimento operário europeu e da reação patronal contra o nível de vida das massas e suas conquistas políticas e sociais, passa a privilegiar, agora, a organização de "frentes únicas" operárias e socialistas (entre comunistas, socialistas, sindicalistas, membros de sindicatos cristãos ou liberais), de caráter provisório, contra a ofensiva dos padrões.[14]

De fato, essa contradição ressalta, a todo momento, das palavras de Astrojildo Pereira, quando trata da "questão sindical". Desde o artigo-programa do *Movimento Comunista,* a necessidade da unificação sindical é colocada como princípio. E tal necessidade é reiterada sucessivas vezes, em todo o decorrer deste pe-

13. Apud Edgard Carone, *Movimento operário no Brasil. (1877-1944)* (São Paulo: Difel, 1979), pp. 512-513.

14. Cf. Fernand Claudin, *La crisis del movimiento comunista. Del Komintern al Cominform* (Madrid: Ruedo Ibérico, 1970), Vol. I, pp. 78-79. Em relação ao PCB, veja-se Michel Zaidan, *Comunistas e comunistas. (As relações entre anarco-sindicalistas e comunistas brasileiros nas crises da República Velha: 1922-24)* (manuscrito datilografado, janeiro 1970), pp. 4 e 18-19. Para um estudioso essa singularidade explicar-se-ia pelo fato de que "num espaço de pouco mais de cinco anos o PCB deverá experimentar em concentrado modificações de linha geral que, no quadro europeu, pertencem a uma evolução mais longa". Cf. Paulo Sérgio Pinheiro, *A III Internacional...*, p. 18.

ríodo.[15] Entretanto, aqui e ali, aflora a contradição latente: se é necessário lutar pela unidade do movimento sindical, ao mesmo tempo é preciso definir e delimitar os campos nitidamente.

Mas isso não é tudo. Levado à prática, a política sindical dos comunistas brasileiros penderá consideravelmente para o divisionismo.[16] É provável que boa parte das razões responsáveis por essa direção seja atribuível ao sectarismo dos anarco-sindicalistas do Rio de Janeiro que, frente a "invasão", agora, dos comunistas nos meios sindicais cariocas, decidirão organizar as suas associações na base de declarações de princípios — "libertárias". Contudo, as confissões de diversos militantes comunistas, assim como a sua prática efetiva, nos permitem dizer que, na melhor das hipóteses, a política de "frente única" sindical do PC sempre subentendeu a hegemonia do Partido Comunista Brasileiro sobre seus outros aliados.[17] A propósito, é de interesse observar rapidamente como foi, de fato, realizada a política de "frente única" dos comunistas: numa conjuntura de permanente ilegalidade, o PCB se servirá de uma "Confederação Sindicalista-Cooperativista", mais ou menos governista e patronal, para ter acesso aos

---

15. Veja-se os seguintes artigos: "Movimento Comunista" *in Movimento Comunista,* I (1) (janeiro 1922), p. 1; "A reorganização sindical" *in Movimento Comunista,* I (6): (maio 1922), pp. 143-144; "A organização sindical das massas" *in MC,* II (15): 24, 1/1923 e *MC,* II (18-9): 112, 3/1923. Embora a linguagem destes artigos ainda faça lembrar o anarco-sindicalismo, o seu conteúdo a aproxima da tática "frentista" da IC. É de bom alvitre acrescentar que, em face da inferioridade numérica do PCB nos meios sindicais e da permanente conjuntura de ilegalidade com que o PCB se defrontou, a "frente única" sindical era uma tática assaz oportuna não só para os comunistas, como para o movimento operário em seu conjunto.

16. A esse respeito, veja-se os depoimentos de Joaquim Barbosa, o responsável pela secção sindical do partido: "convém notar que as campanhas, movidas pelo Partido contra os chefes amarelos dos trabalhadores, só têm sentido no meio da massa, quando estão prestigiadas por uma vanguarda que se encarregue de dificultar a defesa do traidor ou dos traidores atingidos.

Tem o Partido núcleos nestes sindicatos capazes de neutralizar ou mesmo dificultar as arremetidas dos nossos adversários? Não tem, infelizmente, sucede que as nossas campanhas nestas condições, em vez de refletirem satisfatoriamente entre as massas, pelo contrário, ferem-nas, fazem com que, dado o seu atraso, se julguem elas atacadas e neste caso os resultados são, por isso mesmo, negativos." Apud Edgar Rodrigues. *Novos rumos,* p. 286. É fácil perceber que a tática empregada aí é a das "21 condições de admissão à III Internacional Comunista", ou seja, a do divisionismo. A propósito, é de 1923 a publicação das "21 condições" pelo Grupo Comunista de Santos. Veja-se também Octávio Brandão: "Os sindicatos dos sapateiros e da construção civil eram duas posições do anarquismo e anarco-sindicalismo. Neles, os comunistas cometeram erros grosseiros. Fizeram ameaças aos adversários. Praticaram atos de indisciplina. Tentaram cindi-los. Isto impediu a conquista desses 2 sindicatos. A luta prolongou-se durante vários anos.

Os comunistas dividiram o sindicato dos sapateiros, violando a decisão da CCE do PCB. O velho sindicato anarquista vegetou miseravelmente. O novo sindicato, dirigido pelos comunistas, levou uma vida difícil sob os golpes do estado de sítio. Depois, aproveitou o período de relativa legalidade em 1927/28 e desenvolveu-se. Mas ficou debilitado com a reação em 1929.

O sindicato da construção civil, dirigido pelos anarquistas, também vegetou. Os comunistas organizaram um novo sindicato que progrediu em 1928-9 e caiu sob os golpes da reação depois de junho de 1929.

Em 1923, agravou-se a luta entre o PCB e os anarquistas e anarco-sindicalistas. A Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro era débil. Os anarquistas e anarco-sindicalistas cindiram-na. Criaram a Federação Operária do Rio de Janeiro, com os sindicatos de construção civil, sapateiros e dissidentes do centro cosmopolita, num total de 1.500 membros. A Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro com os sindicatos dos padeiros, alfaiates, carpinteiros, canteiros e marmoristas, e um total de 3.500 membros. O PCB tratou de reforçá-la. Esse fato provou que o anarquismo era cisissionista e contribuiu para desmascará-lo". *Combates e batalhas. Memórias* (São Paulo: Alfa-Ômega, 1978), Vol. I, pp. 250-1. Para as versões anarco-sindicalistas, veja-se E. Rodrigues, "Manifesto da união dos operários em construção civil", *Novos rumos,* pp. 29-33, e M. Vilhena, "Os bolchevistas no sindicato", *A Plebe,* VI (210):2, 26/5/1923.

17. Cf. J. Oiticica: "Quanto à frente única sempre o fizeram, como já acentuei, os anarquistas. Nossa dissidência com a IC está somente em que a IC não quer frente única dos trabalhadores, mas frente única dos trabalhadores dentro do partido comunista". "Resposta necessária. V", *A Plebe,* VI (226): 2, 5/1/24. De sua parte, os comunistas terminaram por ratificar esta denúncia: "mais do que nunca torna-se necessária a disciplina no seio das diversas organizações obreiras do país, em torno do Partido Comunista recém-fundado no Rio de Janeiro, que indiscutivelmente corresponde às necessidades do momento; trabalhar com energia pela sua propaganda, tornando-o conhecido dos trabalhadores, como familiarizar-se com os seus princípios, esforçando-se pela adesão do maior número de organizações proletárias, deve ser o nosso lema neste momento". A. Teixeira, "Ocasião oportuna", *A Voz Cosmopolita,* III (44): 2, 13/1/1923.

sindicatos e publicar os seus comunicados aos trabalhadores, ao tempo em que assimilará os anarco-sindicalistas brasileiros aos social-democratas reformistas europeus (ou aos "oportunistas de esquerda" a que se refere Lênine em *O Estado e a Revolução*). Mas, diga-se, em favor dos comunistas, que o panorama sindical-brasileiro, na década de vinte, apresentar-se-á muito dividido: os anarco-sindicalistas conservarão a sua influência, ainda por muito tempo, sobre algumas associações operárias (precisamente, as mais "revolucionárias"), e o governo, os patrões e a pequena burguesia reformista controlarão o grosso das organizações sindicais. Em face disso, os comunistas terão de oscilar entre uma aliança tácita com os sindicatos reformistas (arriscando-se a serem absorvidos pela ofensiva política/ideológica do governo) e uma longa, inglória e espinhosa batalha contra os anarco-sindicalistas (arriscando-se a enfraquecerem o já debilitado movimento operário) — quando menos para construírem a sua própria identidade como revolucionários sociais.

IV

Onde, porém, os comunistas brasileiros muito pouco ou nada ficarão a dever à IC é certamente em suas análises sobre a natureza de classe do Estado republicano. Tais análises, frisemos, representarão um inegável avanço em relação às concepções políticas (algo abstratas) dos anarco-sindicalistas.[18] Baseadas numa certa aplicação do *Manifesto Comunista* e no senso político comum das oposições na Primeira República, elas anteciparão a maioria dos temas da historiografia contemporânea ligada ao assunto: a regionalização da estrutura de classes, a hegemonia política mineiro-paulista, o reacionarismo antiproletário, o dualismo agricultura/indústria, tudo isto já estará presente nas análises de Astrojildo Pereira. Aliás, comparando estas análises com o que foi escrito posteriormente sobre o Estado republicano, não há como evitar a impressão de que muito pouco foi feito ainda para a determinação precisa da forma de domínio burguês vigente na Primeira República.

Nos propósitos desta apresentação, vale a pena, contudo, chamar a atenção para duas lacunas mais ou menos sérias que aparecem nessas análises: o papel do imperialismo e o lugar da pequena burguesia nos quadros do Estado republicano. Em relação ao primeiro, é forçoso reconhecer que o PCB, nesta época, subestimou consideravelmente a sua importância na forma da dominação burguesa republicana. Principalmente em certas conjunturas, ele não perceberá que a política do governo haverá de se sujeitar antes aos desígnios do imperialismo inglês que às necessidades da burguesia cafeeira. Como reconheceria (autocriticamente) Astrojildo Pereira mais tarde, o imperialismo se apresentaria aos comunistas, neste período, como um fator que deveria "também" ser levado em conta na caracterização da política nacional. Seria um fator como outro qualquer, talvez até secundário.[19] Mais grave, porém, é a incompreensão do lugar da pequena burguesia no sistema de alianças da classe dominante. A exclusão, por exemplo, dos militares (Deodoro, Floriano, Hermes da Fonseca) do quadro geral da "hegemonia política" mineiro-paulista revelará, a um só tempo, o reconhecimento, por parte dos comunistas, das vicissitudes da dominação burguesa no Brasil (a precária assimilação da pequena burguesia ao sistema de alianças da classe dominante) e a incapacidade de compreender tal forma de domínio. Será, aliás, esta incompreensão a responsável pelo comportamento oscilante do PCB em relação aos "tenentes". Esse comportamento nos conduz, por fim, à última parte desta apresentação.

18. Embora veemente, a crítica anarco-sindicalista ao Estado (ou ao "princípio da autoridade", como diziam os anarco-sindicalistas brasileiros) não parecia muito profunda. Não só identificava o "Estado" como o aparelho burocrático-parlamentar do Estado, como nunca caracterizava historicamente este "Estado". Para ter uma idéia do grau de abstração dessa crítica, basta observar a resposta dada por um militante anarco-sindicalista, do Rio de Janeiro, em pleno estado de sítio, aos censores de Epitácio Pessoa: "a nossa propaganda antiestatal, antipolítica, antigovernamental não é particularmente contra o partido republicano, contra a presidência Epitácio ou contra as instituições brasileiras. Como anarquistas, os nossos ataques dirigem-se a todos os partidos, a todos os governos e a todas as instituições". M. Marques da Costa, "A sedição de 5 de julho: estilhaços", *A Plebe*, V (186): 3, 22/7/1922. Cf. M. Zaidan, *Comunistas e comunistas*, p. 13.

19. Cf. A. Pereira, *Formação do PCB*, p. 66.

V

Não haverá nada mais problemático, na história do PCB, que atribuir a sua linha tática frente ao "tenentismo" a uma mera sujeição burocrática às concepções da IC, acerca da participação dos comunistas nos movimentos de libertação nacional. A esse respeito, pode-se dizer com segurança, e sem nenhuma conotação pejorativa, que o Partido Comunista Brasileiro sempre foi muito nacional. Podemos, é certo, cobrar-lhe uma análise objetiva sobre a estrutura de classes, na sociedade brasileira, e das relações mantidas entre estas classes em vista dos interesses da classe operária. Mas será uma injustiça imperdoável não reconhecer que as suas táticas, em relação aos movimentos de revolta da pequena burguesia, refletem profundamente as características da formação social brasileira. Primeiro, a via reacionária assumida pelo desenvolvimento do capitalismo, no Brasil, e seus efeitos sobre a fraca transformação das relações de produção na agricultura brasileira; segundo, o caráter profundamente antidemocrático da dominação burguesa republicana (resultante daquela via), caracterizada pelo predomínio político da burguesia agrária sobre o conjunto da sociedade; e terceiro, a extrema fragilidade do sistema de alianças da classe dominante, produto de um desenvolvimento capitalista ainda incapaz de abrir espaço à participação sócio-econômica da pequena burguesia. [20] Só a partir do influxo dessas determinações sobre a formação do PCB, será possível fazer uma avaliação correta de seu desempenho tático. A história mesma da biografia de seus militantes é uma boa demonstração dessa tese. Procederão de regiões caracterizadas pela baixa capitalização das relações de trabalho, não disporão de grandes oportunidades sociais, sofrerão a influência difusa do positivismo e envolver-se-ão em todas as mobilizações nacional-populares: o abolicionismo, o Republicanismo, as crises oligárquico-liberais, as lutas nacionalistas etc.

Em face das rebeliões "tenentistas" de 1922 e 1924, a primeira reação do então Partido Comunista do Brasil será manter a neutralidade, em benefício do trabalho de organização autônoma da classe operária. Entretanto, é só a primeira reação. Contactado pelos "tenentes" para colaborar na agitação das ruas, auxiliando a ação militar quando esta explodisse, [21] mesmo restrito em suas bases sindicais (urbanas e rurais), teoricamente frágil e sem uma percepção clara da natureza do movimento, os militantes comunistas perceberão que o sentido das lutas operárias passa pela "revolução pequeno-burguesa" também. E embora correndo o risco de atrelar a prática política dos operários às ações dos "tenentes", no bojo da insurreição, acharão que pior será manter-se à margem dela, sem tentar extrair de si vantagens políticas e econômicas para a classe operária. [22] Ademais, o movimento

---

20. Gostaríamos de fazer, aqui, uma advertência preliminar: essa consideração não se aplica à sociedade paulistana que, por isso mesmo, antes de ser um modelo para a análise das lutas de classe na Primeira República, é mais uma exceção. Em São Paulo, um maior grau de desenvolvimento capitalista, se bem que assentado numa força do trabalho política e socialmente marginalizada, foi responsável pela incorporação da pequena burguesia ao sistema de alianças da classe dominante, tornando difícil qualquer mediação e polarizando assim os conflitos. Daí a ausência de uma pequena burguesia "jacobina" no estilo da do Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre etc., e de mobilizações nacional-populares.

Ao proletariado urbano e agrícola de São Paulo restarão apenas duas alternativas: a revolta direta contra o capital ou a sua cooptação direta por este. Essa será uma das razões, aliás, por que o anarco-sindicalismo terá mais sorte em São Paulo do que o PCB, recobrindo um isolamento, de fato, do proletariado na sociedade paulistana. A mobilização política da classe operária, em São Paulo, por sua vez, terá de esperar pela revolta "tenentista" de 1924 e a chegada à capital paulista dos "jacobinos cariocas".

21. Cf. E. Dias, *História das lutas sociais no Brasil* (Rio de Janeiro: Edaglit, 1962), pp. 168 ss., e M. de Lacerda, *Entre duas revoluções* (Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1927), pp. 86-105.

22. Cf. Michel Zaidan: "Entretanto, é com a rebelião de 1924 que as articulações entre líderes 'tenentistas' e militantes comunistas tornam-se mais efetivas. Em resposta aos acenos militares em sua direção, emissários do PCB, em nome da CCE, prometem ajuda aos revoltosos, mas *sob certas condições:* direção independente do PCB no movimento militar; ampla liberdade de propaganda e agitação para os comunistas; e que fossem devidamente consideradas as reivindicações específicas do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas. Acenando com a promessa de uma nova constituição dotada de 'direitos dos trabalhadores', requeriam em troca os 'tenentes' que os operários deflagrassem uma grande paralisação nas fábricas e transportes, desorganizando a cidade e favorecendo assim a uma intervenção dos militares. No entanto, os líderes comunistas negaram-se a fazer tal coisa, alegando que, devido à fraqueza da organização operária e do próprio Partido, não podiam iniciar a luta armada,

granjeará tão fundas raízes populares que até mesmo os anarco-sindicalistas, com todo o seu sectarismo "apolítico", conceder-lhe-ão o seu apoio "moral" e concitarão o povo a ajudá-lo.[23] Colocar-se-ia o Partido Político, por excelência, da classe operária contra um movimento inegavelmente popular? — Não, foi o que disseram e fizeram os comunistas brasileiros, pensando que errar contra o povo era pior que errar a favor do povo. E erraram.[24]

mas apenas secundar à rebelião já em curso, lançando um jornal próprio e armando 'milhares de trabalhadores', que então decidiriam a sorte do movimento. O que foi aceito pelos chefes militares". *Comunistas e comunistas*, pp. 23-24.

23. Veja-se "Movimento revolucionário", *A Plebe*, VII (244): 1.2, 25/7/24, onde os anarco-sindicalistas de S. Paulo, reconhecendo o caráter "popular" do movimento e sabendo-se minoritários no seio da classe operária, hipotecam-lhe a sua simpatia "moral" e concitam o povo a apoiá-lo. Nesta mesma edição, é publicada uma moção de militantes operários apoiando os objetivos da revolta e apresentando uma série de reivindicações proletárias. Veja-se, sobre isto, "Uma moção de militantes operários ao Comitê das Forças Revolucionárias", p. 2.

24. "Embora desde 1923 se tenha pensado, no Partido, em fazer uma aliança com a pequena burguesia tão-somente sob 'determinadas condições', era evidente que a insignificância numérica dos comunistas e a desorganização do proletariado tornariam muito difícil a efetivação daquelas condições, quando se deflagrasse o movimento. Desconhecendo a natureza e os limites da crítica pequeno-burguesa ao regime republicano, os comunistas não souberam ou não puderam libertar a prática política da classe operária, no bojo da insurreição, das ações dos 'tenentes'. Assim, quando estes assentiram em atender as reclamações da burguesia paulistana (que temia um possível levante proletário em meio à revolta), anteciparam de certa forma a derrota do proletariado, deixando-o totalmente à mercê do desenrolar dos acontecimentos." Cf. Michel Zaidan, *Comunistas e comunistas*, p. 25. Mas, diga-se, em favor dos comunistas, que escapava totalmente às suas mãos o poder de impedir ou não a participação do povo na rebelião de 1924. Além do mais, a vitória do movimento 'tenentista', nesta época, era quase uma esperança nacional. Com os comunistas equivocaram-se todas as correntes progressistas da sociedade brasileira nesse então. Pois, como partido profundamente *nacional*, o PCB refletiu todos os avanços e recuos da sociedade brasileira no que ela teve de mais progressista.

NOTAS SOBRE AS ORIGENS DO PCB EM PERNAMBUCO: 1910-1930 *

I

Embora tenha se iniciado no movimento operário e sindical de Recife pelas mãos de líderes operários anarco-sindicalistas,[1] Cristiano Cordeiro, mesmo antes de aderir ao marxismo-leninismo, nunca foi um anarco-sindicalista ortodoxo, se é que o anarco-sindicalismo como tal chegou alguma vez a ser praticado nos meios operários recifenses.[2] Se analisarmos, por exemplo, a sua

* Publicado originalmente em *Memória & História n.º 2: Cristiano Cordeiro* (São Paulo: Ciências Humanas, 1982), pp. 67-77.

1. Cf. Cristiano Cordeiro, *Depoimento prestado ao jornalista Ricardo Noblat*, p. 1.

2. Salvo Antonio Bernardo Canellas e seu grupo, o anarco-sindicalismo não se difundiu nos meios sindicais pernambucanos. A direção do sindicalismo em Pernambuco parece ter ficado dividida entre um tipo de socialismo reformista (depois manipulado pelo governo) e um tipo de sindicalismo que não excluía a possibilidade de negociação com o governo, ao qual Cristiano Cordeiro esteve ligado. Sobre isso, veja-se Aloisio Moreira Franco, *A greve de 1917 em Recife*, monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em História pela

atuação junto à *Federação das Classes Trabalhadoras de PE*, cuja origem remonta, aliás, à obra de reorganização sindical empreendida em todo o Brasil pela *Confederação Operária Brasileira* em 1914, durante a greve geral de 1919, não há como estranhar o fato de um militante dito anarco-sindicalista advogar a intervenção do governo estadual como forma de resolver o conflito entre patrões e operários. [3] Ademais, as relações mantidas no início da década de vinte entre o movimento sindical e as tramas da "grande política", através da mediação de lideranças sindicais e políticas pequeno-burguesas, tornam muito difícil a aceitação da hegemonia anarco-sindicalista no movimento operário recifense. [4] Assim, quando Cristiano Cordeiro afirma que entre 1919-1921, "juntamente com um grupo de amigos, já estudava a doutrina marxista", devemos nos precaver contra a tentação de simplesmente atribuir esta incipiente conversão ideológica à vitória da Revolução Russa em 1917 e à divulgação internacional da eficácia revolucionária do marxismo-leninismo.

II

Nunca será demais insistir que, no Brasil, a relação entre socialismo-anarquismo-marxismo foi precedida de uma atmosfera intelectual — em parte fruto da II Internacional — onde se entrelaçavam confusamente sinais de Positivismo, Evolucionismo e Monismo. [5] E que, sem dúvida, as forças sociais que proclamaram a República brasileira em 1889 se alimentaram fartamente desse "porre ideológico". Como movimentos pequeno-burgueses por excelência, o Abolicionismo e o Republicanismo encontraram nesse ecletismo doutrinário o conteúdo possível da manifestação

Universidade Católica de Pernambuco, 1978, e Antonio Paulo de Moraes Rezende, *"Pau-e-corda": a formação da classe operária em Pernambuco. 1910-1922*, tese de mestrado em História (em fase de elaboração), UNICAP, 1981.

3. Veja-se Antonio Paulo de Moraes Rezende, idem, p. 100.

4. Ibidem, pp. 1 e ss., Joaquim Pimenta, *Retalhos do Passado* (Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1949), p. 223.

5. Cf. Joaquim Pimenta, idem, p. 77.

do seu jacobinismo político. Daí ter sido a República o berço dos primeiros grupos e partidos socialistas do Brasil. Acrescente-se a isso a circunstância mesma de ter sido o legado da II Internacional uma obra de inegável sabor evolucionista, que, onde se fez conhecida, foi responsável pela criação de partidos socialistas reformistas e pequeno-burgueses, confundindo-se, nos episódios da luta política, com o jacobinismo republicano mais exaltado. Vem dessa confusão, com certeza, a associação já no século dezenove entre Republicanismo e Socialismo, aqui no Brasil. Era o segundo o modo de ser do primeiro.

Por sua vez, essa atmosfera intelectual se transferiu da cena política republicana para as cátedras das faculdades de Direito como um sopro renovador do liberalismo jurídico então predominante. Onde houve renovação, um misto de Positivismo, Evolucionismo e Monismo esteve presente, num meio fortemente dominado pelo liberalismo ou pelo catolicismo social. Disso se alimentaram, sem dúvida, os reformistas e revolucionários da Primeira República brasileira: Cristiano Cordeiro, Joaquim Pimenta, Maurício de Lacerda, Astrojildo Pereira, Evaristo de Moraes etc. Assim, antes de terem sido anarquistas, anarco-sindicalistas, socialistas "legalitários" ou "possibilistas" e comunistas, uns e outros foram vítimas desse ecletismo ideológico, tendo as suas ações por ele influenciadas até o fim de suas carreiras de militantes políticos.

III

Mas essa precedência ideológica tem a ver também com a própria natureza da formação social brasileira. Não há como dissociar o jacobinismo político, dos primeiros tempos da República, da via assumida pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil (e, especialmente, no Nordeste) e da forma de domínio burguês resultante dessa via. Em poucas palavras, a modernização — "pelo alto" — dos antigos engenhos de açúcar com a débil transformação das relações de trabalho no campo, aliada à especialização mercantil do velho porto recifense, onde a estrutura do incipiente sistema industrial aparece muito desconcentrada e ainda profundamente marcada pela existência de formas artesanais de

produção, tudo isso é responsável pela presença de uma estrutura de classes muito fluida em que não aparecem bem demarcadas as fronteiras entre proletariado e burguesia. Daí o sentido da discriminação feita por Cristiano Cordeiro, em 1933, da população eleitoral de Pernambuco em: operários, pequenos e médios camponeses, comerciantes, funcionários, estudantes, auxiliares do comércio e intelectuais pobres.[6] A mesma que havia feito Joaquim Pimenta, vinte anos atrás, ao referir-se à frente política que apoiou Dantas Barreto contra Rosa e Silva:

> "Senhores-de-engenho, que, antes, só cuidavam de seus canaviais e banguês, usineiros, industriais, comerciantes que nunca se haviam preocupado com a política, operários de fábrica, trabalhadores de campo, empregados do comércio, classes liberais, estudantes, funcionários públicos, inclusive anciãos aposentados, sem mais ambições na carreira burocrática..."[7]

É essa fluidez, produto de um desenvolvimento capitalista de frágeis transformações sobre o modo de produção e de acumulação restrita à esfera da circulação, que permite e explica as mobilizações policlassistas urbanas onde um matiz "nacional-popular" aparece como vestimenta ideológica.

Assim, a ainda relativa indiferenciação da estrutura de classe viabiliza a existência de movimentos de massa onde se articulam naturalmente reivindicações populares com reivindicações das classes dominantes. Embora, advirta-se desde logo, tal indiferenciação e os movimentos que ela dá origem não suprimam os conflitos localizados entre patrões e empregados, e as derrotas sofridas por estes últimos, em conjunturas específicas, ajudem a construir a sua identidade política como classe social distinta. A despeito disso, muitas serão as vezes em que os operários ver-se-ão arrastados pela voragem frentista dos movimentos de massa, para o que desempenharão um papel fundamental, na soldadura dessa "aliança", tanto a pequena burguesia reformista, como, mais tarde, os próprios comunistas.

6. Cristiano Cordeiro, *Proletários, às urnas*, p. 6.
7. Cf. Joaquim Pimenta, Ibidem, p. 132.

IV

É no marco dessas limitações que Cristiano Cordeiro fundará o grupo comunista de Recife, depois comitê estadual do PCB, atraindo para a novel organização líderes sindicais de experimentada atuação nos meios operários recifenses. No entanto, essa passagem ao marxismo dá-se antes mediada pela herança jacobina do que por uma assunção dialética do materialismo histórico. Por outro lado, o leninismo será a forma de divulgação internacional do marxismo, nesse período.[8]

Nada melhor para acompanhar as vicissitudes da atuação do PCB em Recife, nos seus primeiros tempos, que recuperar um pouco da história das relações travadas entre Joaquim Pimenta e Cristiano Cordeiro, figuras que, conjuntamente, simbolizam os avanços e recuos do movimento operário em Pernambuco durante a Primeira República.

Embora Cristiano Cordeiro afirme que a estréia de Joaquim Pimenta no movimento operário só tenha se dado na greve geral de 1919, quando convidado a ser o assessor jurídico da *Federação*, há indícios[9] de que Pimenta já atuava como elemento de cooptação política do operariado e outras camadas da população desde a campanha de Dantas Barreto pela governança estadual de PE,

8. Conforme depoimento prestado ao autor Heitor Ferreira Lima, ex-militante do PCB. É de interesse notar que, mesmo sem querer discutir as complexas relações entre o leninismo e o marxismo no contexto do pensamento marxista "clássico", no Brasil a assunção do marxismo se deu através do leninismo, e assim mesmo por vias positivas. O tipo de marxismo (leninista) divulgado pela III Internacional, durante essa época, também concorreu muito para isso. Sobre este último ponto, veja Paulo Matick, "Lênin e Rosa Luxemburgo", *Ruptura operária e integração capitalista* (Porto: Regra de Jogo, 1977). Embora deva-se precaver contra o *luxemburguismo* do autor.

9. Cf. Antonio Paulo de Moraes Rezende, *"Pau-e-corda": a formação da classe operária em Pernambuco 1910-1922*, p. 100, e Joaquim Pimenta, *Retalhos do Passado*, pp. 192 e 223 e ss. De fato, o próprio Pimenta foi agente de cooptação política entre os operários, no governo de Dantas Barreto, tendo atraído vários líderes sindicais, tais como João Ezequiel, Santana de Castro, ambos ligados à *Confederação Operária de Pernambucc.*

em 1910. Assim, quando Cordeiro e Rodolfo Coutinho, intelectual pequeno-burguês interessado em conhecer o marxismo, procuraram atrair Pimenta para discussões sobre a "questão social", fizeram-no não só inspirados no reconhecimento das leis progressistas do professor de Direito, mas também em função de sua militância anterior entre os operários.

Contudo, o que aproximaria Pimenta de Cristiano Cordeiro e da comissão estadual do PCB seria principalmente a afinidade ideológica entre os dois. Cristiano fora aluno do Pimenta na Faculdade de Direito de Recife e seria muito influenciado pelo "pimentismo". Para além dos vínculos pessoais entre os dois, ambos tiveram contato com o positivismo, o evolucionismo e o monismo, eram intelectuais pequeno-burgueses (um, funcionário do Tesouro estadual, e o outro, professor da Faculdade de Direito), vieram de regiões periféricas ao centro-motor de desenvolvimento do capitalismo no Brasil (Recife, PE) e ambos aderiram ao socialismo (reformista, anarquista, marxista-leninista) participando ativamente das mobilizações de massa, nesse período, e do movimento sindical dos operários urbanos em Recife.

A par dessa afinidade ideológica, recoberta muitas vezes por vínculos pessoais, um e outro encontrar-se-ão numa confraria — a maçonaria — que alimentará muitas das conspirações pequeno-burguesas contra o regime político da Primeira República. E sob esse aspecto, a maçonaria funcionará como canal organizativo informal por onde se articularão reformistas e revolucionários na tentativa comum de subverter a "politicalha burguesa" da República Velha. Dessa forma, existirão laços político-organizativos que soldarão essa insólita "aliança" entre o pequeno-burguês reformista e o pequeno-burguês revolucionário, face à aventura comum de subverter os traços mais reacionários da dominação burguesa vigente. Aliança que, como vimos, encontra suas raízes nas próprias vicissitudes do desenvolvimento capitalista na região e na estrutura de classes dele resultante.

Só a partir desse balizamento é possível entender a forma de participação dos comunistas pernambucanos nas mobilizações de massa encabeçadas pela pequena burguesia reformista e a participação dos operários nessas mobilizações.

V

A tradição de movimentos policlassistas em Recife remonta, com certeza, à "Revolução Praieira", ainda sob o Império, onde se articularam, lado a lado, reivindicações populares e reivindicações nacionais. [10] Contudo, é na campanha pela eleição do general Dantas Barreto ao governo do Estado, em 1911, que a República em Pernambuco vai conhecer a primeira grande mobilização popular. Como reconheceu, mais tarde, o próprio Cristiano Cordeiro, ao criticar os manejos políticos de Dantas Barreto entre os operários:

> "É de se reconhecer, todavia, que Dantas Barreto teve em 1911 o apoio em massa do povo pernambucano, inclusive do proletariado. Antes de Dantas era o feudalismo..." [11]

É de interesse acrescentar que com Dantas Barreto também se iniciava em Pernambuco um novo estilo de dominação burguesa que incluía, agora, a cooptação de setores populares e da própria classe operária, através da atuação de intelectuais pequeno-burgueses, de formação antiliberal, junto a líderes sindicais de tendência social-reformista. [12] Essa forma de domínio, expressão notória de um frágil sistema de alianças da classe dominante, procurou fortalecer entre os operários o prestígio político de Dantas Barreto contra os setores mais reacionários da burguesia agrária local.

Nesse processo complexo da luta política, onde à custa de muitas dificuldades se dava a gestação da própria classe operária, enquanto Joaquim Pimenta fazia a sua estréia como líder reformista, colocando-se a serviço de Dantas Barreto, alguns anos mais tarde Cristiano Cordeiro, através da leitura de obras anarquistas, era introduzido no movimento da classe operária pelas mãos de líderes sindicais anarco-sindicalistas. [13]

---

10. Cf. Vamireli Chacon, *História das Idéias Socialistas no Brasil* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965), pp. 40 e ss.
11. Cf. *Respostas de Cristiano Cordeiro ao pesquisador Antônio Paulo de Moraes Rezende*, p. 1.
12. Cf. nota 9.
13. Cf. Cristiano Cordeiro, *Depoimento prestado ao jornalista Ricardo Noblat*, p. 1.

Ambos encontrar-se-iam militando conjuntamente no movimento operário recifense em 1919 quando, deflagrada a greve dos operários da Pernambuco-Tramways por aumento de salário, os gerentes da empresa recusam-se a receber o comitê de greve para negociar. É então que Cristiano Cordeiro sugere que a *Federação das Classes Trabalhadoras de Pernambuco* convide Joaquim Pimenta para assessorar, juridicamente, a comissão negociadora. A partir daí, a influência de Pimenta só tenderá a aumentar, empalmando, a seguir, a direção do movimento operário pernambucano. E a orientação que imprimirá a esta direção já estará presente no próprio encaminhamento de greve de 1919, onde Pimenta, introduzindo um discreto toque nacionalista, consegue a simpatia geral da população recifense para a causa dos operários e conduz o movimento à vitória. [14]

Essa mesma "orientação" voltaria, depois, a se manifestar na luta contra o "orçamento-monstro" (1921) e na defesa da autonomia política de Pernambuco (1922). Na primeira, eufemisticamente batizada com o nome de "Campanha da Fome", Pimenta consegue atrair o apoio do proletariado urbano, e da população em geral, para a luta contra o aumento de imposto que o governo estadual pretendia decretar. Embora os principais atingidos com essa majoração fossem o grande industrial e o grande comerciante, Joaquim Pimenta, com o prestígio adquirido durante a greve de 1919, arrasta boa parte dos operários urbanos para a grande frente política que se formou contra o "orçamento-monstro", despreocupado com a forma de inserção dos operários no movimento e os resultados disso decorrentes em face de seus interesses. [15]

Contudo, mais ilustrativa da forma de inserção da classe operária nesses movimentos policlassistas, encabeçados pela pequena burguesia reformista, e da posição dos comunistas pernambucanos frente a eles, é sem dúvida a luta em defesa da autonomia política de Pernambuco, em 1922.

14. Cf. Joaquim Pimenta, op. cit., pp. 199 e ss. Cristiano Cordeiro. *Em torno de uma polêmica* (dat., 1926), pp. 4 e ss., e Antônio Paulo de Moraes, op. cit., p. 110.

15. Cf. Joaquim Pimenta, op. cit., p. 223; Cristiano Cordeiro, idem, p. 8; Antonio Paulo de Moraes Rezende, op. cit., p. 120.

Tendo apoiado a "Reação republicana", na campanha presidencial para o quatriênio 1923-1926, Joaquim Pimenta procurou fazer com que as associações operárias de Recife apoiassem as candidaturas ao governo do Estado alinhadas com a corrente niilista no cenário político nacional. Estando Epitácio Pessoa na presidência da República, nesse então, tratou ele de colocar à disposição de seus parentes políticos em Pernambuco as tropas do Exército sediadas em Recife, a fim de serem utilizadas por eles contra os pretendentes ao governo do Estado que apoiassem a "Reação republicana". Em face disso, Pimenta tentou conseguir dos sindicatos operários uma manifestação favorável à sua pessoa, tendo em vista intimidar seus adversários com a intervenção dos operários em seu favor. Entretanto, tendo sido criado em março de 1922 o comitê estadual do PCB em Pernambuco, os comunistas deste Estado publicaram uma nota dos camaradas do Rio de Janeiro, concitando os operários a se manterem alheios à disputa presidencial e chamando-os à organização. [16] E, em relação às lutas políticas internas no Estado, embora procurando resguardar a autonomia da classe operária, deixando de envolvê-la nas tramas da "grande política", [17] resolvem assinar conjuntamente com vários líderes sindicais uma nota de solidariedade *pessoal* a Joaquim Pimenta.

A despeito dessas restrições, a nota publicada na imprensa local omitiu, misteriosamente, o qualificativo "pessoal" e, mesmo sem a concordância dos comunistas, a maior parte do proletariado urbano de Recife, bem como amplas camadas da população recifense, se deixaram arrastar pela tempestade autonomista, repelindo a tentativa de intervenção federal em Pernambuco que tinha por fim garantir a todo custo a vitória do candidato epitacista para o governo do Estado. [18]

16. Cf. Astrojildo Pereira, "A favor de si mesmos", *Movimento Comunista* I (1):3, 1922.

17. Cf. Cristiano Cordeiro, *Em torno de uma polêmica,* pp. 16-17.

18. A atuação de Pimenta entre os operários pernambucanos foi motivo de uma larga controvérsia entre ele e os comunistas de Pernambuco. Pimenta, defendendo-se, chamou os comunistas de "sectários". E estes, replicando, acusaram-no de atrelar os operários às tramas da "grande política". Para o debate, veja-se Cristiano Cordeiro, *Em torno de uma*

Como nos casos anteriores, a questão fundamental que se impõe a respeito dessas articulações é: como se torna possível a emergência desses movimentos policlassistas e o porquê das vacilações do PCB diante deles e de seus mentores?

Mais uma vez, a indiferenciação da estrutura de classes, como o acanhado espaço sócio-econômico aberto à participação da pequena burguesia pela via assumida no Brasil pelo desenvolvimento do capitalismo,[19] vem suscitar problemas cujo âmbito se define no que se poderia chamar, por aproximação, de "questão nacional-popular", ou seja, a emergência de movimentos que aparentam conjugar, aos olhos das classes sociais em formação, reivindicações políticas com reivindicações sociais, solidarizando, numa determinada etapa da evolução histórica da sociedade, setores de classes sociais diferentes. É a partir dessa compreensão que se torna possível recuperar, também, a posição dos comunistas pernambucanos (e quiçá, brasileiros) frente a esses movimentos. Pois o que aparece em jogo nessa posição não são tanto as relações "pessoais"[20] entre dirigentes comunistas e líderes pequeno-burgueses como as solicitações do real (com os problemas que ele propõe aos agentes histórico-políticos) e uma certa herança jacobina comum que solidariza uns e outros em face da emergência de questões cuja resolução pende para o lado de quem dirige o processo. A esse respeito, é de interesse ouvir a confissão póstera de Cristiano Cordeiro, admitindo a defesa da autonomia de Pernambuco como "politicamente legítima", embora discordando da "maneira demagógica como foi conduzida" por Pimenta.[21] Aqui se pode ver muito bem o peso do "nacional-popular" (tão bem expresso em documentos como *Agrarismo × Industrialismo, Proletários, às urnas!,* onde as tarefas democráticas da revolução proletária são realçadas com todo vigor) nas formulações táticas e estratégicas dos comunistas brasileiros. Pode-se dizer com segurança que esse componente ideológico é parte fundamental do patrimônio político do Partido Comunista Brasileiro, conferindo ao PCB, em seus quase sessenta anos de vida, um caráter profundamente *nacional,* a despeito de suas relações com o movimento comunista internacional. Agora, se os comunistas brasileiros souberam ou não incorporar criticamente esse componente à sua linha política, sobretudo em relação à sua participação nos movimentos de massa, essa é outra questão...

Da mesma forma, as relações mantidas, em 1926, entre "tenentes", comunistas e operários em Recife não devem ser analisadas como um mero "expediente tático" adotado pelo partido em face de eventuais aliados, mas como fruto da presença desse componente ideológico que perpassa o discurso político de uns e outros em face de uma sociedade parcialmente transfigurada pelo desenvolvimento do capitalismo. Na construção dessas relações entre o "tenentismo", os comunistas e o movimento operário, a maçonaria vai desempenhar, mais uma vez, o papel de meio organizativo informal por onde se processam as articulações entre reformistas e revolucionários. Como na França, no Brasil essa confraria testemunha a importância do "nacional-popular" entre as forças mais progressistas da sociedade, jogando um papel específico nas tentativas de mudança social nesses países.[22] Por outro

---

polêmica, pp. 18 e ss.; J. Alves Diniz, "A última greve da Tramways", *Movimento Comunista* II (16): 46-50, 10 2/23; Manuel da Hora, "Lógica Classista", *O Paiz,* 46 3/24, Joaquim Pimenta, "As minhas traições", *Diário do Povo* (1926) e *Retalhos do passado,* pp. 285 e ss.

19. Repetimos aqui hipóteses anteriormente formuladas. Veja-se "Construindo o PCB: 1922-1924", *Temas de Ciências Humanas,* (7):115-129 (1981), e "Origens do sindicalismo burocrático no Brasil: 1923-1926", comunicação apresentada à 32.ª Reunião Anual da SBPC (Rio de Janeiro: julho de 1980), p. 3, onde afirmamos que a via de desenvolvimento capitalista no Brasil tem um componente profundamente reacionário. Daí a sua incapacidade de inserir a pequena burguesia no sistema de alianças da classe dominante.

20. Como afirma reiteradamente Cristiano Cordeiro, na tentativa de explicar suas afinidades com Joaquim Pimenta. Veja-se *Em torno de uma polêmica,* pp. 12-15, por exemplo.

21. Cf. *Respostas de Cristiano Cordeiro ao pesquisador Antônio Paulo de Moraes Rezende,* p. 1 e Cristiano Cordeiro, "Guerra de Classe e democracia", *Movimento Comunista,* pp. 245-248, agosto-setembro, 1922.

22. Cf. "Relatório apresentado por Antônio Bernardo Canellas ao Comitê executivo do PCB sobre a sua delegação ao IV Congresso da Internacional Comunista", in *O ano vermelho. A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967), pp. 407 e ss., e J. F. Dulles, *Anarquistas e Comunistas no Brasil. 1900-1935.* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977), p. 168.

lado, não se veja na aproximação entre "tenentes" e operários obra exclusiva dos comunistas, porquanto, mesmo antes da fundação do PCB em Recife, essas articulações se fazem historicamente presentes, [23] tornando-se uma vez mais possível na década de vinte, pelo fato de a pequena burguesia revoltosa encarnar aos olhos do conjunto da sociedade brasileira "um passo à frente em termos de política", [24] ou ainda, um meio de renovação política dessa sociedade. [25] Como seu apoio ao movimento "tenentista", os comunistas pernambucanos, o proletariado urbano e o povo em geral constituíam-se, assim, nos principais fiadores dessa tentativa de renovação.

Enfim, conquanto seja discutível a questão da autonomia ou heteronomia político-organizativa dos comunistas e da classe operária em formação nesses movimentos, pelo menos a coerência do comitê estadual do PCB em Recife, com respeito à sua herança "nacional-popular", pode ser atestada pela consulta feita por Cristiano Cordeiro ao comitê nacional do PCB sobre qual deveria ser a posição dos comunistas pernambucanos face à insurreição que se anunciava, e pela participação mesma deles nos preparativos dessa insurreição. [26] Com a sua presença nas articulações que resultaram no fim da Primeira República, os comunistas não fizeram mais que se integrarem numa vasta mobilização popular que enxergava no "tenentismo" uma esperança de renovação democrática da sociedade brasileira. Se se equivocaram como dirigentes políticos da classe operária, não foi por terem participado do movimento, mas exatamente pelo contrário: por não terem a ele se integrado, nacionalmente, de forma crítica, de tal forma que pudessem tomá-lo em suas mãos e transformá-lo numa verdadeira revolução. [27]

23. Cf. nota 9.

24. Cf. Cristiano Cordeiro, *Resposta ao pesquisador Antônio Paulo de Moraes Rezende*, p. 2.

25. Com efeito, o "tenentismo" chegou a sintetizar, na década de 20, uma esperança nacional de renovação política da sociedade brasileira. E, por isso, contava com a simpatia geral das populações urbanas do país. Até mesmo os anarco-sindicalistas procuraram se aproximar dos "tenentes", enxergando neles um meio de democratização do regime político republicano. Veja-se "Construindo o PCB: 1922-1924", *Temas* (7), p. 109.

26. Cf. Cristiano Cordeiro, *Depoimento prestado ao jornalista Ricardo Noblat*, p. 4.

27. Até 1928, o PCB defendeu a participação autônoma dos comunistas e da classe operária na insurreição de 1930. Entretanto, com a virada "esquerdizante" da IC nesse período, o partido mudou de linha e se absteve, nacionalmente, de intervir no movimento, deixando-o à mercê das forças mais reacionárias que integravam a frente política. Consultada sobre que posição deveriam tomar os comunistas pernambucanos em face do movimento, a direção nacional do PCB respondeu que os comitês estaduais agissem segundo o seu bom senso. Foi o que fizeram os comunistas pernambucanos. Veja-se, sobre isso, Cristiano Cordeiro, *Depoimento*..., p. 4.

O PCB E O MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL (1925-1929) *

ELEMENTOS PARA A HISTÓRIA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

O tema da formação do chamado marxismo brasileiro tem sido objeto de muitas análises nos últimos anos. A partir do ensaio pioneiro de Paulo Sérgio Pinheiro, publicado em 1975, que acentuava o peso da influência da IC nas origens e na política do PCB,[1] teve início entre os estudiosos uma curiosa "tradição" historiográfica que não fez senão bisar aquela formulação original, acrescentando-lhe os efeitos políticos negativos, tendo-se em vista os interesses da classe operária, da heteronomia ideológica dos comunistas brasileiros.[2] O próprio Paulo Sérgio procurou conferir um farto respaldo documental à sua tese originária, valendo-se

---

* Comunicação apresentada ao XXII Congresso Nacional da ANPUH, Salvador, 1983. Publicado originalmente em *Voz da Unidade* (163):14, 28/07/83.

1. Cf. *Política e trabalho no Brasil* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975).

2. Cf. a orientação da "Escola Histórico-Filosófica" de Campinas: Edgard Salvatore de Decca, *1930: O silêncio dos vencidos* (São Paulo: Brasiliense, 1981). Kuzumi Munakata, *A legislação trabalhista no Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1982). Ítalo Arnaldo Tronca, *1930: a dominação oculta* (São Paulo: Brasiliense, 1982).

da literatura internacional sobre a história das relações entre a IC e a AL.[3] Infelizmente, o seu estudo tornou-se mais um trabalho de relações internacionais no âmbito do MCI do que da dinâmica interna do PCB e da sua elaboração teórico-política.

Desde 1980, vimos insistindo na *relativa* subordinação do PCB às teses e resoluções dos diversos congressos da IC e na *especificidade* da elaboração teórico-política do comunismo brasileiro, durante a década de vinte.[4] Procurando concretizar estas afirmações, publicamos um artigo sobre as origens do PCB, onde dizíamos que tal especificidade se manifestava na teoria da "revolução democrático-pequeno-burguesa", de autoria de Octávio Brandão, ao tempo em que demonstrávamos a profunda discrepância de orientação que brotava de um simples cotejo entre as análises e palavras de ordem do Secretariado Latino da IC e a linha política do PCB antes da grande *tournant* de 1929.[5] Num outro estudo, buscamos rastrear o conjunto das diferenças que se impuserem entre a IC e o PCB durante todo o curso dos anos 20.[6]

Nos limites dos propósitos desta comunicação, resolvemos selecionar um pequeno trecho desta história para ilustrar a brusca mudança de orientação política e de formulação da sua política, que ocorre no PCB entre 1925 e 1929, em conseqüência das reviravoltas mais gerais que se dão no interior do Movimento Comunista Internacional, neste período.

Quem compulsar as resoluções partidárias do PCB referentes ao seu II e III Congressos (1925-1928-9), há de se deparar com uma radical mudança no que diz respeito à importância de elementos tais como: capitalismo agrário semifeudal, capitalismo industrial moderno, movimentos pequeno-burgueses, imperialismo, agrarista, burguesia industrial, pequena burguesia, classe operária e campesinato. Isto porque, enquanto as resoluções relativas à "situação política nacional" do II Congresso (16-18/05/25) estavam baseadas no original trabalho de Octávio Brandão: *Agrarismo × Industrialismo. Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classe no Brasil,* as do III Congresso (12-28/01/29) já se inspiram mais diretamente no informe apresentado pelo Secretariado Latino da IC no VI Congresso do Komintern, "sobre os países da América Latina". É possível acompanhar a mudança da política através de um pequeno estudo sobre a importância diferencial que ganham, nas diferentes resoluções partidárias, "a questão democrática" e "a questão nacional". Senão, vejamos.

Enquanto o III Congresso,[7] seguindo o esquema de análise proposto pelo Secretariado Latino da IC, iniciava suas teses com a questão do Imperialismo e concluía com a *revolução democrático-burguesa,* o II,[8] apoiando-se nas análises "marxista-leninistas" de Octávio Brandão, começava exatamente pelo estudo da contradição entre o "capitalismo agrário semifeudal" e o "capitalismo industrial moderno".

Enquanto as teses de 1928-9 têm como fio condutor "a questão da luta contra o imperialismo e contra os perigos da guerra", porquanto "todo movimento Revolucionário em países semicoloniais como o Brasil tem forçosamente de assentar sua base principal na luta contra a dominação imperialista", em 1925, o imperialismo é visto apenas como *mais um fator* que *deve ser tido em conta na caracterização da política nacional.*

Enquanto em 1928 o Brasil é caracterizado como país semicolonial, dominado pelo imperialismo, com uma economia de tipo agrário e baseada na grande propriedade e na exploração das massas camponesas (daí a importância política da organização e da aliança com o campesinato), em 1925 toda ênfase recai sobre o embate decisivo entre "o capitalismo agrário" e "o capitalismo industrial", cuja lídima expressão política e ideológica é o movimento da pequena burguesia civil e militar, que deve ser apoia-

3. Cf. Paulo Sérgio Pinheiro, *A Terceira Internacional. Notas sobre a gênese da preocupação com a América Latina. 1919-1926* (São Paulo: CEDEC, 1979, mimeog.).

4. Cf. "Construindo o PCB: 1922-1924", *Temas de Ciências Humanas,* III(7), 1980.

5. Cf. "Na busca das origens de um marxismo original: PCB (1922-29)", *Voz da Unidade,* II(146):14-15, março de 1983.

6. Cf. *O PCB e Os Congressos da IC (1922-1929)* (Campina Grande: UFPB, 1982).

7. Cf. C.C.E. "O III Congresso do PCB", *La Correspondencia Sudamericana,* (II):8-11, 15/5/1929.

8. Cf. "Resoluções do II Congresso do PCB", *Classe Operária,* 1946.

do pela classe operária e o seu partido. O imperialismo, por sua vez, aparece nesta moldura apenas como ator coadjuvante, ora de um (agrarismo-imperialismo inglês) ora de outro litigante (industrialismo-imperialismo americano), e as massas camponesas, como forças sociais *a reboque* dos operários na grande frente democrática contra o semifeudalismo nacional.

Na verdade, o grande princípio heurístico das teses do II Congresso é mesmo a conjuntura brasileira: as revoltas "tenentistas" do 5 de julho. É preciso esclarecer também que neste período não havia ainda sido formado o Bureau sul-americano da IC. A revolução chinesa, por sua vez, não havia sido derrotada e o imperialismo americano também ainda não aparecia como o mais forte. Assim, neste contexto de relativa autonomia, pôde o PCB, voluntariamente ou não, produzir uma elaboração teórico-política mais específica, mais colada à conjuntura brasileira.

Essa *especificidade* teórico-política se materializa com todo vigor num curto e incisivo escrito de Octávio Brandão, chamado "O proletariado perante a revolução democrático-pequeno-burguesa", publicado na tribuna de debates do III Congresso.[9] Neste escrito, Brandão, partindo de uma análise da conjuntura brasileira, do exame das forças sociais em presença e das tarefas políticas postas na ordem do dia pelo embate destas forças, define o caráter específico da revolução brasileira: nem burguesa, nem proletária. Democrático-pequeno-burguesa. Suas forças motrizes: a pequena burguesia, apoiada criticamente pela classe operária e o seu partido. Suas tarefas: lutar pela liberdade de expressão e organização dos trabalhadores. Segundo Brandão, a revolução democrática brasileira seria *pequeno-burguesa* porque era dirigida pela pequena burguesia, que, no Brasil, era eminentemente urbana e não rural (camponesa) como na Rússia,[10] pois a pequena burguesia na Rússia era o camponês e, no Brasil, era o revoltoso de 1922 e 1924, proletarizado e radicalizado. Cabia, portanto, aos comunistas, na busca da aliança com os revoltosos pequeno-burgueses, a tarefa de lutar para que a revolução democrática fosse colocada num plano inclinado que a fizesse rolar no sentido da profundeza da revolução proletária.

A teoria da "revolução democrático-pequeno-burguesa" — justificação teórica "em detalhe" da discussão travada no seio do partido sobre a política de alianças com os "tenentes" — conduziu, ainda em 1928, a um elenco de conclusões e propostas políticas sobre a conjuntura brasileira incrivelmente realista para a época em que foi elaborado.[11] Sobre isto, veja-se *O PCB e os Congressos da IC (1922-1928)*, p. 29.

Malgrado, todos estes avanços no plano da elaboração teórico-política dos comunistas sobre o caráter da revolução brasileira seriam jogados na *lata do lixo* depois do fracasso da revolução chinesa, da realização do VI Congresso da IC, da instalação do III Congresso do PCB, da organização da 1.ª Conferência dos Partidos Comunistas latino-americanos e, por fim, das deliberações tomadas pelo Komintern sobre a situação brasileira e a posição do PCB em face dela.

A ruptura na elaboração teórico-política do PCB não pode, com efeito, ser entendida em profundidade, se não se leva em conta as alterações ocorridas no seio da III IC, especialmente as que ocorreram depois do seu VI Congresso, realizado entre 17 de julho e 11 de setembro de 1928, e que pela primeira vez destinava uma seção especial à temática latino-americana e à estratégia a ser adotada pelos PCs desta região. O interesse súbito da IC pela América Latina, que faz a sua "estréia" como delegação no VI Congresso, pode ser explicado, por um lado, pelo fracasso da insurreição de Cantão, comandada pelo Comintern,

9. Cf. Octávio Brandão, "O proletariado perante a revolução democrático-pequeno-burguesa", *Autocrítica,* (6):12-15, 1928.

10. Isto quer dizer que o campesinato não existe ainda como classe no sentido de sua *organização política,* unificado nacionalmente através de *uma* expressão político-ideológica própria, como o russo, cujo porta-voz eram os *SRs.* A propósito, o II Congresso do PCB fazia a seguinte análise da situação do campesinato brasileiro: "A grande massa dos 7 milhões de obreiros agrícolas e lavradores pobres, nacionais e imigrados do estrangeiro, dispersa de norte a sul, heterogênea, amorfa, completamente desorganizada e desamparada. Vencida pela miséria e a exploração. Roída pelas enfermidades. Submetida à ignorância e a superstição. Grande e fundamental problema para o PCB". Cf. "II Congresso do PCB", *La Correspondencia Sudamericana.*

11. Cf. Astrojildo Pereira, "La política brasileña y la situación del partido", *La correspondencia sudamericana,* 15-30/9/1928.

e, por outro lado, pelos problemas que ameaçavam colocar o declínio da Inglaterra em proveito dos EUA no que diz respeito à política imperialista na América Latina. Para os informes e resoluções do VI Congresso da IC, a atuação da delegação latino-americana, suas influências sobre o III Congresso do PCB e o grande *tournant* de 1929, veja-se *O PCB e os Congressos da IC (1922-1929)*, pp. 32 e ss.

FECHO CONCLUSÓRIO

Comparando-se as teses enunciadas pelo PCB sobre o caráter e as forças motrizes da revolução brasileira, em seu II Congresso (1925), bem como a linha política efetivamente adotada pelo Partido até o VI Congresso da IC, e as teses do seu III Congresso (1928), não há como deixar de reconhecer as grandes mudanças que ocorrem na elaboração teórico-política dos comunistas brasileiros, em perfeita consonância com as novas orientações do Movimento Comunista Internacional.

A revolução brasileira deixa de ser "democrático-pequeno-burguesa" para se tornar "democrático-burguesa", *antiimperialista.* Em conseqüência, suas tarefas mudam profundamente da mera conquista das liberdades democráticas para a revolução agrária e antiimperialista. O eixo das alianças políticas passa da busca de contatos com a pequena burguesia (urbana) "revolucionária" para a aliança com as massas camponesas (segundo a versão estalinista de Lênin), tendo-se em vista a formação de *soviets,* antes e depois da revolução, em vista da criação de uma dualidade de poder. Da mesma forma, a burguesia é empurrada para o lado dos latifundiários e imperialistas, entendendo-se que ela constitui um mero apêndice econômico do capital financeiro e a outra face do capital agrário e, portanto, sem nenhuma autonomia de classe para poder se constituir em aliado confiável do proletariado e do seu partido.

No Brasil, a preocupação do proletariado e do seu partido em manter a sua independência política e orgânica face às "ditaduras militares" da pequena burguesia revolucionária traduziu-se num afastamento do PCB em relação ao movimento "tenentista"

e na radicalização (irrealista) de suas palavras de ordem: luta antiimperialista, reforma agrária, governo operário e camponês etc.

É evidente que, no contexto da sociedade brasileira do fim dos anos 20, esta brusca mudança na linha política levaria inevitavelmente o PCB ao isolamento político, posto que ficava à margem do movimento real da sociedade brasileira e jogava os comunistas para uma irreal, fictícia aliança com "as massas agrícolas" do país. Se se pode aceitar que, com tal mudança, o Partido se reconciliava com a ortodoxia, *em construção,* "marxista-leninista" (posteriormente "teorizada" por Stalin) ("ditadura democrática do proletariado e campesinato" ou "soviets de operários e camponeses"), por outro lado não há como deixar de admitir que se perdia assim o elo que atava a elaboração política dos comunistas às contradições específicas da formação social brasileira, por mais "absurda", "menchevista", "reboquista" e "pequeno-burguesa" que parecesse a teoria da "revolução democrático-pequeno-burguesa" e o reconhecimento da especificidade da "questão pequeno-burguesa" no Brasil.

O PCB E OS CONGRESSOS DA IC (1922-1929) *

As relações entre a III Internacional Comunista (Comintern) e o Partido Comunista do Brasil (PC S.B. IC), sobretudo em seus primeiros anos de vida (1922-1929), têm sido fonte de lamentáveis equívocos na interpretação da elaboração teórico-política dos comunistas brasileiros. Freqüentemente, tem-se estreitado em demasia estas relações, considerando-se como de subordinação político-organizativa do PCB às teses e resoluções oriundas dos Congressos da IC.[1] Subordinação esta que seria responsável, por sua vez, pelo alheamento dos comunistas em face das contradições específicas da formação social brasileira e pela mediação da derrota política dos trabalhadores frente aos projetos da dominação burguesa em nosso país.[2]

---

* Publicado originalmente *in Cadernos Brasil em Debate* I(2):1983.

1. Cf. Paulo Sérgio Pinheiro, *A Terceira Internacional. Notas sobre a gênese da preocupação com a América Latina, 1919-1926* (São Paulo. CEDEC, 1979, mimeog.).

2. Cf. a orientação da "escola histórico-filosófica de Campinas": De Edgard Salvadore Decca. *1930: o silêncio dos vencidos* (São Paulo: Brasiliense, 1982). Ítalo Arnaldo Tronca, *1930: A dominação oculta* (São Paulo:

Da minha parte, tenho procurado chamar a atenção, em trabalhos anteriores,[3] para o caráter enganoso, apesar de sedutor, dessas conjecturas e para a especificidade teórico-política da elaboração dos comunistas brasileiros, em consonância, aliás, com a formação ideológica prévia dos nossos primeiros dirigentes comunistas e a particularidade mesma da via assumida pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil.[4]

*

* *

A despeito de seu anunciado propósito de "defender e propagar, entre nós, o programa da Internacional Comunista", as relações entre o Partido Comunista do Brasil e a III Internacional (Comintern), na primeira metade da década de 20, estarão longe de ser regulares e assíduas. A história do "Cometa de Manchester"[5] pertence mais à lenda, ou ao anedotário do Partido do que à realidade e, por isso, nenhuma influência de peso teve sobre a linha adotada pelo PCB. Na verdade, a aproximação dos comunistas brasileiros com o Comintern, neste período, foi mais um ato unilateral da parte deles que uma conseqüência dos esforços sistemáticos da Internacional em dirigir e controlar minuciosamente a vida íntima de suas secções nacionais sul-americanas, numa fase em que o peso específico da AL na política externa da URSS era ainda muito pequeno.[6] É preciso, portanto, não esquecer que o PCB nasceu à margem da IC, tendo procurado o seu reconhecimento junto a ela, através de uma delegação ao IV Congresso do Comintern, em Moscou, nos meses de novembro/dezembro de 1922, só tendo sido aceito como membro regular no V Congresso.[7]

A delegação brasileira ao IV Congresso da IC tem sido habitualmente objeto de zombaria e reprovação pela historiografia *oficiosa* do PCB que preferiu tratá-la como o "phenoméne de la Amérique du Sud", subscrevendo acriticamente a observação irônica de Trotsky sobre o nosso delegado, Antonio Bernardo Canellas.[8]

Outros preferiram anotar os ressaibos anarquistas na atuação de Canellas como sendo responsáveis pela péssima impressão deixada pelo delegado do PCB na velha liderança bolchevique.[9]

Da nossa parte, sem querer entrar no mérito das atitudes desabusadas do delegado brasileiro perante a direção do Movimento Comunista Internacional, em 1922, mais nos importa citar as suas observações críticas ao funcionamento da Secção Latina do IC, ao centralismo cada vez mais burocrático da organização da IC e aos métodos de cooptação e subserviência vigentes no MCI.[10]

O retrato traçado por Canellas da Secção Latina do Comintern é um dos mais melancólicos, realçando a sua heterogeneidade, a sua negligência para com os negócios latino-americanos e a sua

---

Brasiliense, 1982). Kazumi Munakata, *A legislação social no Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1982).

3. Cf. "Construindo o PCB: 1922-1924", *Temas de Ciências Humanas,* 111(7), 1980; "Notas sobre as origens do PCB em Recife. 1910-1930", *Memória & História n.º 2: Cristiano Cordeiro* (São Paulo: Ciências Humanas, 1982); "Na busca das origens de um marxismo original: PCB (1922-1930)", *Voz da Unidade,* II(146):14-15, março de 1983; "Política social e resistência operária", *Pão-e-pau: Política de governo e sindicalismo reformista. 1923-1926* (São Paulo: IFCH, UNICAMP, 1982, mimeog.).

4. Posteriormente, outros autores procuraram desenvolver estas primeiras indicações na mesma direção: Leandro Konder, "Astrojildo Pereira. O homem, o militante, o crítico", *Memória & História n.º 1: Astrojildo Pereira* (São Paulo: Ciências Humanas, 1981) e Ricardo Antunes, *Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil* (São Paulo: Cortez, 1982), pp. 140-145, onde faz o cotejo crítico entre as orientações adotadas pela IC e as do PCB, neste período.

5. Afonso Schimdt, *Bom tempo* (São Paulo: Brasiliense, 1958).

6. Cf. Paulo Sérgio Pinheiro, op. cit., pp. 51 e ss.

7. Cf. Michel Zaidan, "Construindo o PCB: 1922-1924", *Temas de Ciências Humanas,* p. 120.

8. Cf. Partido Comunista (S.B.I.C.), *O processo de um traidor (o caso do ex-comunista A. B. Canellas)* (Rio de Janeiro: Tip. Lincoln, 1924); Edgard Carone, "Uma polêmica nos primórdios do PCB: o incidente Canellas e Astrojildo", *Memória & História n.º 1: Astrojildo Pereira;* Luiz Alberto Mário Bandeira, *O ano vermelho. A revolução russa e seus reflexos no Brasil* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967).

9. Cf. Paulo Sérgio Pinheiro, op. cit., pp. 19 e ss.

10. Cf. Antônio Bernardo Canellas, *Relatório da delegacia à Rússia, como representante do Partido Comunista do Brasil, acompanhada de uma exposição dos motivos que determinaram a minha demissão da C.C.E. do Partido* (Rio de Janeiro: 1923).

ignorância acerca da maioria dos assuntos referentes ao Comunismo na América Latina. Segundo Canellas, a secção latina:

> "Andava um tanto à matroca e pouco me (a ele) pôde servir. Compunham-na quando lá cheguei (ele) as representações da Itália, França, Espanha e da América do Sul. As da Itália eram observantes felizes do refrão brasileiro que assim sentencia: *Em tempo de Muricy, cada qual cuida si*. E elas cuidavam muito bem dos seus próprios negócios, pouco se lhes dando os embaraços de outrem. Nunca as vi recorrerem aos bons ofícios da Secção Latina nem n'a informarem das suas coisas. Freqüentavam-se lá entre elas, poucas relações mantendo com seus camaradas de raça e línguas afins. O representante dos franceses era uma mulher, a camarada Lucien Leiriague, que exercia as funções de presidente da Secção Latina. Apesar do seu temperamento apático e das suas múltiplas ocupações, sempre me serviu ela no que pôde quando se tratava de obter uma informação qualquer ou facilitar uma formalidade protocolar. Infelizmente, não tem muito além do seu poder, que quisera eu fossem tão largas quanto a da sua bondade.
> O representante da Espanha, o camarada Siena, era um homem de trato fraternal, porém quase de todo desinteressado das coisas que ultrapassavam seu raio de ação visual, o qual não ia além dos negócios do seu próprio Partido. Quanto aos argentinos e ao uruguaio, eles eram phósphoro na organização do Comintern. Não era adjuctório que eu lhes pedia. Já muito feliz me dava se eles não se obturassem em me enviar embaraços.
> Os camaradas das outras secções (germânica, anglo-saxônia etc.) não tinham que se preocupar com os nossos negócios, porquanto, segundo a organização nessa época vigente, era isso da alçada da Secção Latina e não das deles".[11]

Tais impressões vir-se-ão reforçadas na análise que a secção elaborou sobre a situação do PCB, ao final do Congresso, como

11. Idem, pp. 17-18.

base para rejeitar o pedido de reconhecimento pela IC dos comunistas brasileiros. Agindo sob o influxo das atitudes assumidas por Canellas durante o Congresso da IC, e em consonância com a orientação da liderança bolchevique nas questões tratadas no Congresso, a Secção Latina chegaria às seguintes conclusões sobre o PCB:

> "O Comitê Executivo da Internacional Comunista, depois de ter discutido o relatório do representante do Partido Comunista do Brasil, estabelece que este Partido não é ainda um verdadeiro Partido Comunista. Ele conserva *restos da ideologia burguesa, sustentados pela presença de elementos da maçonaria e influenciados por preconceitos anarquistas, o que explica a estrutura centralizada do Partido e a confusão reinante sobre a teoria e a tática comunistas".*

Segundo as idéias do delegado Canellas, depreende-se que este camarada não está liberto da confusão ideológica reinante no seu Partido.

O Comitê Executivo da Internacional Comunista decide:

1) Provisoriamente, o PCB deve ser aceito no IC como Partido simpatizante.
2) A Agência de Propaganda para a América do Sul ("Bureau de Propaganda pour l'Amérique du Sud") é convidada a trabalhar pela organização do Partido Comunista Brasileiro, de acordo com os camaradas brasileiros.[12]

"As idéias" do delegado brasileiro que teriam inspirado tais conclusões foram precisamente as tentativas de Canellas em participar de todas as discussões organizadas sobre a pauta do Congresso e, em particular, a sua posição sobre a chamada "questão francesa". Essas tentativas esbarrariam justamente na *burocratização* dessas discussões. Segundo Canellas, quase tudo era decidido previamente nas comissões de trabalho, só podendo intervir sobre os temas nas plenárias apenas algumas "grandes" figuras do

12. Ibidem, p. 58.

MCI cuja inscrição era pré-estabelecida. Dessa forma, segundo Canellas, era praticamente impossível manifestar qualquer divergência em relação ao ponto de vista apresentado por aquelas figuras a respeito das diversas questões. Restava aos discordantes apenas o recurso da votação em contrário, sendo vedadas até mesmo as declarações de voto.[13]

Foi por desconhecer em princípio esse centralismo burocrático do IC, ao qual todos os PCs deviam se curvar, e ainda mais os PCs recém-formados, que Canellas procurou intervir vigorosamente em todas as discussões, sobretudo naquelas que se aproximavam dos interesses dos comunistas brasileiro: a questão colonial, a questão da maçonaria, o projeto da nova estruturação da IC etc. Segundo Canellas:

> "Ainda muito imbuído das ilusões anteriores, tive a excentricidade de tomar a rigor os trabalhos do Congresso, apaixonando-me pelas questões da ordem do dia, redigindo comentários em torno dos pareceres e — o que na circunstância era o cúmulo da impertinência — indo ao extremo de pedir a palavra.
>
> Fi-lo pela primeira vez quando o camarada Lênine terminou sua exposição oral sobre as perspectivas da revolução mundial. Tendo, porém, a Mesa decidido limitar os debates em torno desse ponto da ordem do dia ao extraordinário discurso pronunciado por Trotsky sobre o mesmo assunto, ficaram sem efeito os pedidos feitos por mim e por diversos outros congressistas. Mais adiante, veio à discussão a questão colonial e, como tinha a esse respeito tomado algumas notas, tornei a pedir a palavra. Decidiu a Mesa, mais uma vez, que os debates fossem limitados aos discursos dos delegados de determinados países.
>
> Quando Eberlein acabou de ler o seu projeto de uma nova organização para a Internacional, tendo eu discordado de alguns pontos desse projeto, resumi minhas observações num pequeno estudo, cuja leitura não tomaria ao Congresso mais 10 minutos, e tornei a pedir a palavra — sempre por escrito, como determinava o Regulamento. Num dos intervalos

13. Op. cit., pp. 25-27.

> destinados às traduções, dirigi-me ao presidente da Mesa do Congresso e renovei-lhe verbalmente meu pedido. Foi-me respondido que a lista dos oradores inscritos para se manifestarem sobre o assunto já estava encerrada. Desforrei-me deste contratempo, votando, mais tarde, contra a aprovação *in totum* desse projeto para discussão ulterior no próximo Congresso da Internacional".[14]

As discordâncias de Canellas em relação ao projeto da nova organização do IC estavam longe de ser consideradas destituídas de importância ou do senso de oportunidade. O projeto introduzia mudanças na estrutura do Comintern que acentuariam ainda mais o caráter burocrático do seu centralismo em vista da formação de um Partido Comunista Mundial. A nova organização da IC reforçava o peso do Partido Comunista Soviético no MCI, reduzindo profundamente o raio de autonomia das secções nacionais, estabelecendo, por exemplo, que os 25 membros do EKKI não seriam mais eleitos pelos partidos, mas diretamente pelo Congresso Internacional da IC. A possibilidade do aparecimento de divergências também seria reduzida pela determinação de que os Congressos das secções nacionais deveriam não mais ser realizadas antes, mas depois (para melhor adaptação de suas linhas às diretrizes da IC). Pelo projeto, os partidos ficavam também proibidos de atar seus delegados a mandatos fixos. Os estatutos estipulavam que, caso isso ocorresse, os delegados seriam desqualificados. O controle da IC passava de fato para um presidum composto de oito a doze membros, onde era maior a influência dos comunistas soviéticos. Com a sua organização, o EKKI recebia o direito de enviar emissários aos partidos com os mais amplos poderes, até o de implementar decisões do EKKI e a supressão dos que se opusessem.[15]

Contrapondo-se frontalmente a esse centralismo exagerado, Canellas escreveu:

> "Sou de opinião que, em todas as circunstâncias, devem ser os próprios Partidos que escolham seus homens. Uma

14. Op. cit., p. 28.
15. Cf. Paulo Sérgio Pinheiro. Op. cit., pp. 30 e ss.

intervenção semelhante àquela que o Ex e, depois, o IV Congresso praticaram na França, escolhendo diretamente os membros da direção do Partido e dosando-lhe a composição tendencial, é absolutamente inadmissível. Ela destrói todo o caráter democrático da centralização comunista, dando ensanchas ao corruptor sistema da cooptação. Pois que então os operários não podem mesmo escolher eles próprios seus elementos representativos? Para que essa instituição disfarçada de uma espécie de patriciado da classe obreira, a dirigir esta última segundo seu parecer próprio? Não é isto uma desconfiança inadmissível acerca da capacidade de autodeterminação da classe operária? Não basta dizer aos trabalhadores: *uni-vos;* é preciso gritar-lhes também: *emancipai-vos*". [16]

Como a história do MCI veio depois confirmar, esse prognóstico era mais que a mera expressão do exibicionismo de Canellas. [17]

Mas onde, sem dúvida, o centralismo burocrático da IC tornou-se mais evidente foi na discussão do caso da *Maçonaria.* [18]

Tendo tomado o partido da esquerda na luta interna que lavrava no seio do PCF, a velha liderança bolchevique resolveu unir o destino da "questão maçônica" ao destino da ala centrista do comunismo franco. A "questão maçônica", trocada em miúdos, se referia ao fato de alguns militantes (centristas) do PCF serem também membros da maçonaria. Decidida a condenar a facção centrista do PCF, a liderança bolchevique da IC identificou prontamente a questão maçônica com a posição da ala centrista e, com base na seguinte alegação, proibiu a participação dos militantes comunistas na Maçonaria: a Internacional Comunista não podia ter ligações diretas ou indiretas com uma organização profundamente "aburguesada" como a Maçonaria.

Com base neste parecer, a questão maçônica foi levada a plenário para ser debatida e votada. Entretanto, mais uma vez,

16. Cf. Antônio Bernardo Canellas. Op. cit., pp. 45 e ss.
17. Cf. Fernand Claudin, *La crisis del movimiento comunista Internacional* (Madrid: Ruedo Ibérico, 1974), Vol. 1.º.
18. Cf. Antônio Bernardo Canellas. Op. cit., pp. 28 e ss.

só puderam se pronunciar sobre ela os oradores previamente inscritos e o relator, Trotsky. Impedido assim de se manifestar sobre a questão, expondo o seu ponto de vista discordante do parecer adotado antes de votar, Canellas votou contra o parecer de Trotsky e, incontinenti, fez a seguinte declaração de voto, que chegou a ser registrada nas atas desta sessão do Congresso:

> "Considerando que, no terreno moral, só o socialismo utópico e o socialismo sectário tomaram posições definidas;
> Considerando que o nosso gênero de socialismo é neutro no terreno moral;
> Considerando que a Maçonaria do *rito escossez,* como as demais seitas religiosas, é negócio privado, de ordem moral.
> O nosso Partido, que conta, entre os seus aderentes alguns bons camaradas maçons, cuja ação pró-revolucionária no seio da sua seita é notável e notória, decerto não julgará de grande urgência a abertura de uma campanha contra a Maçonaria. Sou, todavia, de opinião que os camaradas que porventura ocupem na Maçonaria posição de destaque, não poderão ser eleitos para cargos de responsabilidade política no Partido. Tal medida deverá ser extensiva aos camaradas católicos, positivistas, protestantes, israelitas etc. que ocupem posições de destaque no seio das suas respectivas seitas".

Por conta desta declaração de voto, o Comitê Executivo da IC não reconheceu, mais tarde, o PCB como membro da Internacional Comunista, alegando que o PC "não era ainda um verdadeiro partido comunista. Ele conserva restos de ideologia burguesa, sustentados pela presença de elementos da Maçonaria e influenciados por preconceitos anarquistas, o que explica a estrutura centralizada do Partido e a confusão reinante sobre a teoria e a tática comunistas".

Diante disso, o PCB foi aceito apenas como simpatizante e a Agência de Propaganda para a América do Sul foi convidada a trabalhar pela organização do PCB, de acordo com os comunistas brasileiros. [19]

19. Cf. Antônio Bernardo Canellas. Op. cit., pp. 27 e 28.

Para que se tenha uma idéia da distância das resoluções da IC sobre a "questão maçônica" e o PCB (resoluções estas formuladas sem a devida consideração sobre o mérito destas questões e ditadas por outras convenientes políticas), é necessário que se recupere um pouco da história das relações do PCB com o "tenentismo", que aliás começam exatamente neste período (julho de 1922). Efetivamente o PCB tinha entre os seus quadros, pelo menos, dois militantes de certa importância que eram também maçons. Eram eles: Cristiano Cordeiro (Recife-PE) e Everardo Dias (Rio-DF). E estes militantes desenvolviam de fato um trabalho político de relevo no seio da Maçonaria, sendo os principais canais de ligação, através da confraria, entre os movimentos de revolta da pequena burguesia e os comunistas. Ambos tiveram participação decisiva nas articulações entre "tenentes" e PCB em 1922 e 1924. E continuaram maçons o resto da vida, a despeito da decisão da IC e do CCE do PCB.

A REVOLUÇÃO MUNDIAL E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Em torno do debate sobre a questão colonial no IV Congresso, alinharam-se duas posições: aquela que defendia a colaboração com todas as forças "objetivamente revolucionárias", incluindo a burguesia nativa, e aquela que sublinhava ser esta colaboração de natureza limitada e que o proletariado deveria lutar para ganhar a hegemonia no movimento de libertação nacional, determinando que o proletariado das colônias conquistassem uma posição autônoma no seio da "frente única antiimperialista". [20]

Não podendo intervir neste debate, como nos demais, Canellas não parece ter-se impressionado com essa discussão, não fazendo a menor referência a ela em seu relatório. [21]

Entretanto, quatro meses antes, com o seu primeiro tiro, o Forte Copacabana tinha aberto a crise da forma da dominação burguesa republicana. E qual tinha sido a posição dos comunistas brasileiros em face dela?

20. Cf. Paulo Sérgio Pinheiro. Op. cit., pp. 25 e ss.
21. Cf. Michel Zaidan, "Construindo o PCB: 1922-1924", *Temas de Ciências Humanas,* pp. 120 e ss.

A despeito das admoestações do secretário-geral do PCB acerca da neutralidade que o proletariado deveria manter em vista das "perturbações intestinas da politicalha burguesa" — ou seja, da disputa presidencial entre Nilo Peçanha e Arthur Bernardes — ou da análise de um militante sobre a revolta do Forte Copacabana, que apontava para a influência da "ambição e parvoíce" de algumas altas patentes do Exército e da Marinha no movimento de hostilidade dos "tenentes" à candidatura de Bernardes, advertindo para as intenções golpistas e ditatoriais dos militares, sem nenhum proveito para a classe operária, [22] é certo que alguns militantes comunistas, bem como setores do proletariado, viram com muita simpatia as rebeliões militares que então se seguiram. Embora Octávio Brandão, antigo dirigente do PCB, afirme que, diante da insurreição de Copacabana, o partido tenha sido sectário, passivo, negativo [23] e que só a partir de 1924 os comunistas tenham efetivamente procurado entrar em "alianças" com os revoltosos pequeno-burgueses, [24] há vários indícios de que ainda em 1924 foram tentadas articulações entre membros do partido e líderes "tenentistas". [25] Maurício de Lacerda, político dissidente da pequena burguesia do Rio de Janeiro e conspirador civil da revolta militar, foi incumbido de fazer chegar às mãos de um jornalista e "chefe" operário (Everardo Dias) várias cargas de dinamite, pois o "líder operário" e seus companheiros iriam colaborar na agitação das ruas, auxiliando a ação militar quando esta explodisse contra Epitácio Pessoa... [26]

Como reconhecer a influência da IC na participação dos comunistas nesse movimento encabeçado pela pequena burguesia?

Ainda em 1923, a IC dirige um apelo "aos operários e camponeses da América do Sul" para que, em face do conflito interimperialista no continente, o proletariado se preparasse para a luta de classes e para a ação revolucionária mundial. [27]

22. Idem.
23. Ibidem.
24. Op. cit.
25. Op. cit.
26. Op. cit.
27. Cf. *Movimento Comunista,* I(17):101, 1982.

O PCB, por sua vez, publica o documento na íntegra, em seu órgão oficial (MC 17), e o comenta, semanas depois (MC 21-22), sentenciando: "A América do Sul constitui, assim, um dos pontos cardeais da arena mundial onde se chocam os interesses antagônicos do imperialismo ávido de poder e ouro" (MC, p. 101).

Em julho de 1924, realiza-se em Moscou o V Congresso da IC. Neste Congresso, a questão nacional e colonial foi objeto de uma intensa discussão entre Manuilsky e N. M. Roy. O primeiro defendia a tese de que, num estágio democrático-burguês, os comunistas deviam prestar o seu apoio a movimentos de libertação nacional encabeçada pela burguesia. Por sua vez, Roy manifestava muitas restrições à participação dos comunistas nesses movimentos, ao constatar a complementariedade que passa a se estabelecer entre os interesses do imperialismo e os da burguesia nativa, após a Primeira Guerra Mundial. [28]

Para o V Congresso, foi enviado um delegado brasileiro, Astrojildo Pereira, que, em virtude do adiamento do Congresso face a morte de Lênin, escreveu de Moscou uma série de cartas apologéticas sobre a reconstrução socialista da Rússia ao tempo em que criticava benevolentemente o anarquismo. [29]

Com a demora do início do V Congresso, Astrojildo retorna ao Brasil, sendo substituído em sua delegação por Rodolfo Coutinho, dirigente comunista do Comitê Estadual de Pernambuco.

O relatório da delegação de Coutinho ao V Congresso da IC, apesar de sucinto, traz algumas informações preciosas para a história da gênese da preocupação da IC com a América Latina. No seu relato, o delegado brasileiro menciona as primeiras gestões realizadas pelos comunistas latino-americanos para que se estreitassem mais as relações entre os PCs de seus países e o MIC. Coutinho fala de uma reunião das delegações latino-americanas que teria se realizado dois dias antes do início do Congresso, no Gabinete Stiner, [30] onde teriam sido apresentadas e discutidas as reivindicações que as delegações latino-americanas apresentariam à IC: a necessidade de uma literatura de informação sobre o movimento internacional em língua espanhola, a publicação de um boletim bimensal ou mensal que selecionasse as publicações do *Inprekon* e da revista da ISV, além de outros artigos de interesse imediato para o "nosso" movimento. Foi também acertada uma "conferência latino-americana" que se realizaria no decorrer do V Congresso.

28. Cf. Paulo Sérgio Pinheiro. Op. cit., pp. 42 e ss.
29. Cf. Rodolfo Coutinho, "Cartas", *Memória & História n.º 1: Astrojildo Pereira* (São Paulo: Ciências Humanas, 1981).
30. Idem.

Embora a tal "conferência" não chegasse a ocorrer, fez-se mais uma reunião das delegações latino-americanas que decidiu a criação de um *bureau* cuja tarefa seria tanto de propaganda e coordenação das atividades dos PCs na resolução dos seus problemas comuns, como de determinação da linha de conduta das suas campanhas internacionais (luta contra o armamentismo, o imperialismo ianque etc.), devendo a IC centralizar essas operações.

Coutinho aproveitou a perspectiva da realização da conferência latino-americana para propor, na sessão plenária das questões nacional e colonial, a nomeação de uma subcomissão pan-americana que serviria para atrair o interesse das delegações sul-americanas no conhecimento da situação de suas mútuas regiões.

Como resultado das *demarches,* a correspondência com a AL passou a ser feita em língua espanhola e a IC ficou comprometida em dispensar uma maior atenção para com os países latino-americanos.

Neste Congresso da IC, Astrojildo Pereira, mesmo ausente, foi escolhido para a Comissão de Controle do EKKI. Na 30.ª sessão, foi lida e aprovada a resolução que reconhecia o PCB como membro efetivo da IC. [31]

Sob a presidência de Andrés Nin, foi constituída uma comissão latino-americana, onde os delegados dos PCs dessa região participaram na condição de informantes. As conclusões de tal comissão seriam objeto de estudo por um novo *bureau,* organizado depois do Congresso, de modo a propor sugestões de como encaminhá-las. A comissão propôs, ainda, a publicação de uma revista especial para os países latino-americanos e correspondência em língua espanhola para as comissões sindicais dos "nossos" partidos.

31. Ibidem.

Tendo sido finalmente aceito pela IC, caberia ao PCB, segundo o nosso delegado, se organizar sobre uma base de disciplina férrea e com uma tática de massas, pois no Brasil a conquista das massas seria relativamente fácil, como na Rússia, e à AL estaria destinado um papel de certa importância no movimento obreiro internacional.[32]

Já na Alemanha, na viagem de volta ao Brasil, Coutinho escreveria dizendo que o CE da IC teria resolvido criar uma "federação sul-americana dos partidos comunistas com sede em Buenos Aires". E acrescentou: "É assim que a história do *bureau* sul-americano começa a ser realizada". Dando início à organização desta "federação", deveria ainda realizar-se no fim de 1925 a conferência dos partidos americanos, estando a novel "federação" encarregada de convocá-la e prepará-la.[33]

Nesta mesma correspondência, Coutinho dava mostras da sua total ignorância sobre os sucessos da revolta "tenentista" de São Paulo. Dizendo que só havia sido informado da revolta por telegramas lacônicos e contraditórios chegados a Moscou e pela leitura de alguns exemplares de *O Imperial,* Coutinho aventava a seguinte suposição sobre o movimento:

> "Suponho que a sublevação de São Paulo foi um movimento de quartel, sem repercussão na massa da população. Em todo caso, vale muito como um sintoma. Foi uma importante guarnição que se levantou para pôr abaixo um dos meios principais do conservantismo semifeudal do Brasil. O desastre estrondoso, tal como dizem as notícias, dever-se-á à falta absoluta de tato político das cabeças do movimento. Será excelente se esta última lição dolorosa convencesse os nossos fazedores de revolução de que a coisa não é tão fácil e tão simples como eles têm pensado até agora".[34]

Mas no Brasil as coisas corriam de uma maneira muito diferente da imaginada pelo nosso delegado Coutinho ou do resultado

32. Op. cit.
33. Op. cit.
34. Op. cit.

das discussões entre Manuilsky e Roy sobre o papel dos comunistas nos movimentos de libertação nacional e colonial.

Em face da rebelião "tenentista", a primeira reação do então Partido Comunista do Brasil foi manter a neutralidade, em benefício da organização autônoma da classe operária. Entretanto, essa foi só a primeira reação. Contactado pelos "tenentes" para colaborar na agitação das ruas, auxiliando a ação militar quando esta explodisse,[35] mesmo restrito em suas bases sindicais (rurais e urbanas), teoricamente frágil e sem uma percepção clara da natureza do movimento, o PCB percebia que o sentido das lutas operárias passava pela "revolução pequeno-burguesa" também. E embora correndo o risco de atrelar a prática do partido dos operários às ações dos "tenentes", no bojo da insurreição, achava que pior seria manter-se à margem dela, sem tentar extrair de si vantagens políticas e econômicas para a classe operária.[36] Ademais, o movimento granjeara tão fundas simpatias populares que até mesmo os anarco-sindicalistas, com todo o seu sectarismo "apolítico", conceder-lhe-iam o seu apoio "moral" e concitariam o povo a ajudá-lo. Colocar-se-ia o partido político, por excelência, da classe operária contra um movimento inegavelmente popular? — Não, foi o que disseram e fizeram os comunistas brasileiros, pensando que errar contra o povo era pior que errar a favor do povo. E erraram.[37]

Entretanto, a despeito da desinformação da IC sobre a situação dos países latino-americanos, da ausência de uma agência de coordenação e assessoria para os PCs latino-americanos e dos equívocos dos comunistas brasileiros em relação às contradições específicas da sua formação social, os sucessos de 1924 deixaram para o PCB um razoável saldo político: *Agrarismo* × *Industrialismo*. A primeira análise sistemática sobre a sociedade brasileira, realizada sob a inspiração do "marxismo-leninismo".

Segundo Brandão, desde 1889 a contradição fundamental da sociedade brasileira seria o conflito entre o "capitalismo agrário semifeudal" e o "capitalismo industrial". O primeiro seria repre-

35. Cf. Michel Zaidan, "Construindo o PCB: 1922-1924", *Temas de Ciências Humanas.*
36. Idem.
37. Ibidem.

sentado pela hegemonia econômica dos fazendeiros de Minas e São Paulo, além dos capitalistas dos pequenos estados. O segundo, pelos industriais paulistas, sobretudo.

Completando esta análise, dizia Astrojildo Pereira que, como "decorrência lógica" do predomínio econômico da fração mais forte e mais poderosa do capitalismo nacional (Minas — São Paulo), a "hegemonia" política pertencia aos fazendeiros "capitalistas" de São Paulo e Minas; porquanto, justificava-se teoricamente Astrojildo, "num regime capitalista, o governo é sempre, de fato, uma verdadeira comissão executiva do capitalismo, suas atitudes e ações têm sempre, no fundo, o mesmo objetivo: defender os interesses de seu amo". Diante disso, o Congresso seria totalmente dominado pelos mineiros e paulistas. A política econômica do governo, da mesma forma, seria um instrumento em defesa de seus interesses (a valorização do café seria um exemplo). As intervenções federais (no Rio, no Rio Grande do Sul) também visariam a destituir as situações estaduais que fossem contrárias aos capitalistas mineiros e paulistas. Os estados de sítio, com suas leis de exceção e a truculência policial delas resultantes, seriam frutos de uma "ditadura burguesa" voltada para resolver problemas econômicos-financeiros públicos oriundos dos mecanismos de defesa dos interesses maiores do "capitalismo semifeudal" e sempre pronto a eliminar as oposições de natureza proletária ou, até mesmo, burguesa.

Esse capitalismo seria auxiliado internamente pelo imperialismo inglês, através da concessão de fabulosos empréstimos destinados à defesa do café, ao passo que o emergente capitalismo industrial seria favorecido pelo imperialismo americano, pretendendo substituir aos ingleses na expoliação das riquezas nacionais. Em vista do que, as revoltas tenentistas exprimiriam tão-somente o choque, a contradição entre os dois tipos de capitalismo, devendo, por isso mesmo, os comunistas apoiarem como aliados independentes, como *classe independente*, a pequena burguesia na sua luta contra o fazendeiro de café, exigindo dos revoltosos pequeno-burgueses concessões econômicas e políticas importantes e lutando para impelir a fundo a revolta pequeno-burguesa, fazendo pressão sobre ela, transformando-a em revolução permanente em "sentido marxista-leninista", prolongando-a o mais

possível, a fim de agitar as camadas mais profundas das multidões proletárias e levar os revoltosos às concessões mais amplas, criando um abismo entre eles e o passado feudal. Empurremos a revolução da burguesia industrial — o 1789 brasileiro, o "nosso" 12 de março de 1917 — aos seus últimos limites, a fim de, transportada a etapa da revolução burguesa, abrir-se a porta de revolução proletária comunista. [38]

As teses de *Agrarismo × Industrialismo* inspiraram a linha política do II Congresso do PCB, que se realizou de 16 a 18/05 de 1925. Na parte relativa à "situação política nacional", as resoluções do II Congresso rezavam:

1. Levar por diante a luta ideológica tendente a despertar e cristalizar a consciência de classe do proletariado. Estabelecer nitidamente, em todas as lutas políticas do país, a diferenciação dos interesses e da ideologia das classes. Combater energicamente erros, desvios e ilusões, tanto da extrema esquerda anarquista como da direita socialista (reformista).
2. Em meio das lutas políticas, civis e militares entre o capitalismo industrial, manobrar as forças proletárias como forças independentes visando seus próprios interesses de classe.
3. Em face da pequena burguesia, o PCB deve, sem alimentar suas ilusões democratas e suas confusões ideológicas, antes combatendo-as decididamente, esforçar-se por conquistar ou pelo menos neutralizar seus elementos em vias de proletarização e em luta contra a grande burguesia industrial ou agrária. Numa palavra, o PCB, partido da classe operária, deve conduzir a pequena burguesia e não ser conduzido por ela. [39]

Como se pode ver, embora a análise de Brandão, sob as lentes do "marxismo-leninismo", aponte para uma revolução bur-

38. Cf. Octávio Brandão, *Agrarismo e Industrialismo. Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classe no Brasil* (Buenos Aires: S.E., 1926).

39. Cf. "O II Congresso do PCB", *La Correspondencia Sudamericana*, 1926.

guesa, dirigida pela pequena burguesia urbana, devendo o proletariado e a sua vanguarda apoiarem a pequena burguesia e transmutarem a revolução burguesa em revolução proletária, conforme o modelo da "revolução permanente", não pode se negar a irresistível concretitude da referência ao movimento "tenentista" em curso e do papel que ele poderia desempenhar na definição dos rumos da revolução brasileira. O realce dado por Brandão à pequena burguesia urbana (ao invés da pequena burguesia rural, como no "marxismo-leninismo") só é compreensível à luz da determinação concreta da conjuntura brasileira, pois não existe "teoria similar" nas concepções vigentes no MIC, sobretudo no que diz respeito às lutas de libertação nacional e colonial, onde a ênfase recai sobre o papel dirigente da burguesia nacional, constituindo tal papel no pomo de discórdia das discussões sobre o apoio ou não dos comunistas àqueles movimentos. (A esse respeito, ver as teses específicas do IV e V Congressos da IC).

*

* *

Embora a projetada conferência dos PCs americanos não tenha se realizado, o *bureau* sul-americano da IC é finalmente instalado a 15 de abril de 1926. Conforme o editorial do primeiro número de *La Correspondencia Sudamericana* — órgão do *bureau* — uma de suas principais tarefas era a "capacitação teórica de nossos militantes e partidos da América do Sul". A revista pretendia "dar a nossos partidos e militantes da América do Sul essa capacitação teórica que contribua eficazmente para fazer deles verdadeiros bolcheviques". Que significava tal capacitação teórica?

Segundo o CE da IC, em carta ao BSA:

> "Os militantes sul-americanos devem aprender a tratar como bolcheviques seus próprios problemas. Não se trata, pois, de uma cultura livresca, senão prática. Não se trata de teorizar subjetivamente sobre problemas de outros Partidos, senão de saber extrair deles as experiências para aplicá-las a seus próprios países, a nosso próprio meio. Para Lênin era um mal comunista o companheiro que sabia muitas coisas de outros países, mas não conhecia nada do que se passava no próprio. É, também, um defeito muito comum em nossos problemas, sem calar os erros que podemos cometer, fazendo a autocrítica de nosso próprio movimento sul-americano, uma forma de chegarmos a uma verdadeira capacitação leninista de nossos partidos". [40]

La Correspondencia prometia ainda informação e estudos especialmente dos problemas latino-americanos, buscando sempre aplicar as resoluções e experiências da IC a todas as suas secções. [41]

Por fim, a revista reconhecia que até aquele momento muito pouco ou nada tinha sido feito naquele sentido. Mas que esperava levar a obra adiante com o concurso de todos os militantes latino-americanos, advertindo desde logo que no começo o trabalho seria deficiente, mas com a experiência de todos os Partidos sul-americanos ir-se-ia aperfeiçoando para fazer de todos verdadeiros bolcheviques. [42]

Segundo um relato da 1.ª Conferência Comunista Latino-americana, realizada em Buenos Aires, em 1929:

> "O Secretariado sul-americano era um órgão intermédio, do qual se vale a IC para relacionar-se com todos os partidos latino-americanos. Sua criação demonstra então uma preocupação efetiva da IC para a coordenação do trabalho revolucionário na AL e, em primeiro lugar, é um passo dado para ajudar a conformação política de nossos partidos. Se bem tenham fundamento as críticas feitas pelos companheiros à IC, porque se preocupou um pouco tarde com os países da AL, parece-me que se exagera essa crítica. É claro que a IC não podia "descobrir" de golpe a todo o mundo, e em atenção a que o trabalho comunista em alguns países é recente, pode-se dizer que se tem produzido por etapa. E o movimento comunista tem-se desenvolvido em todo o

40. Cf. "Propósitos", *La Correspondencia Sudamericana,* I(I):1, 15/4/26.
41. Idem.
42. Ibidem.

mundo, estendendo-se pelo mundo, na África etc. Atualmente começamos a penetrar na AL".[43]

Segundo um dos membros do Secretariado:

"Funcionando desde 1926, o *bureau* sul-americano não esteve isento de erros e insuficiências e isso devido, primeiro, ao pouco apoio que lhe prestaram em seu trabalho uma série de partidos; segundo, pelo fato de ter de guiar-se sozinho no estudo dos problemas planteados nos diversos países latino-americanos.

O Secretariado funcionou desde sua fundação em forma coletiva e com representação direta dos delegados dos Partidos da Argentina, Uruguai, Brasil e Chile e da delegação da IC.

O Secretariado estudou particularmente as situações do Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia, Paraguai e Peru; a alguns desses países foram delegações do Secretariado para colaborar com as direções de nossos Partidos na determinação de sua linha política.

É sabido como pela intervenção do Secretariado se pode remediar em grande parte os erros oportunistas cometidos por nossos camaradas do Paraguai e Bolívia frente à guerra entre esses dois países; e na conformação ideológica dos grupos comunistas da Bolívia, Peru e Panamá — hoje em vias de transformar-se em Partidos — contribuiu grandemente nosso Secretariado.

Pode-se assinalar como defeito de nosso labor o não termos nos ocupado suficientemente dos países do norte da América Latina. Mas isso é certo: temos que agregar que não foi devido a nossa despreocupação, senão, pelo contrário, a de nossos partidos, que, apesar de nossas reiteradas comunicações, tenderam a pôr-se em relação com o Secretariado, ou o têm feito de forma deficiente. Esta vinculação deficiente de nossos Partidos com o Secretariado tem sido também causa de que muitas vezes este não pudera prestar todo o seu

43. Op. cit.

apoio político na solução dos problemas que se lhes plantearam.

Os meios para poder elevar o nível político de nossos Partidos existem hoje. Não podemos negar que a IC, nestes últimos tempos, tem-se preocupado com a vida política de nossos Partidos; dezenas de camaradas nossos têm possibilidades de estudar nas escolas políticas da IC; um editorial em castelhano que publica material teórico-marxista-leninista e os documentos fundamentais da IC,[44] e *Correspondência Internacional,* em castelhano, a revista do Secretariado, etc., são todos fatores que contribuem para a elevação do nível político de nossos partidos. Se agregamos que todas essas publicações estão feitas com fim de propaganda e que, por conseguinte, por seu baixo preço, estão ao alcance de obreiros, veremos que não há razão na atualidade para que cada membro de nosso Partido não se disponha a elevar seu nível político".[45]

A despeito desse quadro, as queixas pela falta de relações sistemáticas e regulares entre o Secretariado e os PCs latino-americanos eram generalizadas, sobretudo em conjunturas de crise política. Só para mencionar o caso do Brasil, Astrojildo Pereira, ainda em 1928, reclamava do SSA uma atenção mais cuidadosa aos pleitos da assessoria teórico-política, especialmente ante o desfecho de importantes sucessos políticos no Brasil.[46]

Nada melhor para conhecer as relações efetivas, no plano da assessoria política e orgânica, entre a IC, através do *Bureau* Sul-americano, e o PCB, que comparar as análises e palavras de ordem feitas pelo Secretário da Seção Latina do Comintern, J. H. Droz, sobre o "Movimento Revolucionário Latino-americano", em setembro de 1928, e a linha política do PCB neste mesmo período.

O trabalho de J. H. Droz sobre "alguns problemas do movimento revolucionário da América Latina" foi publicado na

44. Op. cit.
45. Op. cit.
46. Cf. Astrojildo Pereira, "La política brasileña y la actual situación del Partido", *La Correspondencia Sudamericana,* 15-30/9/28.

L'Internacionale Comuniste, em 01/08/28, e transcrito na *Correspondência Sul-americana,* em 30/09/28.[47]

Neste trabalho, após caracterizar a estrutura econômica dos países latino-americanos como semicolonial e anotado que os grandes proprietários fundiários constituem a classe dominante nestes países, o autor afirma que a burguesia industrial não é senão uma das múltiplas faces dos latifundiários e que este regime da grande propriedade gera uma massa enorme de operários agrícolas e camponeses sem terra (peões, arrendatários, meeiros, colonos), vivendo e trabalhando em plantações e latifúndios em condições vizinhas à escravidão; sendo, portanto, o proletariado urbano aí insignificante. Em face de tal quadro, as características do movimento revolucionário latino-americano seriam:

> 1. sua natureza e direção é antilatifundiária, ou seja, a luta pela posse da terra, através da hegemonia de operários agrícolas e camponeses, e tendo a forma da retomada coletivista das terras, sob a organização de comunas ou de cooperativas agrícolas;
> 2. sua natureza e direção é contra as condições semi-escravistas do trabalho nas empresas industriais e agrícolas;
> 3. sua natureza e direção é contra o imperialismo estrangeiro e particularmente contra o imperialismo americano na América Central e no norte da América do Sul.

Em suma, o movimento revolucionário latino-americano poderia ser caracterizado, segundo Droz, como uma revolução camponesa e antiimperialista num conjunto de países semicoloniais. Ou ainda, ela seria um tipo de *revolução democrático-burguesa,* mas de uma feição anticolonial, tendo por conseqüência um caráter antiimperialista muito pronunciado.

Entre as classes que tomariam parte ativa nesta revolução, as massas camponesas seriam o "motor possante" do movimento (operários agrícolas, camponeses sem terra, meeiros etc.), entretanto a hegemonia desta revolução pertenceria à pequena burguesia (intelectuais, políticos, oficiais, funcionários).

47. Cf. Jules Humbert Droz, "Le mouvement révolutionaire de l'Amérique Latine", *L'Internatione Comuniste,* (16):1198-1211, 1/8/1928.

E qual deveria ser a posição dos comunistas diante dessa *revolução?*

> 1. o proletariado e seu partido deveriam se unir estreitamente ao campesinato, organizando os operários agrícolas em sindicatos e utilizando as massas agrícolas como um ponto de apoio para organizar os camponeses pobres, os parceiros, os meeiros, os colonos, em ligas camponesas orientadas para a política do Krestintern;
> 2. em relação aos movimentos da pequena burguesia liberal, os comunistas devem desempenhar o duplo papel de constituir com eles uma frente única revolucionária contra o imperialismo e os grandes proprietários fundiários, naqueles lugares onde eles forem um fator revolucionário da situação, e, ao mesmo tempo, combater e denunciar suas hesitações, seus compromissos, suas traições, de maneira a lhe arrancar a hegemonia na luta e a tomar a direção das grandes massas camponesas que estejam ainda sob sua influência. Ou seja: os partidos comunistas devem constituir uma frente única revolucionária com a pequena burguesia revolucionária, mas não na posição de um auxiliar benévolo que conceda suas forças e sua ajuda à pequena burguesia que dirige o movimento, mas como uma força autônoma e consciente, conhecendo as fraquezas de seus aliados, convicto de que só a classe operária é capaz de resolver os problemas fundamentais do movimento revolucionário e que, tomando parte ativa na luta, se esforça por fazer aceitar seus programas às massas em movimento, de imprimir sua ideologia, de reforçar sua influência e sua organização no seio mesmo do bloco revolucionário e, em definitivo, conquistando nele sua direção.[48]

Na fase democrático-burguesa do movimento revolucionário, o momento mais importante será o da passagem da hegemonia das mãos da pequena burguesia às do proletariado. Esse momento se produzirá, no curso da luta revolucionária, quando o partido do

48. Idem.

proletariado adquirir a influência decisiva sobre as massas, graças a seu trabalho de propaganda e organização entre os operários, os camponeses e certas camadas da pequena burguesia. Constituir-se-ão, neste momento, *soviets* de camponeses e operários, tendo em vista a criação de uma dualidade de poder. [49]

E quais eram o caráter e as forças motrizes da revolução brasileira, segundo o PCB, neste período?

Octávio Brandão, num artigo para a tribuna de debates do III Congresso do PCB, definiu a essência da linha política dos comunistas brasileiros desde 1925: as tarefas do proletariado diante da revolução democrático-pequeno-burguesa. [50]

Partindo do pressuposto da natureza semicolonial da sociedade brasileira, Octávio Brandão chega no entanto a uma outra conclusão sobre as forças motrizes e o caráter da revolução brasileira: no estágio de então, o proletariado urbano e rural se aliaria com a pequena burguesia revoltosa e a grande burguesia liberal contra o "tzarismo brasileiro" (o partido republicano, os fazendeiros de café, o Estado agrário etc.).

Mas tal aliança deveria ser subordinada a requisitos tais como:

1. realizar a frente única momentânea de todas as forças que lutam contra o partido republicano e o Estado agrário;
2. aliança ideológica e orgânica, dentro de certos limites, com os revoltosos pequeno-burgueses;
3. nenhuma confusão, nenhuma fusão ou mistura, nem combinação com a ideologia pequeno-burguesa;
4. ação paralela de forças independentes, como nos *meetings* do núcleo de defesa dos direitos constitucionais;
5. combater a influência da pequena burguesia revoltosa e da grande burguesia liberal sobre o proletariado, acentuando a independência orgânica e ideológica da classe operária e do partido comunista;

---

49. Ibidem.
50. Cf. Octávio Brandão, "O proletariado perante a revolução democrático-pequeno-burguesa", *Autocrítica,* (6):12-15, 1928.

6. desmascarar os sofismas, as tapeações e a demagogia da grande burguesia liberal;
7. criticar seriamente as ilusões e as oscilações da pequena burguesia em geral e dos revoltosos em particular;
8. criticar seriamente as tendências fascistas entre os revoltosos para que a revolução democrática não degenere em ditadura fascista. [51]

Sob estas condições, as alianças seriam efetuadas tendo-se em vista a conquista da hegemonia política, tanto antes como depois da revolução democrática pequeno-burguesa.

No Brasil, a revolução democrático-burguesa de 1848, analisada por Marx e Engels, se traduziria na revolução democrático-pequeno-burguesa, que deveria ser apoiada pelos comunistas, pois tal revolução seria uma "criadora de possibilidades". A partir de seus desdobramentos, o proletariado poderia fazer a sua revolução, pois, resguardando a sua autonomia no movimento, o proletariado poderia contribuir para que a revolução se transformasse num ato de libertação nacional, fazendo desaparecerem o feudalismo e os restos da escravidão, extinguindo a dependência econômica e política, atacando a sujeição imperialista estrangeira e colocando o país em pé de igualdade com as demais potências capitalistas.

A revolução democrático-brasileira seria pequeno-burguesa, porque seria dirigida pela pequena burguesia, que, no Brasil, era eminentemente urbana e não rural (camponesa), como na Rússia, pois, a pequena burguesia na Rússia era o camponês e, no Brasil, o revoltoso de 1922 e 1924 era proletarizado e radicalizado.

Buscando a aliança com os revoltosos pequeno-burgueses, as tarefas fundamentais dos comunistas seriam então lutar para que a revolução democrático-burguesa fosse colocada num plano inclinado que a fizesse rolar no sentido da profundeza da revolução proletária. [52]

Como se pode ver, grandes eram as diferenças políticas na elaboração da IC e na do PCB. Eram diversas tanto as forças

---

51. Idem.
52. Ibidem.

motrizes como o caráter da revolução. E não poderia ser de outro modo, neste período de autonomia teórico-política dos PCs latino-americanos, pois a conjuntura brasileira apresentava características muito particulares.

A teoria da "revolução democrático-pequeno-burguesa" — justificação teórica em detalhe da discussão travada no seio do partido sobre a política de alianças do PCB — conduziu ainda, em 1928, a um elenco de conclusões e propostas políticas sobre a conjuntura brasileira incrivelmente realista para a época em que foram elaboradas. Segundo Astrojildo Pereira, em relatório enviado ao Secretariado Sul-americano da IC, os principais pontos desta análise foram:

a) a revolução de 5 de julho, continuada pela Coluna Prestes, não foi vencida. Está apenas interrompida. As condições que a determinaram e permitiram seu desdobramento de 1924 a 1926 continuam existindo na base da situação objetiva do país;

b) movimento de grande repercussão popular, criou um verdadeiro estado de espírito revolucionário nas mais amplas camadas do povo, e este estado de espírito mantém-se pela intensa propaganda dos ideais e fatos revolucionários;

c) a luta revolucionária, pela lógica de seu próprio desenvolvimento, tende a "esquerdizar-se" cada vez mais. Isto se verificou de 1922 a 1924 e de 1925 a 1926;

d) o programa da revolução de 5 de julho apresenta certos pontos de contato com o programa econômico da revolução pequeno-burguesa do México. Seu conteúdo político, democrático e liberal tem por base o restabelecimento das garantias constitucionais de 1889 abolidas pelas diversas e sucessivas leis de exceção e pela divisão constitucional de 1926. Isto significará para os trabalhadores, pelo menos, a possibilidade legal de organização e propagandas revolucionárias;

e) a revolução de 5 de julho triunfante marcará incontestavelmente uma etapa progressiva nas condições políticas do país, até hoje governado e oprimido pela fração mais reacionária da grande burguesia;

f) os revolucionários simpatizam particularmente com nossa luta contra o imperialismo, se bem que sua simpatia parta de um ponto de vista patriótico e nacionalista;

g) a situação econômica e política do país, objetivamente examinada, faz prever uma conjuntura francamente revolucionária, que resultará da coincidência dos seguintes fatores: 1) crise econômica resultante de uma catástrofe na política cafeeira (a subida de Hooven à presidência dos EUA favorecerá este fator); 2) crise política vinculada ao problema da sucessão presidencial no Brasil (1930); 3) possibilidades de uma repetição de um novo 5 de julho.

h) frente à provável terceira revolução, que tomará proporções muito maiores que as de 24/26, não é de supor que as massas trabalhadoras se mantenham indiferentes ou neutras e muito menos que conspirem contra os revolucionários. Nessas condições, o dever do partido comunista consistirá em colocar-se à frente das massas, procurando conquistar não somente a direção da fração proletária mas a hegemonia de todo o movimento;

i) sem dúvida alguma, entre os militares revolucionários existe uma direita com uma tendência filofascista. É um perigo real que não devemos desconhecer, ao contrário, devemos encará-lo de frente, para vencê-lo melhor. No nosso entender, a intervenção decidida do Partido Comunista no movimento, em estreita aliança com os revolucionários pequeno-burgueses, na primeira fase do movimento, na luta comum contra o inimigo, pelo menos dificultará e poderá vencer com maior facilidade essa tendência fascista;

j) toda e qualquer aliança entre o Partido Comunista e a vanguarda revolucionária da pequena burguesia somente poderá ser realizada tendo por base as seguintes condições: 1) completa independência e autonomia do Partido, antes e durante o movimento; 2) completa liberdade de organização e propaganda para o Partido

durante o movimento; 3) liberdade de organização e propaganda para o Partido durante o movimento; 4) liberdade de crítica durante o movimento, para o Partido e sua imprensa; 5) aceitação do programa de reivindicações imediatas, sustentado pelo BDC; 6) trabalho preparatório paralelo e convergente, desde já, do Partido e do Comando Militar Revolucionário, estabelecendo-se um mínimo de ligação, estritamente controlada entre as duas direções; 7) representação do Partido no EM revolucionário durante a luta; 8) armamento do proletariado e formação de unidades proletárias de combate. [53]

Como se pode atestar, inspirado na "teoria" da revolução (brasileira) democrático-pequeno-burguesa, o PC não só concebia muito distintamente o caráter desta revolução, como as suas tarefas políticas: *liberdade de organização e expressão para os trabalhadores;* vinculando muito concretamente a revolução e suas tarefas às manifestações de revolta dos "tenentes". O grau de objetividade do programa desta revolução pode também ser aferido na análise que o PCB faz dos fatores que geraram a conjuntura "revolucionária". Observe-se também a correta posição (em prol da participação) dos comunistas no movimento, tendo em vista isolar as correntes mais reacionárias e reforçar as mais avançadas. Por fim, deve ser ressaltada a correção doutrinária e política das condições para esta participação, enumeradas no último ponto do programa. Pode-se argüir, e é justo que se faça, se o PCB teria efetivamente alguma possibilidade de impor essas ou quaisquer condições para sua participação no movimento, se se tem em conta a sua fraqueza política e organizatória neste período.

Infelizmente, todos estes avanços no plano da elaboração teórico-política dos comunistas sobre a revolução brasileira seriam jogados na *lata de lixo* depois do fracasso da revolução chinesa, da realização do VI Congresso da IC, da realização do III Congresso do PCB, da organização da I Conferência dos Partidos Comunistas Latino-americanos e, por fim, das deliberações tomadas

53. Cf. Astrojildo Pereira, "La política brasileña e la actual situación del Partido", *La Correspondencia Sudamericana*, 15/9/28.

pelo Comintern sobre a situação brasileira e a posição do PCB em face dela. [54]

A ruptura na elaboração teórico-política do PCB não pode, com efeito, ser entendida se não se leva em conta as alterações ocorridas no seio da III Internacional Comunista, especialmente depois do seu VI Congresso, realizado entre 17 de julho e 1.° de setembro de 1928, e que pela primeira vez destinava um capítulo especial à temática latino-americana e às estratégias a serem adotadas pelos Partidos Comunistas daquela região. O interesse súbito da IC pela América Latina, que faz sua "estréia" no VI Congresso, pode ser explicado, por um lado, pelo fracasso da insurreição de Cantão, comandada pelo Komintern, e, por outro lado, pelos probemas que ameaçavam colocar o declínio da Inglaterra em proveito dos Estados Unidos no que diz respeito à política imperialista na América Latina. [55]

Quanto à estratégia geral do MIC, a análise do capitalismo contemporâneo, naquele momento de crise, coube a Bukharin apresentar. Partindo do pós-guerra, propõe o entendimento do capitalismo em três períodos. O primeiro, de crise revolucionária aguda, abrange as várias situações revolucionárias ocorridas desde o fim da Primeira Guerra Mundial até os anos 1920/21 e teve nas revoluções russa e alemã momentos altamente significativos. O segundo marcou uma ofensiva do capitalismo frente às derrotas de várias tentativas revolucionárias e, conseqüentemente, significou uma fase defensiva do proletariado. Apesar disso, houve ainda algumas situações revolucionárias em países coloniais e semicoloniais, como China, Síria e Marrocos. O terceiro período caracterizou-se, de um lado e inicialmente, por uma ampla reorganização capitalista através de um intenso processo de monopolização e desenvolvimento técnico e, ao mesmo tempo, pelo "crescimento

54. Konder desenvolve considerações muito interessantes sobre o reflexo das lutas contra os "desvios" do *Bukharinismo*, no interior do movimento comunista mundial, sobre a crise de direção do PCB, na mudança de linha e na substituição do antigo Comitê Central do partido, em fins da década de 20. Cf. "Astrojildo Pereira: o homem, o militante, o crítico", *Memória & História n.º 1: Astrojildo Pereira*, pp. 60-61.

55. Cf. A. Goldberg, "La question coloniale vue par la Troisième Internationale" (Paris: datilografado, 1970).

das forças opostas ao capitalismo" e pelo "desenvolvimento extremamente intenso das contradições do capitalismo". O aguçamento da luta de classes e a iminência de uma "situação revolucionária" acabaram, por sua vez, por agravar o "quadro geral da crise capitalista". Ainda, segundo Bukharim, existiam três tipos de países: aqueles de capitalismo *muito desenvolvido,* aqueles com um desenvolvimento capitalista *médio,* como Iugoslávia e Romênia, e aqueles países *coloniais* e *semicoloniais.* [56]

As "Teses sobre o movimento revolucionário nas colônias e semicolônias", do VI Congresso, iniciavam enfatizando que "...o enorme mundo das colônias e semicolônias converteu-se em um foco inextinguível do movimento revolucionário de massas". Após algumas referências à China, Índia e Indonésia — nestes dois últimos países a situação era entendida como objetivamente favorável a eclosões revolucionárias —, passou-se à América Latina, onde a penetração econômica do imperialismo norte-americano foi acentuada, colocando o imperialismo britânico em condições de inferioridade. Também aí as insurreições camponesas, as greves operárias — no Brasil fala-se em "uma série de insurreições no sul do país" — expressariam a ampliação e o aprofundamento do processo revolucionário e, em especial, a crescente sublevação dos países latino-americanos contra a dominação imperialista. Como decorrência, a agudização da contradição entre a política colonial imperialista e o desenvolvimento autônomo dos povos coloniais somente poderia ser superada através da luta vitoriosa das massas trabalhadoras dos países coloniais. Frente o catastrofismo capitalista, a inevitabilidade da crise insuperável do imperialismo abria "...a possibilidade objetiva de um desenvolvimento não capitalista nas colônias atrasadas", o que, por sua vez, também introduzia o problema da tomada do poder através dos *soviets.* [57]

As teses, por sua vez, também faziam distinção entre os países coloniais: de um lado estavam aqueles que absorveram a população excedente das metrópoles e que acabaram se convertendo em prolongamentos do sistema capitalista — de que seriam

56. Cf. N. Bukharin, "La situación internacional y las tarefas de la Internacionale Comunista. Informes y Discusiones", *Cuadernos de Pasado y Presente,* (67):11,29,153. 1978.

57. Idem, pp. 192-194.

exemplos o Canadá e a Austrália — e, de outro, aqueles países coloniais que em sua origem foram explorados pelo imperialismo, constituindo-se em mercados consumidores, fornecendo "matérias-primas" ou se convertendo em áreas de investimentos de capitais.

Nas "colônias de imigração" houve uma reprodução da estrutura de classes existente nos países metropolitanos e os interesses da burguesia local eram em grande parte idênticos àqueles da burguesia metropolitana. Já nas "colônias de exploração", os interesses da burguesia imperialista "travam, ao fim e ao cabo, o desenvolvimento das forças produtivas das respectivas colônias"; "se a exploração colonial pressupõe certa promoção do desenvolvimento da produção das colônias, este desenvolvimento, graças ao monopólio imperialista, segue um caminho muito determinado e só é promovido na medida em que isso corresponda aos interesses da metrópole..." [58]

Aí se encontra o ponto crucial das relações entre o imperialismo e os países que sofreram exploração colonial: estes vêem-se impedidos de buscar um desenvolvimento autônomo e desempenham as funções de apêndice econômico do capitalismo desenvolvido; as classes trabalhadoras dos países coloniais vêem o fruto do seu trabalho drenado para as burguesias dos países imperialistas. [59]

A partir da experiência chinesa e indiana, a IC intenta traçar uma orientação estratégica comum *a todas as colônias e semicolônias* do mundo: "Da mesma forma que em *todas as colônias e semicolônias,* o desenvolvimento das forças produtivas e a socialização do trabalho na China e na Índia estão em um escalão relativamente baixo. Esta circunstância e o jugo da dominação estrangeira, bem como a existência de *fortes resíduos de feudalismo* e de relações pré-capitalistas, determinam o caráter da próxima etapa nestes países". Decorrentemente, ao movimento revolucionário destes países coloca-se o problema da "revolução democrático-burguesa, vale dizer, da etapa de preparação dos pressupostos para a ditadura proletária e a Revolução Socialista". [60]

58. Ibidem, p. 198.

59. Op. cit., p. 199.

60. Op. cit., p. 205.

Como tarefas fundamentais a serem implementadas no curso das revoluções democrático-burguesas nos países coloniais e semicoloniais, destacam-se: rompimento dos laços de dependência ao imperialismo, através da nacionalização das concessões, ferrovias, bancos etc., a busca da unidade nacional onde esta ainda não houver sido conquistada, destruição do poder das classes exploradoras e a organização de conselhos operários e camponeses — *os soviets* —, criação do exército vermelho, criação da ditadura do proletariado e do campesinato e fortalecimento da hegemonia do proletariado. Enfatiza-se ainda a importância da revolução agrária como forma de libertação dos camponeses da dominação pré-capitalista, colonial e escravista e propõe-se a nacionalização dos subsolos, além das necessidades de ampliar os sindicatos operários e fortalecer os partidos comunistas.[61]

No que toca à América Latina, as teses do VI Congresso estabelecem que "os comunistas devem tomar parte ativa e geral no movimento revolucionário de massas dirigido contra o regime feudal e contra o imperialismo, inclusive onde este movimento estiver sob a direção da pequena burguesia. Por isto, os partidos comunistas não têm que se subordinar sob nenhuma circunstância a seus aliados temporários".[62] E, ao lançar as palavras de ordem para os comunistas latino-americanos, o VI Congresso reafirmou o conteúdo programático acima exposto, a saber: expropriação sem indenização dos latifúndios, confisco das empresas estrangeiras, cancelamento da dívida externa, regulamentação da jornada de 8 horas de trabalho, armamento dos operários e camponeses visando a criação de milícias populares e "ereção do poder soviético de operários, camponeses e soldados, em substituição à dominação de classe dos fazendeiros e da igreja. Na agitação comunista, a consignação *governo, operário* e *camponês* deve ocupar o lugar mais importante, por oposição aos assim chamados governos "revolucionários da ditadura militar da pequena burguesia".[63]

Já o informe de Jules Humbert Droz, "Sobre os Países da América Latina", era igual ao que ele apresentara à *Correspondência Sul-americana,* quase à mesma época. Nele, embora reconhecendo a diversidade existente entre os países daquele continente, especialmente entre os países da América Central e da América Meridional, Droz afirmava a necessidade de "estabelecer a linha tática geral que devemos dar à nossa ação comunista, à ação revolucionária em geral na América Latina", baseada em algumas características comuns dos países deste continente.[64] E, procurando argumentar no sentido de reafirmar o caráter "semicolonial" do conjunto daqueles países, diz: "Sem embargo, as inversões de capitais ingleses e norte-americanos na Argentina, Chile, Brasil e nos países que possuem já um certo desenvolvimento industrial demonstram que seu progresso econômico não é independente, não é o progresso de uma economia capitalista independente do imperialismo, do qual ela, em um certo momento, possa livrar-se; demonstram que estes países são semicolônias dos imperialismos inglês e norte-americano".[65] Além da dependência econômica, há também um controle político sobre os países latino-americanos, especialmente por parte dos EUA. Outro argumento utilizado por Droz refere-se à inexistência de um capitalismo nacional desenvolvido; nas empresas que contam com inversões norte-americanas, não há grande participação do capital nacional, como ocorre na Alemanha e Itália. E conclui que não se pode atribuir ao imperialismo o papel de obstaculizar o desenvolvimento industrial dos países latino-americanos mas, ao contrário, as inversões de capital incrementam o processo de industrialização, o que, por sua vez, não significa que este processo leve à descolonização: "Pelo contrário, quanto mais capitais investe na América Latina o imperialismo, mais desenvolve-se a industrialização e mais desenvolve-se também a colonização destes países". Disso também decorre que não há nestes países mais industrializados uma burguesia nacional autônoma; esta se encontra desde suas origens ligada ao imperialismo e por isso impossibilitada objetivamente de desenvolver um projeto revolucionário

61. Op. cit., p. 205.
62. Op. cit., p. 238.
63. Op. cit., pp. 238-239.

64. Cf. Jules Humbert Droz, "Sobre los países de América Latina", in "VI Congresso de la Internacionale Comunista", *Cuadernos de Pasado y Presente,* p. 309.
65. Idem, p. 302.

burguês antiimperialista.[66] Da mesma forma, a burguesia industrial não se contrapõe aos latifundiários, mas tem seus interesses aos destes imbricados.[67]

O informe de Humbert Droz fez também referências críticas ao Bloco operário e camponês no Brasil (BOC), uma vez que este foi identificado como o "Kuomitang" brasileiro, "que agrupa as organizações operárias e camponesas, porém existe o perigo de que certos elementos pequeno-burgueses possam rodear este Bloco operário e camponês".[68]

Intervindo organizadamente pela primeira vez num Congresso da IC, a delegação latino-americana reagiu a essas teses de maneira diversa. Enquanto a delegação brasileira praticamente ratificou a orientação traçada por Droz e a IC, bem como as críticas dirigidas ao PCB pelo Secretário da Seção Latina, apenas opondo um breve reparo à observação de Bukharin de que o movimento comunista chegava pela primeira vez (naquela época) à América Latina,[69] o delegado equatoriano fez restrições muito sérias à estratégia revolucionária geral da IC para os países coloniais e semicoloniais, ao apontar para as diferenças existentes entre os vários países colocados naquelas classificações. Ele disse: "Parece-me que o programa não dá uma fisionomia própria ao desenvolvimento do capitalismo nos países coloniais e naqueles semicoloniais".[70] E exigindo uma análise mais apurada da forma de dominação imperialista naqueles países, os seus vínculos com o capitalismo nacional, o comunista equatoriano avançou uma proposição: em alguns países, como a Argentina e o Brasil, dada a resistência um pouco maior à dominação estrangeira, favorecida inclusive pela sua situação geográfica, a denominação "semicolonial" é insatisfatória: "É muito importante estabelecer uma distinção entre os países semicoloniais e aqueles que, na falta de um melhor termo, podem ser chamados de 'dependentes'. Os problemas da luta proletária devem ser encarados de um modo diferente nos países coloniais e semicoloniais que nos países dependentes". E conclui dizendo: "Deve-se então aceitar uma nova categoria adjunta aos três grupos de países classificados no programa de acordo com o seu desenvolvimento econômico e grau de dependência política. Este novo grupo estaria constituído pelos países 'dependentes', que estão penetrados economicamente pelo imperialismo, mas conservam uma independência política bastante grande, seja devido a uma penetração econômica débil, seja devido à sua força política".[71]

"Como decorrência dessas observações críticas, questionou-se, por exemplo, a validade da consignação da revolução agrária democrático-burguesa nos países 'dependentes', identificou-se os latifundiários nestes países como sendo uma fração da burguesia, ao invés de concebê-los como setores feudais, e refletiu-se sobre a necessidade das alianças com os camponeses e com a pequena burguesia."[72]

O delegado mexicano, por sua vez, fez notar, entre outras observações, que "apesar de nossas reiteradas observações, o executivo nada fez para proporcionar aos países de língua espanhola a possibilidade de assimilar os conhecimentos teóricos mediante a literatura comunista. Até o momento, quase nada foi publicado em língua espanhola. Os documentos mais importantes da IC não se publicaram em língua espanhola e resulta, por conseguinte, extremadamente difícil a nossos camaradas desenvolverem-se política e ideologicamente".[73]

Como era de se esperar, as teses da IC sobre *as colônias e semicolônias*, na conjuntura do final da década de 20, influíram fortemente nas teses do III Congresso Nacional do PCB, realizado nos últimos dias de 1928 e nos primeiros dias de 1929.

Voltando ao Brasil, a delegação do PCB ao VI Congresso da IC publicou desde logo, na revista *Autocrítica*, as suas intervenções no Congresso, transmitindo ao CCE do PCB as orienta-

66. Ibidem, p. 310.
67. Op. cit., p. 310.
68. Op. cit., p. 319.
69. Cf. Paulo Lacerda, "O VI Congresso de la Internacionale Comunista. Informes y Discusiones", *Cuadernos de Pasado y Presente*, p. 82.
70. Cf. Ricardo Paredes, "Informes de la Delegación Latinoamericana sobre el Programa de La Internacionale Comunista", *Cuadernos de Pasado y Presente*, p. 176.

71. Idem, pp. 178-179.
72. Ibidem, pp. 184-186.
73. Op. cit., p. 181.

ções definidas em Congresso sobre a questão colonial e semicolonial.

Diante disso, as teses do III Congresso do PCB relativos à questão nacional trairiam, pela primeira vez, a influência política da IC. Segundo elas:

1. "O Brasil é um país de tipo semicolonial, economicamente dominado pelo imperialismo, se bem que politicamente 'independente'."
2. "O Brasil é um país de economia principalmente agrária, baseada na grande propriedade e na exploração de grandes massas campesinas."
3. "O desenvolvimento autônomo e normal das forças produtivas do país — notadamente da indústria pesada — é entravado pelas forças de compressão imperialista."
4. "Involuntariamente, porém, o próprio imperialismo promove certas condições técnicas que favorecem esse desenvolvimento, de que resulta a formação de núcleos industriais (como o Rio e São Paulo), onde se aglomeram massas proletárias consideráveis."
5. "A burguesia nacional, que até um certo momento (Revolução de 1924) parecia poder desempenhar um papel revolucionário, capitulou completamente diante do imperialismo, aliando-se aos grandes proprietários de terra, que estão no poder."
6. "Em virtude mesmo dessa capitulação da burguesia diante do imperialismo, agravando-se cada vez mais a opressão deste último, acentua-se cada vez mais a exploração econômica e, conseqüentemente, a radicalização política das massas laboriosas do campo e da cidade, inclusive as camadas mais pobres da pequena burguesia."
7. "De tal sorte, a pequena burguesia constitui um fator revolucionário da maior importância no momento atual, tendendo a aliar-se às forças revolucionárias do proletariado."
8. "Mas a pequena burguesia não poderá levar a revolução às suas últimas conseqüências mesmo dentro do quadro democrático-burguês. Só o proletariado poderá fazê-lo, assumindo a direção do movimento, com o apoio das mais largas massas e conduzindo-as a etapas superiores e mais avançadas."
9. "Assim, pois, o proletariado deve apoiar, energicamente, o movimento revolucionário, desde já em preparação. Este apoio, no entanto, deve ser dado na base das seguintes reivindicações fundamentais, que constituem o conteúdo essencial da revolução na sua primeira etapa:
   a) solução do problema agrário, confiscação da terra;
   b) supressão dos vestígios semifeudais;
   c) libertação do jugo do capital estrangeiro." [74]

Em consonância com as teses do VI Congresso da IC, é dada também uma ênfase vigorosa na luta antiimperialista e na questão camponesa.

Quanto à primeira, se diz:

> "A questão da luta contra o imperialismo e os perigos de guerra — posta no 2.º ponto de ordem do dia — foi, a bem dizer, o fio condutor de todos os debates do Congresso. Todo o movimento revolucionário em países do tipo semicolonial como o Brasil tem, forçosamente, que assentar sua base principal na luta contra a dominação imperialista. Desse ponto de vista é que o III Congresso resolveu os problemas políticos do Partido, traçando a perspectiva das próximas batalhas. Mas a questão da luta antiimperialista apresenta aspectos particulares, que deviam ser resolvidos em discussão especial. A esta discussão procedeu o III Congresso, mostrando sobretudo o que tem sido e o que vai sendo a penetração das forças imperialistas no Brasil e o antagonismo anglo-americano, que tem neste país um dos campos principais de choque e hostilidade. Com isso, foram indicados ao Partido as tarefas práticas e específicas na luta contra a dominação imperialista. Dessas tarefas impõe-se, como a de mais urgente necessidade, a criação nacional da

---

74. Cf. C.C.E. "O III Congresso do PCB", *La Correspondencia Sudamericana*, 1929.

Liga Antiimperialista, que deve ser a organização de massa especialmente dedicada à agitação antiimperialista. À parte algumas tentativas locais, não havia ainda o Partido cuidado da Liga Antiimperialista. O III Congresso tornou obrigação a fundação da Liga, que tem, entre nós, um papel dos mais importantes a desempenhar na preparação da luta revolucionária. Com efeito, a Liga pode e deve organizar em suas fileiras os elementos revolucionários não só do proletariado, como também da massa campesina e da pequena burguesia. Esta última, sobretudo, mostra-se extremamente acessível à agitação antiimperialista — coisa de alcance incalculável no estado atual de efervescência revolucionária no seio da pequena burguesia". [75]

Quanto à questão camponesa, diz-se:

> "Pela primeira vez na vida do Partido, o problema agrário e camponês foi enfrentado a sério durante a realização do III Congresso. Problema essencial no Brasil, ele apresenta, porém, enormes dificuldades de estudo e compreensão, à vista da carência quase total de dados seguros que o informem. Ademais, a grande extensão territorial do país, permitindo a coexistência de condições as mais diversas de região para região, torna ainda mais difícil o problema. Em conjunto, os dois pontos primordiais da questão, sobre os quais não pairam dúvidas, são: 1.º) o predomínio absoluto da grande propriedade; 2.º) as condições de semi-escravidão em que vivem os trabalhadores agrícolas em todas as regiões do país, calculando-se o seu número em mais de 8 milhões. É na exploração desumana dessa massa formidável que se assenta a base principal da economia brasileira. Isto, que é fundamental, basta para mostrar o que representa, para o nosso Partido, o problema agrário e camponês. O III Congresso não o resolveu, não lhe deu solução definitiva, nem o poderia fazer, de golpe, mas teve o mérito de pôr a questão, em toda a sua grandiosidade, na ordem do dia do Partido." [76]

75. Idem.
76. Ibidem.

Diante dessa constatação, o Partido traça como tarefa fundamental: despertar entre seus militantes a consciência do dever a cumprir nesse domínio, que a todos os outros sobrelevaria em gravidade. [77]

É de interesse acrescentar que todas as críticas assacadas por Droz contra o BOC no Brasil, foram totalmente incorporadas pelo PCB durante o III Congresso. Aí, efetivamente se diz:

> "O BOC apresenta alguns perigos de desvios oportunistas e eleitoralistas, que são necessários combater energicamente. De resto, a direção do Partido sempre se conservou vigilante, condenando firmemente tais desvios, como, por exemplo, em São Paulo, quando os camaradas dali fizeram o BOC apoiar os candidatos democráticos nas eleições estaduais de fevereiro de 1928. Outro perigo está na tendência que se manifesta, mesmo no Partido, de considerar o BOC como "o" partido do proletariado, espécie de substituto legal do PC.
>
> O III Congresso discutiu amplamente tudo isso, esclarecendo que o BOC é a organização política da frente única das massas laboriosas em geral, *sob a hegemonia do PC.* Este último é e deve ser cada vez mais o núcleo central dirigente do BOC, o cerne compacto e resistente em torno do qual se agrupam as mais largas massas de operários, camponeses, gente pobre de toda natureza. Dentro do BOC, dirigindo-o, guiando-o, dando-lhe vida revolucionária, o Partido deve sempre conservar a sua própria fisionomia de Partido Comunista como tal, isto é, como único verdadeiro partido do proletariado, como "o" partido específico do proletariado, chefe das massas laboriosas na luta revolucionária. Firmando, assim, as características políticas e orgânicas do BOC, o Congresso, para combater aqueles perigos, determinou, como tarefa primordial, que se intensificasse o trabalho ilegal do PC como tal, paralelamente ao trabalho legal do BOC". [78]

77. Op. cit.
78. Op. cit.

Comparando-se as teses enunciadas pelo PCB, em seu II Congresso (1925), sobre o caráter e as forças motrizes da revolução brasileira, bem como a linha política efetivamente adotada pelo Partido até o VI Congresso da IC e as teses do seu III Congresso (1928), não há como deixar de reconhecer as grandes mudanças que ocorrem na elaboração teórico-política dos comunistas brasileiros, em perfeita consonância com as novas orientações do Movimento Comunista Internacional.

A revolução brasileira deixa de ser "democrático-pequeno-burguesa" para se tornar "democrático-burguesa", *antiimperialista.* Em conseqüência, suas tarefas mudam profundamente de mera conquista das liberdades democráticas para a revolução agrária e antiimperialista. O eixo das alianças políticas passa da busca de contatos com a pequena burguesia (urbana) "revolucionária" para a aliança com as massas camponesas (segundo a versão estalinista do leninismo), tendo-se em vista a formação de *soviets,* antes e depois da revolução, em vista da criação de uma dualidade de poder. Da mesma forma, a burguesia é empurrada para o lado dos latifundiários e imperialistas, entendendo-se que ela constitui um mero apêndice econômico do capital financeiro e a outra face do capital agrário e, portanto, sem nenhuma autonomia de classes para poder se constituir em aliado confiável do proletariado e seu partido.

No Brasil, a preocupação do proletariado e de seu partido em manter a sua independência política e orgânica face às "ditaduras militares" da pequena burguesia revolucionária traduziu-se num afastamento do PCB em relação ao movimento "tenentista" e na radicalização (irrealista) de suas palavras de ordem: luta antiimperialista, reforma agrária, governo operário e camponês etc.

É evidente que no contexto da sociedade brasileira do final da década de 20, esta brusca mudança na linha política levaria inevitavelmente o PCB ao isolamento político, posto que ficava à margem do movimento real da sociedade brasileira e jogava os comunistas para uma irreal, fictícia aliança com "as massas agrícolas" do país. Se se pode aceitar que, com tal mudança, o Partido se reconciliava com a ortodoxia *marxista-leninista* ("ditadura democrática do proletariado e do campesinato" ou "*soviets* de operários e camponeses"), por outro lado não há como deixar de

admitir que se perdia assim o elo que atava a elaboração política dos comunistas às contradições específicas da formação social brasileira, por mais "absurda", "menchevista", "reboquista" e "pequeno-burguesa" que parecesse a "teoria da revolução democrático-pequeno-burguesa" e o reconhecimento da especificidade da "questão pequeno-burguesa" no Brasil.

A linha do VI Congresso da IC para os "países coloniais e neocoloniais" foi consolidada para os PCs latino-americanos na 1.ª Conferência dos Partidos Comunistas latino-americanos, realizada sob os auspícios do Secretariado sul-americano da IC, em Buenos Aires, em junho de 1929.[79]

Nesta Conferência, que reuniu pela primeira vez na América Latina representantes de todos os Partidos Comunistas americanos, Jules Humbert-Droz voltou a expor a sua análise sobre as perspectivas revolucionárias na AL, bem como as críticas feitas à ação de vários partidos comunistas latino-americanos, inclusive o do Brasil, onde fez sérias restrições à teoria da revolução democrático-pequeno-burguesa, taxando-a de "pequeno-burguesa" e "menchevista".[80] Da mesma forma, enquanto as outras delegações, em especial a do Equador, criticavam a omissão teórico-política da IC e do próprio *bureau* sul-americano na vida dos PCs latino-americanos e nos problemas relativos ao caráter da revolução nestes países, a delegação brasileira ratificou docilmente todas as críticas apresentadas por Droz, bem como a sua estratégia revolucionária geral para a América Latina.

Se não tivesse outros frutos, a 1.ª Conferência Latino-americana dos PCs teria pelo menos produzido este: um ajuste de contas assaz severo quanto à real assessoria político-organizativa prestada por aquela agência regional da IC aos PCs latino-americanos e a fixação dos rumos de sua futura atuação no continente. Como ilustração, veja-se a crítica feita pelo delegado equatoriano, Marecha, à IC pelo descalabro do movimento comunista em seu país:

---

79. Cf. SSA., *El movimiento revolucionário latinoamericano. Versiones de la primera conferencia comunista latinoamericana,* Buenos Aires, 1929.
80. Idem.

"As dificuldades e perseguições de que tem sido vítima o nosso Partido, o esquecimento em que o tem deixado a IC e sua falta de apoio no período álgido da luta não dão direito, nem ao companheiro Luís nem à IC, de fazer a crítica desapiedada que se nos tem feito na intervenção do primeiro, nesta conferência, e na carta aberta pré-citada. Eu culpo a IC que, por seu descuido para com o nosso Partido, tem sido responsável pelas inúmeras dificuldades de nossa missão".[81]

De sua parte, Jules Humbert-Droz, defendendo a IC diante desses ataques, prestou contas de sua atividade junto aos PCs latino-americanos e traçou as alternativas para o funcionamento futuro do *bureau* sul-americano:

"Alguns camaradas, pretendendo ironizar, afirmaram que a IC acabara de descobrir a América Latina e o companheiro Prieto acrescentou que, todavia, não a conhecia. Mas há que recordar que muitos camaradas americanos fazem esse mesmo descobrimento. De maneira, companheiros, que realizamos juntos a viagem, com a diferença de que vocês não a descobriram antes, apesar de habitar o território.

Não vou fazer a 'defesa' da IC junto a cada Partido em particular nem demonstrar como cada Partido se 'ocultou' da IC; daí a dificuldade do 'descobrimento'... naturalmente, há dificuldades e imperfeições, mas há que dizer que os partidos jamais enviaram informações; somente com a ajuda dos Partidos poderá a IC estudar a situação da América Latina. Necessitamos tomar posição frente a todos os fatos e, para isso, é preciso a colaboração de todos os Partidos latino-americanos.

Alguns companheiros plantearam o problema de tal maneira que pareceria que a IC deverá atender a todos os labores de seus partidos. A ajuda da IC será uma ajuda no que concerne à direção política, à educação, à formação de quadros dirigentes, à edição de literatura etc.

81. Ibidem.

Estamos de acordo quanto à necessidade de se fazer do Secretariado, de mais a mais, um órgão de direção do movimento comunista latino-americano e, para isto, é preciso não somente elaborar boas resoluções desde aqui, como também transladar diretamente alguns de seus membros para os Partidos dos países irmãos, a fim de ajudar-lhes na conformação orgânica e política de nossos países. Quiçá o desconheça Martinez, mas dentro das possibilidades do Secretariado, possibilidades também de ordem financeira, companheiros nossos têm ido diretamente ajudar os partidos mais próximos; tal é o caso do Paraguai, Chile, Brasil e Uruguai. Em alguns casos, temos procurado que companheiros venham a reuniões especiais do Secretariado, para discutir os problemas específicos de seus respectivos partidos. É claro que, adiante, temos que procurar ir mais ao norte e conhecer de perto o resto de nossos partidos. E isto — Martinez o sabe — não depende somente de nossa boa vontade, senão também de meios e homens, dos quais não se dispõe em abundância...

No que respeita ao estudo de cada país, o Secretariado se preocupou em ir analisando-os por série e isto o tem feito, especialmente com a Argentina, Uruguai, Chile, Peru, Bolívia e Paraguai. A situação dos outros países, todavia, não foi estudada em detalhe porque, para dizer a verdade, apesar de vossos reiterados pedidos, os partidos não só não proporcionam elementos para este estudo, como também têm mantido uma ligação bastante deficiente com o Secretariado.

Para terminar, remarco uma vez mais a importância desta Conferência que, pela primeira vez, permite uma análise da situação de nossos países, a tática a seguir frente à revolução democrático-burguesa que está na ordem do dia em vários países e que, sobretudo, levará a convicção a todos os companheiros de reforçar ideológica e organicamente nossos países-irmãos, única garantia para o êxito de nosso movimento revolucionário".[82]

82. Op. cit.

O III PLENO DO CC

No final de outubro de 1929, quatro meses portanto depois da 1.ª Conferência Latino-americana dos PCs, o Partido Comunista do Brasil realizou o 3.º Pleno do seu CC, cujo temário se dividia entre a situação política do país (a perspectiva iminente das eleições presidenciais e legislativas), os resultados da 1.ª Conferência Latino-americana e os resultados do X Pleno do CE da IC.

Para os propósitos deste trabalho, importa considerar:

1. A posição do PCB ante a situação política nacional, agravada pela crise da economia cafeeira. Sobre este ponto, as conclusões do Partido reafirmam a linha traçada no VI Congresso da IC, no III Congresso do PCB e na 1.ª Conferência, ou seja:

> "O Partido Comunista do Brasil deverá acrescentar sua atividade em sua luta política, estabelecendo sua própria fisionomia, tendendo a adquirir *a todo preço* a hegemonia no movimento revolucionário que se desenvolve no Brasil, cujas principais forças motrizes serão o proletariado, a massa de assalariados agrícolas e os camponeses pobres".

2. O Pleno, depois de haver escutado o informe da delegação que participava da 1.ª Conferência e de haver estudado as resoluções que achou ajustadas às necessidades do movimento comunista e revolucionário latino-americano, aprovou-as unanimemente. Reconhecendo a importância política da Conferência para a conformação ideológica dos PCs da América Latina, o Pleno, no entanto,

> "...comprovou a necessidade de manter uma ligação política mais estreita com o Secretariado sul-americano, que se tornará cada vez mais o órgão de coordenação e direção do movimento comunista latino-americano. Essa ligação é mais necessária ainda para nosso Partido, neste difícil período de sua luta no qual se colocam problemas revolucionários de importância transcendental. Verificou-se que somente mediante uma ligação efetiva — *que nem sempre existiu de parte de nosso Partido* — com o Secretariado Sul-americano, da parte de todos os partidos, se tornará possível que este possa cumprir o papel de direção que o indica, cada vez mais, o movimento revolucionário latino-americano em pleno desenvolvimento".[83]

3. Quanto à avaliação dos resultados do X Pleno do CE da IC e dos perigos da direita, depois de considerar os "desvios direitistas" da atuação da representação parlamentar comunista no Conselho Municipal do Rio de Janeiro e frente à reação política a nível nacional, o Pleno do CC do PCB comprovou também...

> "que estes erros (desvios), em grande parte, tinham sua base nas indecisões manifestadas pelo PC em sua linha política, sua falta de precisão nas perspectivas revolucionárias, e estabeleceu a necessidade de fazer um estudo mais amplo das raízes econômicas, das contradições internas que determinam o momento atual, a crise política agravada pelas contradições externas como conseqüências da luta interimperialista anglo-americana".[84]

Aproveitando ainda a estadia do Secretário Geral do PCB em Moscou, no início de 1930, o Secretariado Político da IC, após a realização de reunião avaliativa da situação política e organizativa do PCB, traçou uma longa resolução orientativa, abordando itens que tais: 1) a crise econômica no Brasil; 2) o amadurecimento da crise revolucionária no Brasil; 3) o caráter da revolução brasileira; 4) a importância da independência do Partido Comunista do Brasil; 5) o Partido Comunista do Brasil e o Bloco Operário Camponês; 6) o PCB e as organizações de massa; 7) as tarefas imediatas do Partido Comunista do Brasil, cujo teor reafirmava as orientações fixadas desde o VI Congresso da IC. Mas, sobretudo, no item 4.º — a importância da independência do PCB — o Secretariado Político referiu-se à linha anterior do PCB, fazendo-lhe muitas críticas:

> "Diversos fatos indicam que, no seio do Partido Comunista do Brasil, muito longe estão ainda de compreender a importância da hegemonia do proletariado na revolução-demo-

83. Cf. "O III Pleno do CC", apud Edgard Carone, *O PCB: 1922-1943* (São Paulo: Difel, 1982), pp. 78-85.

84. Idem, pp. 80-81.

crático-burguesa e a necessidade absoluta de um partido 'independente' do proletariado para realizá-la.

No Partido, prega-se abertamente a teoria da revolução democrático-pequeno-burguesa, sob cuja cobertura o proletariado poderia preparar-se para a conquista do poder (camarada Brandão). Esta teoria menchevista, antileninista e antimarxista nega a hegemonia do proletariado na revolução democrático-burguesa, como garantia essencial contra sua derrota e como a melhor preparação do proletariado para a conquista do poder.

Mas o que é muitíssimo mais perigoso nesta teoria é a prática do PC do Brasil, consistindo em ceder seu papel independente ao BOC, o que se verificou durante estes melhores anos". [85]

85. Cf. "A crise do PCB: Resolução da Internacional Comunista sobre a Questão Brasileira", apud Edgard Carone, *O PCB: 1922-1943* (São Paulo: Difel, 1982).

ASTROJILDO PEREIRA E A QUESTÃO DA UNIDADE SINDICAL NO BRASIL

Astrojildo Pereira Duarte da Silva uniu indissoluvelmente o seu nome à causa dos comunistas brasileiros, desde pelo menos 1922. Contudo o fez de uma maneira muito peculiar. As características de sua militância, bem como a época cultural em que ela foi forjada, marcaram um tempo na história do PCB qualitativamente distinto das sucessivas épocas vividas por este partido até hoje. Esse velho militante foi herdeiro das tradições nacional-populares republicanas e, na condição de intelectual revolucionário, nunca disfarçou o seu interesse pela vida política do país, sempre intervindo nas grandes questões que agitaram a sociedade brasileira. Vem sem dúvida desta formação "jacobina" o matiz *nacional* imprimido à política do PCB em seus primeiros anos. E se cabe dizer que o Partido dos comunistas brasileiros foi, em seus inícios, "astrojildista", devemos entender com isto os indícios de uma elaboração original da política, que desapareceria do PCB durante as décadas posteriores.

Essas observações iniciais querem chamar a atenção do leitor para o tipo de direção político-cultural que singularizou a primeira década da existência do PCB, sob a influência de homens como

Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, Leôncio Basbaum e outros.[1] Direção esta que, no terreno do sindicalismo, foi responsável pela introdução no Brasil da política de unidade sindical, a despeito da *aparente continuidade verbal* do anarco-sindicalismo na prática sindical comunista e das orientações vigentes em cada momento da história da Internacional Comunista (IC).

Mas, para entender o significado real da política de unidade sindical no Brasil, é necessário antes de tudo recuperar algo do debate travado no interior do movimento anarco-sindicalista brasileiro sobre os princípios da organização sindical, em fins da década de 10.

Na seqüência da derrota que sofreram os operários da Companhia de Estradas de Ferro Leopoldina Railway, as principais lideranças do movimento libertário no Brasil depararam-se com uma grande crise nos meios sindicais do país. Resultado das perseguições policiais às sociedades operárias, ou da indolência dos trabalhadores, ou ainda das resoluções "extemporâneas" do 3.º Congresso Operário (que não teriam levado na devida conta a depressão do movimento operário internacional), o fato é que, neste período, muitas associações sindicais desapareceram ou ficaram assaz debilitadas. Os periódicos operários são escassos e deficientes e o número de greves decai sensivelmente.[2] A este "sepulcral marasmo" em que se encontra jogado o proletariado carioca e paulista vem somar-se a "desorientação" e o "confusionismo" gerados pela Revolução Russa no movimento libertário brasileiro. As manifestações da imprensa anarco-sindicalista, nesta época, em relação à Revolução Socialista parecem ficar a meio caminho entre aprovar a frente comum das esquerdas em defesa da Revolução e rejeitar as formas organizatórias e estatais criadas pelos bolchevistas russos.[3]

Neste contexto, tomam corpo as primeiras discussões tendo em vista a reorganização do movimento sindical brasileiro. Uma primeira indagação polariza as opiniões da Liderança anarquista: é necessário mudar algo na doutrina libertária para renimar as lutas sindicais no país? Seria a frouxidão dos métodos de organização anarco-sindicalistas e a sua abstenção do fazer política" os responsáveis pelas derrotas sofridas pela classe operária brasileira? E a questão da forma *partido*, com a sua disciplina e centralização? E a Ditadura do Proletariado, com o seu autoritarismo? Estava a vitória da Revolução Russa a indicar os métodos

---

1. Sobre isto, veja-se: Michel Zaidan. "PCB (1922-1929): nas origens da busca de um marxismo original". *Voz da Unidade* 25/03/83, e "O PCB e o movimento comunista internacional". *Voz da Unidade* 28/07/83, onde se busca mostrar a originalidade da elaboração teórico-política do PCB na época em que Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, Leôncio Basbaum constituíam o "núcleo dirigente" do partido.

2. As condições de desorganização do proletariado, neste período, são denunciadas por toda a imprensa operária. Para os anarco-sindicalistas, veja-se: Antônio Vaz, "Necessidade de um congresso" *A Plebe* V(197:1, 02/12/22. Luigi Bertoni, "Nossa ação". *A Plebe* V(200:1-2, 18/01/23. A. Vaz, "O próximo congresso". *A Plebe* V(194):1, 04/11/22. Carlos Dias, "Uma palavra de estímulo". *A Plebe* V(188):1-2, 12/08/22. Astrojildo Pereira, "A vitória dos gráficos". *Movimento Comunista* I:(18-19):112, 3/23. "Preparação das massas". *Movimento Comunista* I(3):107, 25/03/23.

Com o estado de sítio, em 1922, a imprensa operária torna-se, mais ainda, precária e escassa. No Rio, jornais como *O Trabalho, A Revolução Social, O Libertário* e outros são impedidos de circularem pela polícia. Em São Paulo, *A Plebe* vai se mantendo com grandes dificuldades financeiras e um corpo redatorial muito fraco. Seriam freqüentes, neste jornal, os pedidos de auxílio financeiro e contribuições jornalísticas. Por sua vez, as greves parecem refluir consideravelmente. Um levantamento feito em São Paulo dá conta da ocorrência de apenas 50 greves num espaço de 10 anos (1920-1929). Ainda assim, nenhuma tendo caráter geral; três com caráter de categoria (gráficos/23, sapateiros/23, e tecelões/24) e várias isoladas. A respeito, é de interesse mencionar o testemunho dado pela *A Plebe* sobre a ausência de solidariedade da parte do conjunto da classe operária à greve dos sapateiros: "estas notas são feitas por nós, por isso iremos expandir também o quanto de amargura nos vai na alma, ao ver como a maioria da classe operária de São Paulo se mantém alheia e indiferente a tudo que lhe diz respeito. A presente greve, que deveria já ter suscitado um movimento geral de solidariedade moral para com a União dos Artífices em Sapatos, não foi suficiente para despertar o proletariado do sono letárgico em que está imerso". "A greve dos sapateiros" *A Plebe* VI(222):1, 10/11/23. No Rio de Janeiro, não se tem notícia de nenhuma greve geral ou parcial. Apenas greves de categoria, como a dos tecelões, de resultados incertos.

3. É o caso, por exemplo, do tom geral de muitos artigos sobre a Revolução Russa, a ditadura do proletariado e o Bolchevismo, escritos nos jornais *A Plebe, Spartacus* e *Vanguarda*, antes de 1922, data da fundação do PCB.

da luta político-sindical mais compatíveis com as novas formas de dominação da burguesia imperialista?

O processo de amadurecimento dessas discussões no interior da vanguarda política do movimento operário brasileiro, sobre a validade ou não dos velhos princípios de organização sindical, está longe de ser claro e podemos nos basear apenas nas intervenções públicas de algumas lideranças, registradas na imprensa libertária da época: *A Plebe, Voz do Povo, Spartacus, A Vanguarda* e outros.

No bojo do debate que então se abriu sobre a Revolução Russa, o Bolchevismo e a Ditadura do Proletariado e seus reflexos no movimento operário brasileiro, é possível localizar os primeiros sinais de uma mudança de orientação na criação do Partido Comunista do Brasil, em 1919, ao qual estiveram ligadas muitas das principais figuras do anarco-sindicalismo brasileiro. Embora os autores expliquem o nascimento deste PC pelo entusiasmo despertado com o aparente caráter "libertário" da Revolução Russa e atribua à novel organização traços nitidamente anárquicos ("fundar uma sociedade sem classes, sem Estado, igualitária, livre"), não devemos nos esquecer de que o programa do PC preconizava "a arregimentação e educação do proletariado em geral para a posse dos *poderes públicos* — único meio pelo qual poderá realizar este programa". E concluía declarando o seu voto de fidelidade "aos princípios da Internacional".

É difícil não perceber aí a presença já de características "bolchevistas" no que tange à organização: a forma *partido,* a utilização do *Estado,* o vínculo com a IC etc.

Contudo, o debate só ganha contornos mais nítidos quando aborda sem subterfúgios a questão dos princípios da organização sindical. A pouco e pouco começam a aflorar as dúvidas sobre os velhos moldes do pluralismo sindical. Sob os influxos do centralismo e da disciplina sugeridos pelo "modelo bolchevista", as derrotas do movimento operário no Brasil passam a ser imputadas à frouxidão organizativa do anarco-sindicalismo, sobretudo aos princípios da organização sindical *por ofício,* que dava margem à existência de inúmeros pequenos sindicatos num mesmo ramo industrial. Neste sentido, uma primeira referência de Astrojildo Pereira à estrutura sindical dos "trabalhadores Internacionais do Mundo" (I.W.W.) lança um pouco de luz sobre os rumos que

a discussão terminaria por assumir. Numa série de artigos escritos para *A Plebe* e *A Vanguarda,* Astrojildo procura chamar a atenção para o Congresso de preparação da Internacional Sindical Vermelha, que se realizaria em Moscou, a 1.º de maio de 1921. Aí estariam presentes duas potentes centrais sindicais — a Confederação do Trabalho da Rússia e os Trabalhadores Internacionais do Mundo — representando as massas operárias dos EUA e da Rússia. Astrojildo alegava que, embora o Brasil não se fizesse representar de fato naquele encontro, lá estaria em "espírito". [4]

Mas o que atraía o militante anarco-sindicalista brasileiro era a inovação orgânica dos I.W.W.: a organização dos operários *por ramos industriais.* [5] Comparando este método com os vigentes até então no movimento operário brasileiro, Astrojildo afirmava que os nossos se caracterizavam por uma profunda dispersão corporativista, que se refletia por exemplo na "fraqueza geral das federações ante a força compacta e agressiva do inimigo". [6] "Nosso inimigo é um só", dizia, "e uma só deve ser a nossa força." [7]

Referindo-se aos princípios organizativos dos I.W.W., Astrojildo destaca o caráter *unitário,* amplo da Central operária americana, enfatizando também a unicidade de seu secretariado, do fundo de propaganda e do centro de coordenação. Segundo ele,

> "Os Trabalhadores Industriais do Mundo (I.W.W.) formam uma única grande união de todos os trabalhadores, com um único secretariado, um único fundo de propaganda e um único centro de coordenação.
> É a grande união dos trabalhadores concretizando o velho lema: um por todos, todos por um.
> Para as questões técnicas e profissionais, os I.W.W. se dividem e subdividem em departamentos e uniões industriais, aliás sem limites de fronteiras, nacionais ou internacionais". [8]

---

4. Cf. Astrojildo Pereira, "A Internacional Sindical Vermelha". *Voz do Povo,* 01/05/21.
5. Cf. Astrojildo Pereira, "Nada de precipitação". *A Plebe,* 11/06/21.
6. Idem.
7. Idem.
8. Cf. "Pela reorganização Proletária". *A Plebe,* 28/05/21.

Impressionado com a unicidade sindical dos I.W.W., o velho militante recomendava aos camaradas o estudo e a discussão desses princípios, afirmando que, se fosse o caso de os trabalhadores brasileiros adotarem o "modelo unitário", havia dois caminhos por onde começar: a organização geral e única nas cidades e a organização única, nacional, de determinados ramos de indústria. E indicava preferencialmente a União dos Operários em Fábricas de Tecidos para iniciar a experiência, já que era em parte assim formada.[9]

É de interesse fazer aqui uma pequena pausa, para esclarecer a posição dos anarco-sindicalistas brasileiros sobre esta questão. Embora se impute habitualmente aos libertários a pluralidade sindical, é necessário advertir para a distinção que fazem entre os núcleos propriamente "anarquistas" e os sindicatos operários. Para alguns, no que diz respeito aos sindicatos, haveria uma certa concordância em relação ao princípio da unicidade sindical, resguardando-se o extremo federalismo para os núcleos libertários, em sua ação de propaganda e agitação entre os operários. Já outros estendem abertamente o pluralismo às associações sindicais, organizando-as a partir de declarações de princípios anarco-sindicalistas.[10]

9. Idem.

10. Para a divergência de pontos de vista entre anarco-sindicalistas, veja-se: "Pela reorganização Proletária". *A Plebe,* 28/05/21, no que diz respeito a Edgard Leuenroth; "Manifesto-programa". *A Plebe* V(177):1-4, 18/03/22; Federação dos Trabalhadores da Região Central do Brasil. "Declaração de princípios". *A Plebe* VI(203):2, 24/03/23 e o "preâmbulo" desta última publicado em *A Pátria,* 06/06/23. Para a polêmica suscitada pelas diferentes opiniões, veja-se: José Soares, "Ainda sobre a declaração de princípios da F. dos T. da R. C. do Brasil". *A Plebe* VI(205):2, 24/03/23; Domingos Braz, "Cogita-se da fundação da Federação dos Trabalhadores da Região Central do Brasil. Opinião de um camarada de Petrópolis". *A Plebe* V(202):2, 17/02/23. Adolfo Marques da Costa, "A propósito da declaração de princípios da Federação dos Trabalhadores da Região Centro do Brasil". *A Plebe* VI(204):2, 10/03/23? Domingos Braz, "Cogita-se da fundação da Federação dos Trabalhadores da Região Centro do Brasil", e Pedro A. Mota, "Em torno do sindicalismo". *A Plebe* VI(213):3, 07/07/23.

Na polêmica com os adeptos do "modelo bolchevista", o que aparece em questão não é a unicidade ou pluralidade sindicais, mas sim, a vinculação do sindicato ao partido ou ao Estado. Em síntese, na avaliação da fraqueza do movimento sindical brasileiro, os anarco-sindicalistas se dispõem a reconhecer a necessidade de mudar os "métodos" de organização — rumo ao sindicato único de indústria,[11] mas não os "princípios" doutrinários — sempre antipartidários, antiestatais.

Assim, o que dividiria, separaria uns e outros seriam as concepções inclusivas da organização sindical — o anarco-sindicalismo e o bolchevismo —, o que permitiria em tese uma frente de trabalho em comum nos meios operários. Mas, na medida em que foram se explicitando as opções ideológicas básicas, a prática sindical foi se estilhaçando, a despeito da pregação unitária da militância sindical.

No início dos anos 20, Astrojildo Pereira tomaria por fim a iniciativa de realizar inúmeras reuniões para discutir o desdobramento da Revolução Russa e o posicionamento de revolucionários brasileiros em face dela. Segundo ele, a partir dessas discussões, foi se impondo a constatação de que qualquer obra de reorganização do movimento sindical teria de se inspirar no "programa" da IC: concentração, homogeneização, disciplina, ditadura. Fora disso, seria reformismo franco ou disfarçado (socialistas) ou dispersão de energias e parolagem (anarquistas).[12] Dessa forma, paulatinamente ia se vinculando a sorte do movimento operário no Brasil a uma opção ideológica determinada: o bolchevismo russo, malgrado o caráter ecumênico inicial da Revolução Russa e a pregação da unicidade sindical. Não se explica por outra razão, aliás, a preferência de Astrojildo por um "comitê" de dez homens firmes, seguros e devotos do que cem indecisos, flutuantes e refratários, na obra da reorganização sindical...

11. Cf. Edgard Leuenroth, "Pela reorganização Proletária". *A Plebe,* 28/05/21, e "Manifesto-programa". *A Plebe* V(177):1-4, 18/03/22, especialmente os itens "a nossa organização" e "a nossa ação na organização do proletariado".

12. Cf. Astrojildo Pereira, "Carta a Rodolfo Fellipe", 20/08/21, apud Edgard Rodrigues, *Nacionalismo e cultura social* (Rio: Laemmert, 1968), p. 407.

Em artigo escrito em fins de 1921, descrevendo o panorama sindical brasileiro e as tarefas de organização do movimento "comunista", ele dizia:

> "Atualmente, a atenção dos militantes se concentra em dois pontos capitais: a necessidade de conquistar as grandes massas operárias para a organização e o sistema industrial como base dessa organização". [13]

Para isso, deveria ser formado em breve um comitê de reorganização e orientação, composto de militantes que, à semelhança dos CC, SS.RR. franceses, estabeleceria uma rede homogênea e disciplinada de núcleos trabalhando nas organizações já existentes e nas que se criassem, tudo segundo um plano previamente traçado. [14]

Segundo Astrojildo, a ação desses comitês teria três aspectos: 1.º) a reorganização dos sindicatos "vermelhos"; 2.º) a reorganização sindical por ramos industriais daqueles sindicatos sem organização até aquela data; e 3.º) a conquista dos velhos sindicatos "amarelos" que, a despeito de serem muito fortes, eram caracterizados por um extremo corporativismo. [15]

Apesar da aparente continuidade que flui, nesses escritos, da recorrente pregação unitária do trabalho sindical, é preciso advertir para a relevante decisão tomada por Astrojildo nesta época em criar os "núcleos comunistas", tendo em vista a constituição dentro em breve do *Partido Comunista,* secção brasileira da Internacional Comunista. Isto porque o programa da IC preconizava uma política sindical muito específica naquele momento e que se chocaria, de certa forma, com a busca da unicidade sindical no Brasil.

Como chamou a atenção Claudin em sua obra sobre a IC, a organização internacional dos comunistas assimilou totalmente a concepção que os líderes bolchevistas tinham da marcha da re-

13. Cf. Astrojildo Pereira, "La obra de reconstrucción social", *El obrero Ebanista,* apud Edgard Rodrigues, idem, p. 414.

14. Idem.

15. Cf. Astrojildo Pereira, "Carta a Rodolfo Fellipe", 20/08/21, *in* op. cit., p. 407.

volução mundial e do tipo de partido revolucionário necessário. [16] Tal concepção correspondia a uma "estratégia ofensiva a curto termo", decorrente da análise feita por Lênin sobre a conjuntura européia, onde se via um potencial revolucionário que deveria ser explorado (1919-1921). Mas, para isto, seria preciso a criação de "um partido mundial da revolução", em face do reformismo da social-democracia européia e de sua ação entorpecedora sobre a classe operária. Daí então a origem das características e da política da IC.

No contexto dessa estratégia, entre as características da IC aquela que teria um papel determinante era a sua intransigência para com o Reformismo e o Centrismo (considerados assim como os únicos obstáculos à irrupção da revolução socialista na Europa) e a preocupação de se tomar, desde o princípio, medidas drásticas para assegurar a pureza doutrinária dos novos partidos "comunistas". Neste sentido, avultam as famosas "21 condições para a admissão de um partido comunista à IC", qualificadas por Claudin como "modelo de sectarismo e método burocrático na história do movimento operário". [17] Para os propósitos deste trabalho, será necessário apenas enfatizar a obsessiva preocupação das "21 condições" em hostilizar abertamente todo e qualquer contato entre comunistas, reformistas e centristas e o estabelecimento da aceitação integral e incondicional das aludidas "condições", como critério para o reconhecimento dos "verdadeiros comunistas". [18] Sobre as conseqüências dessa estratégia para o movimento sindical, vale a pena reproduzir a judiciosa observação de Claudin:

> "As 21 condições significavam, na prática, que os comunistas organizariam as cisões do movimento operário em toda linha e que a organizariam, ademais, mecanicamente, e não através de um processo político e ideológico que permitisse aos trabalhadores convencerem-se de sua necessidade". [19]

16. Cf. Fernand Claudin, *La crisis del movimiento comunista. Del Kominter al Cominform* (Madrid: Ruedo Ibérico, 1970), Vol. I, p. 76.

17. Cf. Fernand Claudin, Idem, p. 78.

18. Cf. Fernand Claudin, Idem, p. 78.

19. Cf. Fernand Claudin, op. cit., p. 79.

Desta forma, a IC não só cerraria as portas a um grande número de socialistas e sindicalistas que simpatizavam com a Revolução Russa e concordavam com os objetivos revolucionários da nova Internacional, como atraía para o seu seio indivíduos desligados das massas, a quem era muito mais fácil opor-se às antigas organizações e afirmar-se sob o novo manto ideológico. Assim, sob a influência das 21 condições — conclui Claudin — e, em geral, de todo o método adotado pela IC na luta contra o reformismo e o centrismo, implantou-se nos partidos comunistas desde o primeiro dia um espírito sectário e dogmatizante, envolto num verbalismo revolucionário que dissimulava a perda de pé na realidade. [20]

Imbuída do espírito das "21 condições", a pregação unitária de Astrojildo Pereira iria na verdade se defrontar com uma flagrante dualidade de estratégias e táticas, oriundas de momentos diversos da história da IC (1919-1921; 1921-1924). Coexistiriam no PCB, ao longo dos anos 20, a "estratégia ofensiva a curto termo", que punha a ênfase na cisão do movimento operário, através da criação de "núcleos comunistas" nas velhas organizações sindicais da classe operária, para disputar a hegemonia com os socialistas ae centristas sobre ela; e uma "estratégia defensiva" que, em face do refluxo do movimento operário europeu e suas conquistas políticas e sindicais, passaria a privilegiar então a criação de "frentes únicas" sindicais e socialistas (com reformistas, centristas, cristãos, liberais etc.), em caráter provisório. [21]

É pois sob a vigência dessa dualidade que devemos apreciar a política de unidade sindical dos comunistas brasileiros na década de 20. Muitos são os artigos de Astrojildo Pereira, neste período, que voltam a sua atenção para o problema da *unidade sindical* dos operários. Vejamos alguns:

20. Cf. Fernand Claudin, op. cit., p. 79.

21. Cf. Fernand Claudin, op. cit., pp. 77-79. Em relação ao PCB, veja-se Michel Zaidan, "Política Social e Resistência Operária", *in Pão-e-pau: Política de governo e sindicalismo reformista no Rio de Janeiro: 1923-1926.* Dissertação de Mestrado em História, apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da UNICAMP, 1982, p. 252 e ss. E, "Construindo o PCB: 1922-1924", *Temas de Ciências Humanas* (7):115-129, 1980.

"No terreno sindical, bater-nos-emos energicamente contra todas as divisões e fragmentação. A organização sindical para responder a seus fins específicos deve assentar sobre uma base econômica comum a todos os trabalhadores."

"O trabalho reorganizador de agora deve, por conseqüência, obedecer a este duplo critério: chamar aos sindicatos as massas não-organizadas e conquistar a solidariedade das velhas Uniões Corporativas. E isto, evidentemente, só pode ser feito segundo um programa largo, concreto e preciso, alheio a quaisquer sectarismos estreitos, a quaisquer particularismos ideológicos."

"O sindicato, por definição, é um organismo especificamente econômico, destinado a agremiar todos os trabalhadores, sem distinção de partidos... uma política ou ideologia virá, depois, em conseqüência, precisamente, da influenciação em seu meio das várias correntes ideológicas e partidárias. Nisto consiste justamente um dos trabalhos mais sérios dos PCs."

"O movimento operário no Brasil só poderá tomar corpo e progredir se obedecer a um plano de conjunto, a uma direção firme e definida. Para isto, necessário se torna organizar o mais breve possível uma Confederação Geral dos Trabalhadores, apoiada sobre bases que permitam o ingresso de todas as categorias de assalariados de todos os partidos e tendências. No terreno da luta pelas reivindicações imediatas, todos os esforços se devem unir... no correr da luta, os trabalhadores vão adquirindo consciência de seu papel histórico e das suas possibilidades de ação e só então estarão em condições de optar entre as diversas correntes políticas, as diferentes doutrinas que têm por fim a libertação dos trabalhadores." [22]

22. Cf. Astrojildo Pereira, "A reorganização sindical". *Movimento Comunista* I(6):143-4, 5/1922; "A organização sindical das massas". *Movimento Comunista* II(15):24, 1/1923; e, *Movimento Comunista* II(18-9):112, 3/1923. Comentando a palavra-de-ordem da IC, neste período, diria Astrojildo: "Esta, a significação histórica das operações cisicionistas verificadas, no movimento operário mundial, durante e após a guerra. Levadas a bom termo, como já vimos, com a constituição definitiva da IC e ISV, trata-se agora de canalizar todo o movimento para o seu terreno próprio da luta de classes e de enterrar para sempre os membros gangrenados e já seccio-

Embora alçada a condição de princípio, desde o artigo-programa do Movimento Comunista, [23] a política de unidade sindical dos comunistas brasileiros penderia consideravelmente para o divisionismo, privilegiando na prática a estratégia das "21 condições". [24] É provável que boa parte das razões responsáveis por essa direção seja atribuível ao sectarismo dos anarco-sindicalistas do Rio de Janeiro que, frente a "invasão", agora, dos comunistas nos meios sindicais cariocas, decidiriam organizar as suas asso-

---

nados. E este é o problema atual da formação da 'frente única proletária'. Frente única quer dizer: o movimento operário unânime em seu terreno próprio de classe. Ou, por outras palavras, coordenação, concentração, centralização de todas as forças proletárias sob uma direção única para o fim único da emancipação dos trabalhadores. Conscientemente ou instintivamente, todas as facções do movimento operário mundial compreendem que sua salvação, isto é, sua emancipação depende da unificação e homogeneização de seus esforços. Dessa compreensão nasceu a palavra-de-ordem 'frente única'". *O Paiz,* 21/09/23.

23. Cf. "Movimento Comunista". *Movimento Comunista* I(I):1, 1/1922, onde se diz: "No terreno sindical, bater-nos-emos energicamente contra todas as divisões e fragmentações. A organização sindical, para responder a seus fins específicos, deve assentar sobre uma base econômica comum a todos os trabalhadores. De conformidade com este critério amplo e positivo, combateremos todos os desvios, todas as deturpações, todos os germes de dissolução que surjam no interior dos organismos sindicais. Preconizamos a mais íntima e estreita ligação orgânica e funcional entre todas as unidades sindicais locais, nacionais e internacionais. Somos pela frente única de combate do proletariado de todo o mundo, sob a bandeira revolucionária da Internacional Sindical Vermelha".

24. A esse respeito, veja-se o depoimento de Joaquim Barbosa, o responsável pela seção sindical do partido: "convém notar que as campanhas, movidas pelo partido contra os chefes amarelos dos trabalhadores, só têm sentido no meio da massa, quando estão prestigiadas por uma vanguarda que se encarregue de dificultar a defesa do traidor ou dos traidores atingidos.

Tem o partido núcleos nestes sindicatos capazes de neutralizar ou mesmo dificultar as arremetidas dos nossos adversários? Não tem, infelizmente, sucede que as nossas campanhas nestas condições, em vez de refletirem satisfatoriamente entre as massas, pelo contrário, ferem-nas, fazem com que, dado o seu atraso, se julguem elas atacadas e neste caso os resultados são, por isso mesmo, negativos".

Cisão do Partido Comunista, Rio de Janeiro, Publicação do Grupo Braço e Cérebro, 1928, p. 14 e "Uma tentativa infrutífera". *Diário Carioca,*

ciações na base de declarações de princípio — "libertárias". Contudo, as confissões de diversos militantes comunistas, bem como a sua prática sindical efetiva nos permitem dizer que, na melhor das hipóteses, a política de "frente única" sindical do PC sempre pressupõe a hegemonia do Partido Comunista sobre os seus aliados. [25] A propósito, é de interesse observar rapidamente como foi,

---

20/07/28. Veja-se também: Octávio Brandão, *Combates e Batalhas;* São Paulo, Alfa-Ômega, 1978, pp. 250-1, onde se diz: "Os sindicatos dos sapateiros e da construção civil eram duas posições do anarquismo e anarcosindicalismo. Neles, os comunistas cometeram erros grosseiros. Fizeram ameaças aos adversários. Praticaram atos de indisciplina. Tentaram cindilos. Isto impediu a conquista desses dois sindicatos. A luta prolongou-se durante vários anos.

Os comunistas dividiram o sindicato dos sapateiros, violando a decisão da CCE do PCB. O velho sindicato anarquista vegetou miseravelmente. O novo sindicato, dirigido pelos comunistas, levou uma vida difícil sob os golpes do estado de sítio. Depois, aproveitou o período de relativa estabilidade em 1927/28 e desenvolveu-se. Mas ficou debilitado com a reação em 1929.

O sindicato da construção civil, dirigido pelos anarquistas, também vegetou. Os comunistas organizaram um novo sindicato que progrediu em 1928-9 e caiu sob os golpes da reação depois de junho de 1929.

Em 1923, agravou-se a luta entre o PCB e os anarquistas e anarcosindicalistas. A Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro era débil. Os anarquistas e anarco-sindicalistas cindiram-se. Criaram a Federação Operária do Rio de Janeiro, com os sindicatos de construção civil, sapateiros e dissidentes do centro cosmopolita, num total de 1.500 membros. A Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro com os sindicatos dos padeiros, alfaiates, carpinteiros, canteiros e marmoristas, e um total de 3.500 membros. O PCB tratou de reforçá-las. Esse fato provou que o anarquismo era cisicionista e contribuiu para desmascará-lo". Para as versões anarcosindicalistas, veja-se: "Manifesto da União dos operários em construção civil" apud Edgard Rodrigues. *Novos Rumos. Pesquisa social.* Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1979, pp. 29-33 e Maurício Vilhena. "Os bolchevistas no sindicato". *A Plebe* VI(210):2, 26/05/1923.

Como é fácil perceber por uma simples leitura desses depoimentos, a tática empregada aí pelos ativistas sindicais do partido é a das "21.ª condições", ou seja, a do divisionismo.

25. Cf. José Oiticica, "Resposta Necessária. V" *A Plebe* VI(226):2, 05/01/1924, onde afirma: 'Quanto à frente única sempre o fizeram, como já acentuei, os anarquistas. Nossa dissidência com a IC está somente em que a IC não quer frente única dos trabalhadores, mas frente única dos

de fato, realizada a política de "frente única" dos comunistas no Brasil: numa conjuntura de permanente ilegalidade, o PCB se serviria de uma "Confederação Sindicalista-Cooperativista", mais ou menos governista e patronal, para ter acesso aos sindicatos e publicar os seus comunicados aos trabalhadores, ao tempo em que assimilaria os anarco-sindicalistas brasileiros aos social-democra-

trabalhadores dentro do partido comunista". De sua parte, os comunistas terminaram por reconhecer essa maneira de encarar a "frente única": "mais do que nunca torna-se necessária a disciplina no seio das diversas organizações obreiras do país, em torno do Partido Comunista recém-fundado no Rio de Janeiro, que indiscutivelmente corresponde às necessidades do momento; trabalhar com energia pela sua propaganda, tornando-o conhecido dos trabalhadores, como familiarizar-se com os seus princípios, esforçando-se pela adesão do maior número de organizações proletárias deve ser o nosso lema neste momento". Álvaro Teixeira, "Ocasião oportuna". *A Voz Cosmopolita* III(44):2, 13/01/1923. Veja-se também: Michel Zaidan, "A questão da unidade sindical" *Voz da Unidade,* 21/07/83: "Inspirados no *leninismo* da III IC, os comunistas brasileiros herdaram uma concepção do trabalho sindical e de massas que associava umbilicalmente *unidade* e *hegemonia,* ou melhor: unidade *sob* hegemonia. Embora reiteradamente se declarasse a favor da mais ampla unicidade sindical, em face da igualdade econômica a que se acham submetidos todos os membros de uma mesma categoria profissional, esta unicidade sempre entendida pelo PCB como uma condição para o exercício de seu domínio, não apenas sobre o conjunto dos membros de uma dada categoria profissional, mas também sobre as demais tendências político-partidárias atuantes no movimento sindical. Tal orientação esteve presente nas relações do Partido com as organizações de frente política e entidades pluralistas. Aí, de maneira semelhante, a palavra-de-ordem dos comunistas brasileiros era trabalhar no seio destas organizações para fortalecer a influência do PCB, em vista de colocá-las sob a sua direção. Neste sentido, por exemplo, são muito ilustrativas as passagens de resolução política do III Congresso Nacional do PCB, em 1928-9, sobre "o trabalho do Partido Comunista Brasileiro nas diversas organizações de massas além do BOC e dos sindicatos". Elas expressam exatamente essa tendência de "trabalhando ativa e sistematicamente nessas organizações de massas exteriores ao Partido, conseguiremos enraizar cada vez mais nossa influência comunista no seio das massas laboriosas", com o objetivo de submetê-las "à hegemonia do PCB". Cf. *O III Congresso do Partido. A todas as organizações de base, a todos os membros do Partido.* Rio de Janeiro, 1928, p. 3, mimeografado.

tas reformistas europeus (ou aos "oportunistas de esquerda" a que se refere Lênin em *O Estado e a Revolução*).[26]

Essa postura em relação ao movimento sindical e de massas, bem como em relação às demais tendências político-partidárias atuantes nos meios sindicais, aonde não levou diretamente ao divisionismo, com o subseqüente enfraquecimento do movimento operário, muito contribuiu para manter no atraso político os trabalhadores, que continuavam assim como *objetos* da sua emancipação e não se tornavam, em conseqüência, *sujeitos* da sua ação política, mediante um processo de auto-organização. Sob a hegemonia de reformistas, anarco-sindicalistas ou comunistas, os trabalhadores não se emancipavam. Orientados a uma prática de depuração partidária dos sindicatos onde desenvolviam a sua atuação, os militantes comunistas favoreceram muitas vezes a desagregação dos organismos de massa, ao entrarem em disputa pela direção destas entidades com os anarco-sindicalistas, socialistas e sindicalistas "amarelos". A este respeito, a confissão mais franca que se conhece é o depoimento de um antigo dirigente sindical do PCB, onde são reveladas as nocivas conseqüências da política *instrumentalista* levada a cabo no sindicato dos têxteis do Rio de Janeiro, em meados da década de vinte, pelos ativistas sindicais do Partido. Acrescente-se a isto que tais revelações virse-iam parcialmente ratificadas pelas resoluções do III Congresso Nacional do PCB, poucos meses depois.[27]

Essa nefanda tradição de *juntar* para *instrumentalizar,* sob a pregação corporativa e unitária do trabalho sindical, fez carreira na história da militância operária dos comunistas brasileiros, alimentando sólidos preconceitos em vários setores do movimento sindical e de massas deste país, que fazem ler sempre no discurso unitário dos comunistas uma solerte e camuflada tentativa de manipulação. Na verdade, os fundamentos dessa concepção —

26. Cf. Astrojildo Pereira, "O Caminho da Unidade Sindical" (Apêndice) e Michel Zaidan, "Política social e resistência operária". *In Pão-e-pau: Política de governo e sindicalismo reformista no Rio de Janeiro: 1923-1926,* p. 256 e especialmente a nota n.º 65, deste capítulo, p. 292; e "Construindo o PCB: 1922-1924" *Temas de Ciências Humanas* (7):115-129, 1980.

27. Cf. Michel Zaidan, "A questão da unidade sindical". *Voz da Unidade,* 27/07/83, p. 14.

profundamente arraigada entre nós — vão além das origens do comunismo brasileiro e deitam raízes no "marxismo-leninismo" mesmo da III Internacional Comunista: a concepção "tática", "instrumental" da democracia, do pluralismo ideológico, da frente política, onde os interlocutores são sempre reduzidos à condição de "companheiros de viagem" prestes a serem desembaraçados do nosso projeto político, quando não mais convém mantê-los ao nosso lado...

A superação definitiva de uma tal concepção da unicidade sindical passa hoje necessariamente pela ruptura com o "modelo bolchevista" de organização e da política, concebendo-se a *democracia* como a centralidade necessária de qualquer projeto de construção socialista no Brasil e fortalecendo-se, em conseqüência, o peso das entidades de massa neste projeto. Neste sentido, os comunistas brasileiros já deram os primeiros passos, ao acenarem com uma *alternativa democrática*[28] para a crise estrutural da sociedade brasileira. Mas se querem resgatar com radicalidade o melhor do legado teórico-político do velho Astrojildo Pereira, devem levar à frente a revisão de sua política de unidade sindical, sintonizando-a com a diversidade social criada pela modernização capitalista em nosso país.

28. Cf. *Projetos de manifesto, programa e estatutos do Partido Comunista Brasileiro*. Brasília, 1983, pp. 9-10: "É por isto (por uma alternativa democrática e nacional para a crise, que abre o caminho para o socialismo) que lutamos por uma *democracia de massas*, para que os cidadãos possam manifestar as suas idéias e aspirações através de uma rede de organizações de base (sindicatos, comissões de empresa, associações de bairro e profissionais, movimentos democráticos e patrióticos, comunidades de inspiração religiosa etc.) e de instituições políticas e sociais, partidos e agrupamentos aptos para intervir na solução de problemas específicos que lhe dizem respeito na decisão das grandes questões nacionais, no controle do Estado e da gestão social". E ainda: "transformando democraticamente o Estado, modificando o caráter e as funções das instituições estatais e conjugando-se com a rede de organizações de base, respeitadas em sua autonomia, na articulação das formas representativas como instrumentos de democracia de base, a democracia de massas favorecerá a superação do capitalismo dependente e propiciará os suportes sociais para um projeto nacional hábil para galvanizar e reorganizar toda a sociedade".

A QUESTÃO DA UNIDADE SINDICAL *

Inspirados no leninismo da III IC, os comunistas brasileiros herdaram uma concepção do trabalho sindical e de massas que associava umbilicalmente *unidade e hegemonia*, ou melhor, unidade *sob* hegemonia. Embora reiteradamente se declarasse a favor da mais ampla unicidade sindical, em face da igualdade econômica a que se acham submetidos todos os membros de uma mesma categoria profissional, esta unicidade sempre foi entendida pelo PCB como uma condição para o exercício de seu domínio, não apenas sobre o conjunto dos membros de uma dada categoria profissional, mas também sobre as demais tendências político-partidárias atuantes no movimento sindical. Tal orientação esteve também presente nas relações do Partido com as organizações de frente política e entidades pluralistas. Aí, de maneira semelhante, a palavra-de-ordem dos comunistas brasileiros era trabalhar no seio dessas organizações para fortalecer a influência do PCB, em vista de colocá-las sob sua direção. Neste sentido, por exemplo, são muito ilustrativas as passagens da resolução política do III Congresso do PCB, em 1928, sobre "o trabalho do Partido Comunista Brasileiro nas diversas organizações de massas além do BOC e dos sindicatos". Elas expressam exatamente essa tendência de

* Publicado originalmente *in Voz da Unidade* (162): 13. 21-27/7/83.

"trabalhando ativamente e sistematicamente nessas organizações de massas exteriores ao Partido conseguirmos enraizar cada vez mais nossa influência comunista no seio das massas laboriosas", com o objetivo de submetê-las "à hegemonia do PCB" (Cf. O III Congresso do Partido. A todas as organizações de base, a todos os membros do Partido, pág. 3).

Essa postura em relação ao movimento sindical e de massas, onde não levou diretamente ao divisionismo, com o subseqüente enfraquecimento do movimento sindical, muito contribuiu para manter no atraso político os trabalhadores que continuavam assim como *objetos* de sua "revolução" e não se tornavam, em conseqüência, em *sujeitos* da sua ação política, mediante um processo de auto-organização. Sob a hegemonia de reformistas, anarco-sindicalistas ou comunistas, do ponto de vista de sua auto-emancipação, os trabalhadores não se transformavam. Orientados a uma prática de depuração partidária dos sindicatos onde desenvolviam a sua atuação, os militantes comunistas favoreceram muitas vezes a desagregação dos organismos de massas, ao entrarem na disputa pela direção destas entidades com os anarco-sindicalistas, socialistas e sindicalistas "amarelos". A esse respeito a confissão mais franca que se conhece é o depoimento de um antigo dirigente sindical do PCB, Joaquim Barbosa, publicado em *Cisão do Partido Comunista do Brasil,* Rio de Janeiro, Braço e Cérebro, 1928, pág. 14, onde o autor revela as nocivas conseqüências da política *instrumentalista* levada a cabo no sindicato dos têxteis do Rio de Janeiro, em meados da década de 20 pelos ativistas sindicais do Partido. Acrescente-se a isso que tais revelações foram parcialmente ratificadas pelo III Congresso do PCB, poucos meses depois.

Essa nefanda tradição de *juntar* para *instrumentalizar,* sob a pregação corporativa e unitária do trabalho sindical, fez carreira na história da militância sindical dos comunistas brasileiros alimentando sólidos preconceitos em vários setores do movimento sindical e popular deste país, que fazem ler sempre no discurso unitário dos comunistas uma solerte e camuflada tentativa de manipulação.

Hoje, quando o Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas apresenta um projeto político cuja centralidade é a *democracia de*

massas (**) entendida como a via privilegiada de construção socialista no Brasil, urge que lancemos sobre a história da prática sindical comunista um olhar retrospectivo no derradeiro esforço de auto-esclarecimento sobre qual é a política que efetivamente querem fazer os comunistas neste país. A propósito, resolvemos publicar uma análise inédita, do antigo dirigente sindical do PCB, Joaquim Barbosa, da política sindical comunista, no intuito de que a sua leitura problematize as várias faces da "unidade sindical", e provoque uma reflexão conseqüente sobre aquela que decididamente se coaduna com o espírito da nova política: *a unidade com princípios e a partir das bases.*

** Cf. *Projetos de manifesto, programa e estatutos do Partido Comunista Brasileiro. Brasília,* 1983, pp. 9-10. "É por isto (por uma alternativa democrática e nacional para a crise, que abra o caminho para o socialismo) que lutamos por uma democracia de massas, para que os cidadãos possam manifestar as suas idéias e aspirações através de uma rede de organizações de base (sindicatos, comissões de empresa, associações de bairro e profissionais, movimentos democráticos e patrióticos, comunidades de inspiração religiosa etc.) e de instituições políticas e sociais, partidos e agrupamentos aptos para intervir na solução dos problemas específicos que lhe dizem respeito e na decisão das grandes questões nacionais, no controle do Estado e da gestão social."

O PROLETARIADO PERANTE A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA PEQUENO-BURGUESA *

Octávio Brandão

O problema que estamos discutindo é um dos mais graves da hora atual. Da sua exata solução teórica e tática depende, em grande parte, a ascensão das forças revolucionárias brasileiras, não apenas no terreno da propaganda e, sim, também, no amplo terreno político e até militar. A fim de resolver esse problema, temos de estabelecer bem claramente os termos da proporção para que possamos encontrar a significação e o valor da incógnita.

Comecemos por separar dois problemas diferentes que, todavia, *não se repelem e, pelo contrário, se completam,* num encadeamento em ziguezague: 1.º) o problema da revolução democrática pequeno-burguesa desencadeando-se num país semicolonial na fase atual do capitalismo imperialista; 2.º) o problema da revolução proletária nesse mesmo país.

OS CAMINHOS DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA

A revolução proletária brasileira poderá vir por vários caminhos, entre os quais o de uma revolução proletária internacional

---

* Publicado originalmente em *Autocrítica* (8): 12-15, 1928.

vitoriosa, ou o de uma guerra entre o Brasil e a Argentina, terminando pela derrota do Estado agrário brasileiro e sua desmoralização aos olhos das massas. Seria uma guerra mais ou menos artificial, visto não haver rivalidades entre os elementos fundamentais da produção dos dois países: o trigo na Argentina e o café no Brasil. Poderia ser uma guerra atiçada pela necessidade dos fabricantes de armamentos aliviarem os seus depósitos abarrotados, atiçada pela rivalidade do imperialismo anglo-americano ou pela conveniência de desviar, por meio de uma luta externa, o amadurecimento de uma guerra civil revolucionária: tal foi a guerra da Rússia contra o Japão, em 1904. Não é impossível uma guerra externa. Mas, *dada a perspectiva atual,* a revolução proletária parece-nos ser a conseqüência natural de uma revolução democrática pequeno-burguesa, nascida da terceira revolta, agravada por uma crise cafeeira (se houver a coexistência da crise e da revolta) e radicalizada pelo combate ao imperialismo e, principalmente, pela ação das massas trabalhadoras urbanas e rurais, armadas. Nossa tese baseia-se na perspectiva atual. Por conseguinte, se a perspectiva modificar-se, nossa tese terá de modificar-se igualmente, acompanhando a realidade.

Poderemos afirmar que o Brasil atual está no caminho da conquista imediata do poder pelo proletariado? Seria uma loucura. Sem o país atravessar a terceira revolta e a conseqüente revolução democrática pequeno-burguesa, não poderemos pensar na conquista imediata do poder.

Será possível, à sombra dos agrários dominantes, pensarmos na conquista imediata do poder pelo proletariado? O mais elementar bom senso nos prova a impossibilidade desta tarefa. *Dada a perspectiva atual,* teremos de passar pela etapa da revolução democrática pequeno-burguesa. À sombra dela, fortificar-nos-emos para conquistar o poder. Se, porém, não tivermos capacidade, se não nos prepararmos desde agora, não alcançaremos a desejada hegemonia, seremos enrodilhados e derrubados pelos pequenos burgueses. Estes, não tendo encontrado a necessária força no proletariado, pôr-se-ão a reboque dos grandes burgueses, farão um pacto com os mesmos, trairão a revolução democrática.

Por conseguinte, o problema atual é o da atitude do proletariado e do seu partido diante da revolução democrática pequeno-

burguesa, *prelúdio fugaz da revolução proletária,* se o proletariado e o seu partido se prepararem de fato, orgânica e ideologicamente, com a devida antecedência, isto é, desde já. Não estamos a discutir a segunda etapa (a nossa) e, sim, a primeira etapa do processo revolucionário brasileiro.

DAS ALIANÇAS EM GERAL

O proletariado do Brasil precisará de *aliados* na etapa da revolução democrática pequeno-burguesa e na etapa da revolução proletária: eis a nossa tese em bloco.

Em primeiro lugar, examinemos a questão em geral:

O proletariado do Brasil poderá realizar sozinho sua própria revolução sem precisar de *aliados*? Se o proletariado russo, em esplêndidas condições, precisou de *aliados* (os anarquistas e a esquerda do Partido Social-Revolucionário, a pequena burguesia rural), quanto mais o proletariado do Brasil!

Toda a história do proletariado russo está cheia de compromissos com *aliados.* A luta política é, entre outras coisas, a arte de saber tirar o máximo partido dos aliados. E procurar-se destruir esta arte, dizendo-se:

— Não precisamos de aliados!!!

O simplismo antimarxista que reduz a zero uma questão de enorme complexidade! Esses simplistas esquecem o trecho seguinte d'"A Moléstia Infantil", página 127, da edição francesa de 1924: "a política parece-se menos com a aritmética do que com a álgebra e ainda mais com as matemáticas transcendentes do que com as matemáticas elementares".

Lênine, no mesmo livro, à página 77, acentua: "toda a história do bolchevismo, antes e depois da revolução de novembro, está cheia de casos de manobra, de combinação e de compromissos com os outros partidos, sem excetuar os partidos burgueses. Guiar a guerra para a derrubada da burguesia internacional, guerra cem vezes mais difícil, mais longa e mais complicada que a mais encarniçada das guerras comuns entre Estados e, ao mesmo tempo, interdizer-se de antemão toda manobra, toda utilização

dos antagonismos de interesses que podem manifestar-se, fossem, embora por um momento, no campo dos inimigos, interdizer-se todo acordo e todo compromisso com aliados possíveis, fossem embora aliados provisórios, pouco seguros, vacilantes, condicionais, não é este um método de um ridículo sem limites?"

E ainda mais, à página 78: "Após a primeira revolução socialista do proletariado, após a derrubada da burguesia num país, o proletariado desse país, durante *muito tempo,* permanece ainda mais fraco que a burguesia, devido a razões muito simples: primeiro, as imensas relações internacionais de que essa burguesia dispõe, em seguida a restauração natural e contínua do capitalismo, graças aos pequenos produtores do país que derrubou sua burguesia. Para triunfar deste adversário mais poderoso, é preciso retesar ao extremo as nossas forças, é preciso saber utilizar perfeitamente, com atenção, minúcia e prudência as menores fraturas que se produzem entre os inimigos, as menores oposições de interesse que se manifestam entre as burguesias, entre os diferentes grupos ou as diversas espécies de burguesia no interior de cada país. Igualmente é preciso utilizar as ocasiões, por menos favoráveis que sejam para atrair a si as massas, mesmo que sejam aliados temporários, vacilantes, condicionais, pouco sólidos e pouco seguros. Aquele que não compreendeu esta verdade, nada compreendeu do marxismo, nem em geral do socialismo científico de nossa época. Aquele que não provou, pela *prática,* durante um período suficientemente longo e em situações políticas suficientemente variadas, que era capaz de aplicar esta verdade à realidade, tal indivíduo não sabe ainda servir à classe revolucionária em sua luta para libertar da exploração a humanidade laboriosa. O que acaba de ser dito aplica-se não somente ao período anterior à conquista do poder político pelo proletariado, como ao período posterior".

Portanto, nenhuma dúvida é possível: segundo as próprias palavras de Lênine num de seus livros fundamentais de tática, o proletariado industrial e o seu partido têm de procurar aliados não somente no período posterior à revolução proletária, como igualmente no período anterior (é o nosso caso). Não importa que sejam aliados hesitantes, pouco seguros. Temos de procurá-los: eis um dos nossos problemas fundamentais.

DAS ALIANÇAS EM PARTICULAR

Que aliados devemos procurar?

Na Rússia, em 1901-1902, o proletariado, dirigido pelos social-democratas revolucionários, aliou-se ao líder do liberalismo burguês, Struve. Em 1905, aliou-se à burguesia liberal, contra o czarismo; e aos camponeses (pequena burguesia rural), contra a grande burguesia liberal e contra o czarismo. Em março de 1917, o proletariado marchou ao lado de todas as forças burguesas que combatiam o czarismo. E em novembro, ao lado da pequena burguesia rural, contra todas as frações da grande burguesia (ver páginas 80 e 81 de "A Moléstia Infantil").

E no Brasil?

Teremos de realizar possivelmente várias alianças:

Primeira: do proletariado urbano e rural com os revoltosos pequeno-burgueses e com a grande burguesia liberal (grandes industriais e comerciantes) contra o czarismo brasileiro: o partido republicano, os fazendeiros de café, o Estado agrário... Seria a etapa tendo em vista a terceira revolta.

Segunda: o proletariado urbano aliar-se-á às três categorias rurais e aos revoltosos pequeno-burgueses contra os imperialistas, contra a grande burguesia em geral e os restos do feudalismo. Seria a etapa entre a revolução democrática e a revolução proletária.

Terceira: o proletariado urbano e rural com a fração verdadeiramente revolucionária dos pequeno-burgueses, conquistaria o poder, estabelecendo a república proletária.

Em todas essas alianças e em outras que poderão surgir, pois a variedade das combinações políticas é inesgotável, o proletariado deverá ser dirigido pelo seu partido.

Para o período atual, preconizamos a primeira forma de aliança, complementando-a com as explicações seguintes: 1.º) realizar a frente única momentânea de todas as forças que lutam contra o partido republicano e o Estado agrário; 2.º) aliança ideológica e orgânica até um certo limite com os revoltosos pequeno-burgueses; 3.º) nenhuma confusão, nenhuma fusão, nem mistura, nem combinação; 4.º) ação paralela de forças independentes, como

nos *meetings* do Núcleo de Defesa dos Direitos Constitucionais; 5.º) combater a influência da pequena burguesia revoltosa e da grande burguesia liberal sobre o proletariado, acentuando a independência orgânica e ideológica de nossa classe e do nosso partido; 6.º) desmascarar os sofistas, as tapeações e a demagogia da grande burguesia liberal; 7.º) criticar as ilusões e as oscilações da pequena burguesia em geral e dos revoltosos em particular; 8.º) criticar seriamente as tendências fascistas entre os revoltosos para que a revolução democrática não degenere em ditadura fascista.

Eis uma tática de uma grande complexidade.

Erros — cometeremos na sua aplicação, mas, em bloco, poderemos realizá-la.

Seguindo o conselho de Lênine (pág. 29 de "A Moléstia Infantil"), procuraremos não cometer erros essenciais. A Internacional Comunista saberá guiar-nos e auxiliar-nos a reparar nossas falhas.

Dizia Lênine, em Zurich, em março de 1917: "os erros são inevitáveis numa obra tão grande e tão difícil como a nossa".

ALIANÇA? EM QUE CONDIÇÕES?!

Procuramos aliados. Mas... em que condições?!

Eis um dos nossos problemas fundamentais. Não nos convém toda aliança e qualquer forma de aliança. Só concordamos com os aliados em determinadas condições: 1.º) que o proletariado conserve a sua independência como classe; 2.º) que não se transforme em reboque da pequena ou da grande burguesia; 3.º) que conserve o direito de crítica, de análise...

Queremos alianças com o fim de conquistarmos a hegemonia política, mesmo no período anterior à revolução democrática pequeno-burguesa.

Para certos companheiros não precisamos de aliados. Para outros, devemos aliar-nos à pequena burguesia, como reboque; tal foi a atitude de "A Nação", nos primeiros tempos, em 1927, enquanto nos últimos meses realizou o contrário: empurrou o proletariado para a hegemonia, como o vimos nos *meetings* e nas greves contra a lei Aníbal de Toledo.

Os que negam a necessidade de aliados transformam-se em sectários, abstraindo-se das condições complexas da luta. E os que transformam o proletariado em reboque da pequena burguesia negam os princípios elementares do marxismo-leninista, caem no oportunismo.

Repelir a aliança é oportunismo de esquerda (anarquismo). Aceitá-la em quaisquer condições é oportunismo de direita (menchevismo). Coutinho foi o líder da primeira tática. Leônidas, da segunda. Os extremos tocaram-se. Juntaram-se. E desertaram do Partido...

Não pretendemos misturar o proletariado coma pequena burguesia. As duas classes baralhar-se-iam, confundir-se-iam. Não pretendemos combinar as duas classes para surgirem dois novos elementos porque, assim, elas perderiam suas propriedades essenciais. Nem pretendemos combinar uma com a outra para surgir uma terceira categoria social. Tudo isto é abstrato ou faria o jogo da grande burguesia.

O que preconizamos é uma ação paralela de forças independentes, visando a um fim comum: a derrubada do inimigo comum. Uma frente única da qual o Núcleo de Defesa dos Direitos Constitucionais foi o embrião e demonstra a possibilidade.

Ligados ideológica e organicamente à pequena burguesia revoltosa na luta revolucionária contra o inimigo comum, conservaremos a nossa ideologia e a nossa organização próprias.

NOSSA ATITUDE PERANTE A REVOLTA

Lutaremos ao lado dos revoltosos contra o inimigo comum, recorrendo cada um dos aliados a suas armas próprias de combate.

Qual a nossa atitude logo no princípio da terceira revolta e conseqüente transformação em revolução democrática pequeno-burguesa?

Poderíamos tomar três atitudes: ou contrária, ou indiferente ou favorável... Alguma atitude teríamos de tomar e dizer as razões em que nos baseávamos para assim proceder. Não tomar atitude alguma seria um dos erros piores.

Deveríamos tomar uma atitude contrária? Marx e Engels no "Manifesto Comunista", à página 39 da tradução brasileira, dizem que o partido do proletariado "luta de acordo com a burguesia todas as vezes que ela age revolucionariamente" contra vários adversários, entre os quais a propriedade feudal. Marx e Engels preconizavam a nossa aliança com a grande burguesia contra os proprietários rurais feudais. Ora, no Brasil, trata-se da nossa aliança com os revoltosos pequeno-burgueses contra os grandes proprietários rurais feudais e os imperialistas, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, como conseqüência desta luta, contra todas as frações da grande burguesia: comercial, industrial, burocrática...

À página 40, os nossos mestres afirmam o nosso apoio "por toda parte, a todo movimento revolucionário contra o estado de coisas social e político existente". Como, então, poderíamos ser contrários à revolução democrática pequeno-burguesa?

Não falseemos a realidade: conosco ou sem nós as massas oprimidas desesperadas pela miséria e pela opressão feudal e cheias de esperança de um rastilho de liberdade, entrarão na batalha, ao lado dos revoltosos. E, nós, como vulgares oportunistas, seríamos vergonhosamente rebocados pela massa trabalhadora, quando o nosso dever é guiá-la, não consentindo com uma fusão com os revoltosos e sim numa aliança de classe independente. Conosco ou sem nós, a massa trabalhadora entrará em batalha: eis uma das grandes lições da revolta de 1924, quando centenas, talvez milhares de operários iam pedir armas ao general Isidoro e este recuava espavorido do espectro do comunismo...

As massas aderirão aos revoltosos, primeiro aos grupos, depois em cardumes...

Os sectários lerão pela centésima vez o "Manifesto", de Marx e Engels, afirmarão a queda fatal do capitalismo e sairão bradando pelos "cafés":

— Viva a União dos Cinco Oprimidos!

A revolução democrática pequeno-burguesa é uma criadora de possibilidades. À sua sombra preparar-nos-emos para nossa verdadeira obra. Não podemos ser contrários a essa revolução.

E indiferentes?

Seria o cúmulo o nosso partido assistir, de braços cruzados, a massa trabalhadora rebocada pela pequena burguesia. A classe do futuro como instrumento do Homem-pêndulo!

Por conseguinte, a nossa atitude deve ser favorável à revolução democrática pequeno-burguesa. Semelhante atitude foi teórica e taticamente preconizada por Marx e Engels, e sua necessidade foi demonstrada, praticamente, pelo fato brutal, pela revolta de 1924.

PARA REFORÇAR

Diz Lênine, segundo S. Guirinis em "L'Internationale Syndicale Rouge", de outubro de 1927:

"O marxista é o primeiro a prever o começo de uma época revolucionária, a tocar o clarim e a despertar o povo quando os filisteus dormem o sono dos escravos devotados aos senhores".

Nós prevemos o começo de uma época revolucionária e procuramos preparar-nos para ela.

O Brasil atual é um país de forças capitalistas em ascensão, mas roído por contradições insolúveis. O Estado agrário é o maior entrave.

No "Manifesto Comunista" diziam Marx e Engels: "a Alemanha se encontra nas vésperas de uma revolução burguesa e realizará essa revolução em condições mais avançadas da civilização européia e com um proletariado infinitamente mais desenvolvido que a Inglaterra e a França possuíam nos séculos XVII e XVIII; por conseguinte a revolução burguesa alemã só poderia ser o curto prelúdio de uma revolução proletária".

Podemos, 80 anos depois, parafrasear Marx e Engels: o Brasil se encontra em marcha para uma revolução democrática pequeno-burguesa e realizará essa revolução em condições mais avançadas da civilização mundial e com um proletariado mais desenvolvido que o da Inglaterra em 1688 e o da França em 1799. Por conseguinte a revolução democrática pequeno-burguesa do Brasil poderá ser o prelúdio da revolução proletária.

Parafraseando Bukharine, sobre a revolução chinesa, declaramos:

A revolução democrática pequeno-burguesa do Brasil poderá ser uma revolução de libertação nacional, fazendo desaparecer o feudalismo e os restos da escravidão, extinguindo a dependência econômica e política, atacando a sujeição imperialista estrangeira, colocando o país em pé de igualdade com as potências burguesas. Efetuar-se-á num país semicolonial, lutando ao mesmo tempo contra o feudalismo e o imperialismo coligados, realizando o nosso 1799, e uma revolução lembrando a chinesa antes da traição de 1927. Será tanto mais antiimperialista quanto melhor soubermos conquistar os revoltosos. Será na primeira etapa uma revolução pequeno-burguesa em que o proletariado irá transformando-se na verdadeira força motora.

Até 1922, e mesmo até julho de 1924, o problema da pequena burguesia tinha um conteúdo. Ela auxiliara a contra-revolução em 1919 e 1920, que nos esmagou. Hoje, porém, dados o seu revolucionarismo e a sua proletarização, a pequena burguesia tem outro conteúdo.

A pequena burguesia revoltosa ainda tem muitas ilusões que só poderão ser destruídas com o contato ideológico e orgânico do proletariado.

A aliança apenas no terreno ideológico, isto é, na luta ideológica contra o inimigo comum. será demasiado frágil. É preciso que ela seja completada por uma aliança orgânica dentro da qual o proletariado lutará pela hegemonia. O fio ideológico é fragílimo. Em condições semelhantes, facilmente a pequena burguesia revoltosa lançar-se-á nos braços da grande burguesia. Com a aliança ideológica e orgânica, essa viravolta não será fácil.

A massa proletária ainda vive cheia de ilusões pequeno-burguesas e manobrada por pequenos burgueses confusionistas. Um dos melhores processos para educar essa massa é o nosso contato com esses pequenos burgueses, *numa dupla frente única pelo cume e pela base,* obrigando-os a desmascarar-se ou a tomar atitudes cada vez mais radicais. Exclusivamente pela propaganda, a massa não virá para nós. É preciso que a massa compreenda e sinta, pela própria experiência, que temos razão.

Diz Lênine nas "Oeuvres Complètes", Paris, tomo XX, página 37:

"A tarefa do chefe proletário é esclarecer as diferenças dos interesses de classe e persuadir certas camadas da pequena burguesia (com mais precisão: os camponeses mais pobres) a escolher entre os operários e os capitalistas e colocar-se ao lado dos operários".

Aceitando *in totum* essa tese de Lênine, lembramos apenas que, no Brasil, o problema da pequena burguesia é *urbano* e *não rural* como na Rússia.

Há camaradas que dizem perdermos tempo com a revolução democrática pequeno-burguesa em vez de pensarmos na revolução proletária. Pelo contrário: o melhor modo de trabalharmos pela revolução proletária é procurarmos os meios de transformar a revolução democrática pequeno-burguesa em revolução proletária. O melhor meio não é semear, pregando abstratamente, a revolução proletária, esperando que ela caia do céu. É ver o que no presente pode servir de veículo para ela. Ou como dizia Lênine: é preciso encontrar o anel particular da cadeia o qual permitirá a passagem para o anel seguinte...

Um dos nossos trabalhos fundamentais deve consistir em lutar para que a revolução democrática pequeno-burguesa seja colocada num plano inclinado que a faça rolar no sentido da profundeza da revolução proletária. Isto só será possível se o proletariado entrar com coragem e ousadia na luta democrática militar e política da pequena burguesia revoltosa. Muitos cairão na batalha. Mas este sacrifício será uma condição para a transformação ulterior de um movimento no outro. Se o proletariado mostrar-se indiferente, a grande burguesia abocanhará em dois tempos a revolução pequeno-burguesa. Talvez o nosso sacrifício seja grande. Mas não será maior que os sofrimentos por que temos passado e os martírios que ainda nos esperam à sombra dos agrários.

Diz Lênine no livro acima, página 204:

"O trotskismo declara: 'Nenhum czar, um governo operário'. Está errado. A pequena burguesia existe, não é possível eliminá-la de nossos cálculos. Mas ela tem duas partes. Sua parte mais nobre marcha com a classe operária".

Nós também dizemos: A pequena burguesia existe. Sua parte mais pobre marcha para nós. Apenas a pequena burguesia na Rússia era o camponês e no Brasil é o revoltoso de 1922 e 1924, proletarizado e radicalizado.

Marx, na "Circular do Comitê Central", de março de 1850, preconizava: criar um partido da classe operária, que tenha organização legal e ilegal, e lute contra a influência democrática pequeno-burguesa — o que realizamos no Brasil; *considerar a vitória da pequena burguesia democrática, para a qual os operários contribuirão, como um período necessário da luta revolucionária da classe operária;* formar paralelamente ao governo democrático pequeno-burguês, logo que este se estabeleça, comitês operários que minem sua autoridade e levem a situação à sua finalidade extrema; e armar o proletariado e formar unidades operárias que conduzam a luta à sua conclusão comunista. (Ver pág. 93, de "Carlos Marx y la Internacional", Madrid, 1923).

Lênine, à página 14 do "Que faire?", Paris, 1925, declara:

"Só podem temer alianças temporárias, mesmo com elementos incertos, aqueles que não têm confiança em si próprios."

O C.C. e o C.C.C. do PC russo, numa resolução publicada na "Correspondance Internationale", a 20 de agosto do ano passado, dizem: "a linha leninista que a IC tem aplicado considera necessário um acordo com a burguesia dos países coloniais e semicoloniais mas somente em etapas determinadas do desenvolvimento e em condições inteiramente determinadas". E citam Lênine:

"Qual a idéia mais importante, a idéia principal de nossas teses? A diferença entre os países oprimidos e os opressores." "É preciso que a IC conclua acordos provisórios, mesmo alianças com a democracia burguesa das colônias e dos países atrasados; entretanto não deve fundir-se com esta e sim, pelo contrário, manter absolutamente a independência do movimento proletário, mesmo, em uma forma mais primitiva."

Baseando-se em tudo isto, achamos que a aliança em questão, do proletariado com a pequena burguesia revoltosa do Brasil, é rigorosamente marxista-leninista. — O.B.

A QUESTÃO SINDICAL (1926)

J. Barbosa

Um dos problemas de máxima importância para a classe trabalhadora é, indubitavelmente, o da sua unificação sindical.

Com efeito, quem de boa-fé ousará afirmar que no momento atual poderá a classe trabalhadora reivindicar qualquer melhoria sem primeiramente realizar a mais centralizada e a mais conscientemente disciplinada mobilização das suas forças? Ninguém. Exceto os capitalistas interessados na desorganização do proletariado e os seus lacaios: os que se colocam direta e conscientemente ao serviço da burguesia imperialista, como os fascistas e os "socialistas" de todos os matizes, e os que trabalham inconscientemente para a burguesia, os anarquistas de todas as seitas.

Uns e outros, embora sob postulados diferentes, realizam a mais completa comunhão de esforços no sentido de manter a classe trabalhadora o mais dividida possível.

Para provarmos o que afirmamos não precisaremos distrair o olhar para qualquer dos países onde a questão da unidade sindical tem sido ventilada. Não falaremos na França, na Espanha, na Inglaterra, na Polônia etc., onde o reformismo tem realizado verdadeiros prodígios de sofismas e traições, para dificultar o

progresso da grande obra de unidade sindical internacional há muito pleiteada (e, felizmente, já em bom andamento) pela Internacional Sindical Vermelha; nem falaremos na situação do proletariado alemão, garroteado pela social democracia, tornada sentinela avançada do capitalismo, ou nos lacaios do imperialismo yankee, à testa da Federação Americana do Trabalho, a oporem toda sorte de obstáculos a todo e qualquer empreendimento que tenda a fortalecer o proletariado na sua luta contra a burguesia.

Basta que nos limitemos a examinar o que neste sentido tem passado em nosso meio.

UM OLHAR RETROSPECTIVO

Sob o influxo da revolução russa, a classe trabalhadora foi impulsionada pela vontade da realização imediata de velhas aspirações por muito tempo abafadas pela reação.

A guerra, se por um lado constituiu o período em que com maior facilidade pôde a burguesia, com o apoio direto do reformismo internacional (e também com o apoio de alguns anarquistas, haja vista o famoso manifesto de adesão à guerra, assinado pelas figuras de maior responsabilidade do anarquismo internacional), afastar a classe operária da rota das suas reivindicações, conduzindo os trabalhadores em massa aos campos de batalha. Foi a guerra, por outro lado, o motivo imediato da tensão revolucionária que lavrou no seio do proletariado, ameaçando a estabilidade do regime capitalista, devido não somente ao estado de infinita penúria a que foi atirada a classe operária, como também pela fé desta última na sua potência da classe aguçada pela vitória do proletariado russo.

Somos testemunhas de que no período de 1919 a 1920, massas enormes de proletários afluíram aos sindicatos, dominadas pela mais evidente vontade de trabalhar pelos interesses de classe.

E de fato não se pode negar que várias conquistas foram realizadas, não obstante os nossos sindicatos não estarem estruturalmente preparados para comportar massas tão volumosas. Criados na sua maior parte pelos anarquistas, que os dirigiam consoante os velhos preconceitos libertários, era natural que passando o primeiro momento de efervescência, sobrevindo a dispersão, não

pudessem os sindicatos manter uma relativa coesão, dada a deficiência de seus métodos e o espírito dogmático de seus programas.

Aquelas massas sem uma direção firme e inteligente que as conduzisse na peleja, bem depressa foram dispersando, e em princípios de 1921 bem dolorosa era a situação dos nossos sindicatos.

A reação não se fez esperar, servindo de epílogo àquela página da nossa história sindical.

1.ª TENTATIVA DE RESSURGIMENTO

Passada a borrasca, um grupo de sobreviventes (porque os militantes que escaparam à fúria da reação, muitos foram os que se "afastaram") convencidos de que não é fugindo à luta que se vence o inimigo, pôs-se em movimento promovendo a crítica da velha ideologia libertária, então imperante fazendo, portanto, uma revisão dos métodos anacrônicos até então usados.

Surgiu, nesta altura, o Partido Comunista, cuja influência começou logo a se fazer sentir em nossos meios operários, sacudindo o torpor então dominante.

Em fins de 1922, a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, sob a influência do PC, promovia uma série de reuniões com o fim de procurar um meio de atenuar a desorganização em que se encontravam os nossos sindicatos. Os anarco-sindicalistas, que na sua maioria haviam acompanhado a massa na sua dispersão, o que vale dizer, haviam abandonado o campo da luta contra a burguesia, retomaram os seus postos para a luta contra a influência dos comunistas, que preconizando meios consentâneos com a necessidade do momento, para a organização e unificação dos trabalhadores, ameaçavam a integridade do castelinho de cristal do anarquismo. Entrincheirados em uns dois ou três sindicatos, organizaram uma oposição feroz a tudo quanto não cheirasse anarquismo.

O resultado já se pode prever: enquanto a Federação dos Trabalhadores sustentava a necessidade da unificação em seu seio de todas as forças sindicais da região, os anarquistas, à testa da Construção Civil, dos sapateiros e de alguns sindicatinhos imaginários, vencidos pela maioria e não conforme com a derrota, for-

maram uma nova federação, a Federação Operária do Rio de Janeiro.

O movimento operário até então impotente em virtude da sua desorganização, mais enfraquecido ficou com esta cisão.

2.ª TENTATIVA

Continuaram as coisas neste pé, sem alternativas, até novembro de 23, data em que o confusionista Sarandy Raposo, presidente da Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira, convocou os presidentes e representantes das associações operárias para uma série de reuniões de entendimentos. Nós, os comunistas, embora arrostando os perigos próprios dos entendimentos com elementos da espécie de Sarandy, tipo acabado de confusionista serviçal do patronato, não hesitamos em fazer aderir, às aludidas reuniões, os sindicatos sob nossa direção, tanto mais que não tememos a quebra dos nossos princípios porque eles não são de louça, como os princípios anarquistas, mas são de ferro.

Depois de uma série de reuniões efetuadas durante dois meses seguidos, constatamos que o móvel de toda aquela encenação do presidente da Confederação, outro não era senão o de balancear as nossas forças e estudar ao mesmo tempo as possibilidades de uma aproximação da qual pudesse ele tirar qualquer partido que o ajudasse na sua grande ambição de poder impor-se ao governo e ao patronato com um ativo de serviços que no caso seria um operariado domesticado e portanto mais facilmente tosquiável pelos capitalistas.

Cônscios das responsabilidades que nos pesavam, rebatemos esta pretensão dimensionando ao mesmo tempo para que quando mais não fosse, surgisse daquelas reuniões um entendimento concreto e honesto entre os sindicatos não confederados, uma vez que o presidente da Confederação, vendo fracassar os seus planos, ensaiava uma espécie de dança de rato, simulando ver tudo às mil maravilhas mas evitando o menor contato com as suas "massas".

Mais uma vez os anarco-sindicalistas revelaram os seus propósitos sabotadores. Ou boicotavam as reuniões, não comparecendo a elas, ou sabotando os trabalhos quando eles compareciam.

Resultado: embora aparentemente houvesse divergências entre o confusionista Sarandy e os anarco-sindicalistas, houve de fato, entre um e outros a mais perfeita identidade de esforços cujo resultado foi o fracasso das negociações.

3.ª TENTATIVA

Impulsionada ainda pelos comunistas, promoveu a Federação Operária do Estado do Rio uma reunião dos sindicatos do Distrito Federal e do E. do Rio, com o fim de se estudar a palpitante questão da nossa unidade sindical. O fim desta terceira tentativa ainda não podemos vaticinar. A julgar, porém, pela atitude, tanto dos anarco-sindicalistas como dos amarelos que compareceram à mesma reunião, é de prever que mais uma vez os interesses do proletariado sejam postergados, a menos que os elementos sãos do nosso meio associativo reajam a tempo contra os desmandos e as atitudes dissolventes desses inimigos dos trabalhadores.

Estamos certos de que assim será.

Estamos dispostos a marchar para a realização da unificação dos trabalhadores, a despeito de todos os obstáculos, nem que tenhamos que trabalhar sozinhos.

Apelamos, pois, para a classe operária para que acompanhe de perto os resultados deste movimento, nele integrando-se porque, mais uma vez repetimos: contra a centralização do capitalismo que nos explora e nos oprime, só a centralização das nossas forças, não só num plano político, fortalecendo cada vez mais seu partido de classe.

Quem não trabalha para esse desideratum só poderá ser considerado o que realmente é: traidor dos interesses da classe trabalhadora. (Transcrito de CLASSE OPERÁRIA, 1.º de maio de 1926.)

RESOLUCION SOBRE LA CUESTION CAMPESINA EN EL BRASIL * (1928)

Hasta la fecha, la cuestión campesina no había sido examinada por el Partido con la necesaria atención. Solo en estos ultimos tiempos, ella comenzó a interesar a algunos de nuestros militantes, cuyos estudios y observaciones fueron publicados principalmente en los diversos numeros de "Autocritica". Puesta en la orden del dia del III Congreso, como el punto de mas importancia para ser debatido, su discusion origino la reunion de mayor numero de informaciones y materiales. De tal suerte, el III Congreso marca ya un notable progreso sobre esta cuestion. Es de por si extremadamente dificil, en las condiciones del Brasil, donde la enorme extension territorial crea diferencias profundas entre las varias regiones del pais. Nos es posible, así, formular tesis definitivas, ni trazar directivas completas para el trabajo proximo del Partido. Se limita, por tanto, el III Congreso a publicar todo el material recogido, y en base de los informes y las discusiones verificadas, establecer una serie de consignas provisorias de aplicacion general unas y otras de aplicacion particular, a ciertas regiones. Al mismo tiempo el III Congreso encarga al nuevo Comité Central

* Publicado originalmente in *La Correspondencia Sudamericana* — 2.ª época — (12-14) — pp. 30-31, mayo de 1929.

a proceder a un estudio mas profundo y de detalles de esta cuestion, y para ese fin creando en su seno una comision especial a la cual el Partido deberá prestar la mas atenta y decidida colaboracion.

Nuestra palabra de ordem fundamental debe ser: "La tierra a quien trabaja".

Debemos además lanzar las seguintes consignas immediatas en el plano nacional:

1.° Salario de acuerdo con el costo de la vida.

2.° Cooperativas de produccion y de consumo, y suministro de materias-primas exentas de impuestos.

3.° Combate energico y decisivo a los resabios de esclavitud.

4.° Saneamiento de las zonas insalubres, como medida preliminar, teniendo en cuenta que las fiebres paludicas, etc., que diezman a los asalariados agricolas, motivadas por la falta de higiene; debe reclamarse energicamente la asistencia medica y hospitalizacion gratuita.

5.° Instruccion primaria gratuita y obligatoria, debiendo construirse para este fin, edificios adecuados.

6.° Disminucion de los impuestos sobre los vehiculos destinados como auxiliares de labranza, asi como supresion del impuesto que prohibem el libre comercio a sus productos, teniendo siempre como objetivo final nuestra verdadera palabra de orden en materia fiscal: "Solo los ricos deben pagar impuestos."

7.° Residencias higienicas y confortables.

8.° Como preliminar a la mecanizacion del trabajo deve exigirse el abastecimiento gratuito de los utensilios de labranza, asi como el suministro a bajos precios, por parte del gobierno.

9.° Disminucion de las horas de trabajo.

10.° Amplia libertad de asociacion, de palabra, de imprenta, etc., como medio de defensa de sus intereses.

11.° Union con los trabajadores industriales en la lucha contra los imperialismos opresores — ingles y yanqui y contra sus aliados nacionales.

12.° Ayuda gratuita para el combate contra las plagas de insectos que perjudican los sembrados.

13.° Libertad de voto, derecho a candidatos proprios, organizacion de Bloques Obreros y Campesinos.

Es evidente que en la region centro sud del pais (Estados de San Pablo, Sud de Minas, Estado de Rio, Norte de Parana) domina la produccion de café que es la base de la economia nacional, siendo tambien la parte del pais donde es mas intensa la produccion agricola y por tanto mayor la concentracion de los trabajadores rurales.

El III Congreso prestando especial atencion a esta Region y analizando la situacion de las masas rurales que en ella habitan y trabajan, recomienda las siguientes consignas inmediatas de aplicacion regional:

1.° Libertad de locomocion.

2.° Expulsion de los administradores fiscales prepotentes.

3.° Excecion de impuestos de conservacion de caminos.

4.° La conservacion de cercos y carpas para pastoreo deben ser pagos y no gratuitos.

5.° La conservacion de caminos en general para carruajes y carros deben ser hechos por cuenta de las municipalidades.

6.° En los casos de colonos trabajando como jornaleros deben ser remunerados igual que los asalariados comunes.

7.° Revisacion de los contratos elaborados por el Patronato Agricola.

8.° Derecho de fiscalizacion por parte de los sindicatos de asalariados agricolas, en la direccion del Patronato Agricola por los representantes elegidos por los sindicatos.

En el norte y en el extremo norte, con la industria extractiva del caucho, balata, coco, babasu, etc., verdaderos feudos, los asalariados agricolas, no teniendo medios de transporte ni las barcas que recorren los grandes rios, y que son propriedade de latifundistas, atendiendo a la gran intromision del imperialismo (Concesion Ford, etc.), atendiendo, tambien, a que los gobiernos reaccionarios de esos Estados llegan a extremo de suministrar ametralladoras y policias especiales, a fin de reprimir los movimientos reivindicatorios de los trabajadores, como han acontecido en Jari y en la Empresa Ford, el III Congreso marca como consignas especiales para esta Region:

1.° Arrendamientos de la tierra a precios modicos a los asalariados.

2.° Lucha tenaz contra la gran empresa imperialista yanqui Ford que promete mucho a los trabajadores, pero de hechos los coloca en un estado de verdadera esclavitud.

3.° Lucha contra nuevas concesiones a los imperialistas y la anulacion de la concesion Ford.

4.° Construccion de ferrocarriles y caminos para automoviles y navegacion fluvial publica, terminando çon en monopolio que esclaviza al productor.

Medidas practicas deben ser tomadas en la Region del Nordeste, que tiene como principal producto el algodon, azucar, el tabaco, el cacao, el coco, babasu, etc. Debe tomarse en cuenta que esta Region perdura todavia la semiesclavitud de los trabajadores, pues pocos son los que ejercitan derechos, los mismo los "legales". Sus condiciones de trabajo son de diferentes aspectos, variando con respecto a la localidad y a la tradicion.

Ademas de las consignas establecidas en el orden nacional, el III Congreso lanza las siguintes para la Region del Nordeste:

1.° Para los pequenos proprietarios:

a) Canalisacion de las aguas para el riego de las propriedades pertenecientes a los mismos;

b) Construccion de caminos para rodados y facilitacion de embarque en los ferrocarriles.

2.° Para los obreros agricolas:

a) Aumento de salario a los trabajadores;

b) Ocho horas de trabajo para los operarios de los ingenios de azucar y asalariados en general;

c) Garantia y fiscalizacion, por parte de los trabajadores, sobre los contratos de trabajo.

3.° Devolucion de las tierras confiscadas a los indigenas.

Teniendo en cuenta que los Estados de Matto Grosso, Goya, Rio Grande do Sud y Norte de Minas, tiene como principal fuente de sua economia, la cria de ganado en general; atendiendo a que los asalariados o semiesclavos son explotados en todas sus formas, trabajando dia y noche, bajo el sol y la lluvia, sin ningun derecho, mismos los "legales"; considerando que a su mentalidad combativa ha sido explotada por los grandes latifundistas, que durante las revoluciones de 1923 (en Rio Grande del Sud) y

1925 los obligaban a defender las grandes propriedades patronales; teniendo en cuenta los movimientos que sacudieron el Hinterland del Brasil por intermedio de la Columna Prestes, el III Congreso lanza las siguientes consignas especiales para esas regiones:

1.° Para los peones de chacaras y "fazendas":
- a) Disminucion de las horas de trabajo;
- b) Salario Minimo de 150.000 reis mensuales;
- c) Mejor alimentacion y habitacion higiénica;
- d) Asistencia medica por cuenta de los patrones.

2.° Para los imigrantes y los colonos pobres:
- a) Caminos para rodados;
- b) Distribucion de los medios para el Combate de las plagas de desvastan los sembrados;
- c) Escuelas y mas escuelas;
- d) Mejoras economicas al profesorado y puntualidad en el pago.

Impresso nas oficinas da
EDITORA PARMA LTDA.
Fone: 209-5077
Av. Antônio Bardella, 280
Guarulhos - São Paulo - Brasil
Com filmes fornecidos pelo Editor

Michel Zaidan Filho

PCB (1922-1929)

Na busca das origens de um marxismo nacional

O período 1922-1929, que marca a fase de fundação e consolidação do **PCB** — estudado por Michel Zaidan Filho nestes ensaios —, apresenta uma especial característica, entre outras: a do desenvolvimento do movimento comunista mundial, que, embora formado em torno da Internacional Comunista, não tinha sido atrelado aos desígnios da bolchevização impostos por Stálin, a partir de 1928. Deste modo, os partidos comunistas de todo o mundo — inclusive o **PCB** — procuravam o caminho de uma luta política profundamente vinculada às sociedades nacionais nas quais estavam inseridos. Daí o **PCB**, sob a influência de Astrojildo Pereira, essa figura ímpar de nossa história, ter desenvolvido uma prática que Zaidan, em seus ensaios, busca definir como um "marxismo nacional"

ISBN 85-260-0005-5

global universitária HISTÓRIA